WANDERLICE DA SILVA ASSIS

**O LUGAR DA BIBLIOTECA ESCOLAR NO DISCURSO DA
LEGISLAÇÃO SOBRE O ENSINO SECUNDÁRIO BRASILEIRO
(1838-1968)**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Campo Grande/MS

2010

WANDERLICE DA SILVA ASSIS

**O LUGAR DA BIBLIOTECA ESCOLAR NO DISCURSO DA
LEGISLAÇÃO SOBRE O ENSINO SECUNDÁRIO BRASILEIRO
(1838-1968)**

Dissertação apresentada como exigência final
para obtenção do grau de Mestre em
Educação à Comissão Julgadora da
Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul, sob a orientação da Professora
Dr^a Eurize Caldas Pessanha.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Campo Grande/MS

2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A779L Assis, Wanderlice da Silva.
O lugar da biblioteca escolar no discurso da legislação sobre o ensino secundário brasileiro (1838-1968) / Wanderlice da Silva Assis. -- Campo Grande, MS, 2010.
159 f. ; 30 cm.

Orientador: Eurize Caldas Pessanha.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
Programa de Pós-Graduação em Educação.

1. Ensino secundário – Brasil - História. 2. Bibliotecas escolares – Brasil - História. I. Pessanha, Eurize Caldas. II. Título.

CDD (22) 373.0981

COMISSÃO JULGADORA:

Prof. Dr^a Eurize Caldas Pessanha

Prof. Dr^a Rosa Fátima de Souza

Prof. Dr^a Margarita Victoria Rodríguez

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Doutora Eurize Caldas Pessanha, pela simpatia, carinho, dedicação, paciência e oportunidades oferecidas ao longo do mestrado.

Às Professoras Doutoras Rosa Fátima de Souza e Margarita Victoria Rodríguez, por terem aceito participar da minha banca qualificação e pelas contribuições valiosas para a conclusão do trabalho.

Aos professores da Linha de pesquisa “Escola, Cultura e Disciplinas Escolares” deste Programa, em especial à Professora Doutora Fabiany de Cássia Tavares Silva, pela contribuição durante a qualificação.

A toda equipe de Professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS pelo aprendizado que me proporcionaram.

Aos meus colegas de mestrado pelo bom convívio e senso coletivo.

A todos os profissionais das instituições de ensino de Campo Grande, pela forma com que fui recebida, especialmente, Rosangela (Colégio Nossa Senhora Auxiliadora), Iracema (Colégio Dom Bosco) e Clélia e Marli (UCDB).

Ao meu grande amigo, Rodrigo Pereira, pelo apoio e incentivo, sempre.

Às minhas irmãs, Waldete da Silva Assis e Deolinda Maria da Silva, que mesmo de longe, sempre me apoiaram.

Ao grande companheiro, Paulo Sérgio Meneses, pelo carinho, paciência e incentivo.

Ao meu filho, Thiago Henrique Assis, que soube compreender a fase pela qual eu estava passando e por todas as minhas ausências.

RESUMO

Procura compreender o lugar que a biblioteca escolar ocupou no discurso da legislação sobre o ensino secundário brasileiro no período de 1838 a 1968. Busca sua importância e função educativa no contexto educacional. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, que se utiliza da legislação educacional dos períodos em estudo e de bibliografias referentes ao tema. A metodologia adotada está centralizada na análise de conteúdo de leis, decretos, decretos-lei, portarias, decisões, cartas e avisos imperiais, e exposições de motivos sobre o ensino secundário brasileiro. O critério da seleção dos documentos foi a presença da biblioteca escolar através de termos que a identifica-se: biblioteca, bibliotecário, livros e livros didáticos. Para a análise foram utilizados definidores de sua organização e funcionamento: usuários, conteúdo, organização, recursos humanos, e atividades e serviços. A biblioteca escolar foi apresentada com maior ênfase nos dispositivos referentes ao Colégio Pedro II e na Reforma Epiácio Pessoa. As instalações, localização, mobiliário e equipamentos da biblioteca, foram citados de forma implícita. Todos os aspectos utilizados na análise foram percebidos, evidenciando, portanto, que a biblioteca escolar tinha lugar nos discursos da legislação do ensino secundário.

Palavras-chave:

Ensino secundário. História da educação. Bibliotecas escolares. Legislação educacional.

ABSTRACT

Seeks to understand the place which the school library occupied in the legislation speech about the Brazilian secondary school in the period from 1838 to 1968. Seach their importance and educational function in the context educational. This is a bibliographic and documentary research, using the educational legislation of the periods under study, and bibliographies about the subject. The criterion of selection of documents was the presence of the school library through terms that identifies it as: library, librarian, books and textbooks. For analysis were used defining its organization and operation: users, content, organization, human resources, activities and services. The school library was presented with emphasis on devices the College Pedro II and in the Reform Epiácio Pessoa. The instalations, locations, furniture and equipment of the library, were cited in implicit form. All aspects used in the analysis were seen, indicating therefore that the school library had a place in the speech of the legislation of secondary education.

Keywords:

Secondary education. History of education. School libraries. Educational legislation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Bibliotecas da categoria “escolar secundária” presentes no Guia das Bibliotecas Brasileiras de 1955, segundo as unidades da federação	46
Tabela 2 - Bibliotecas escolares presentes no Guia das Bibliotecas Brasileiras de 1969, segundo as unidades da federação	48
Tabela 3 - Cursos de Biblioteconomia criados no Brasil: 1911-1952	90

LISTA DE ABREVIATURAS

BN – Biblioteca Nacional

CPII – Imperial Collegio de Pedro II

IFLA - Federação Internacional de Associações de Bibliotecários

INL – Instituto Nacional do Livro

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MT – Mato Grosso

OEA – Organização dos Estados Americanos

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PUCAMP – Pontifícia Universidade Católica de Campinas

SATR – Serviço de Assistência Técnica Regional

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio

SENAI – Serviço de Aprendizagem dos Industriários

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZANDO BIBLIOTECAS ESCOLARES	21
1.1 BIBLIOTECA ESCOLAR: CONCEITOS, OBJETIVOS E FUNÇÕES .	22
1.2 A BIBLIOTECA ESCOLAR: ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO	26
1.2.1 O usuário: a quem a biblioteca se destinada? quais seus interesses e necessidades?	27
1.2.2 O conteúdo: como é constituído o acervo das bibliotecas? há interação entre a biblioteca e o currículo escolar?.....	28
1.2.3 A organização: como o acervo está organizado?.....	29
1.2.4 Recursos humanos: quem é(são) o(s) responsável(eis) por seu funcionamento?	30
1.2.5 Atividades e serviços: quais os serviços que a biblioteca presta aos seus usuários?	32
CAPÍTULO II - ASPECTOS HISTÓRICOS DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES NO BRASIL	34
2.1 BIBLIOTECAS DOS JESUÍTAS	35
2.2 BIBLIOTECAS NO PERÍODO COLONIAL	39
2.3 BIBLIOTECAS NO IMPÉRIO	41
2.4 BIBLIOTECAS NA REPÚBLICA	43
CAPÍTULO III – A BIBLIOTECA ESCOLAR NA LEGISLAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO BRASILEIRO	50
3.1 A BIBLIOTECA ESCOLAR NA LEGISLAÇÃO DO IMPÉRIO	51
3.1.1 Regulamento nº 8, de 31 de janeiro de 1838 (Estatutos para o Colégio de Pedro Segundo)	56
3.1.2 Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879 (Reforma Leôncio de Carvalho)	59

3.2 A BIBLIOTECA ESCOLAR NA REPÚBLICA	62
3.2.1 Decreto nº 1.075, de 22 de novembro de 1890 (Regulamento para o Gymnasio Nacional)	63
3.2.3 Decreto nº 3.890, de 1º de janeiro de 1901 (Reforma Epiácio Pessoa) ...	65
3.2.4 Decreto nº 3.914, de 26 de janeiro de 1901 (Regulamento do Gymnasio Nacional)	72
3.2.5 Decreto nº 8.659, de 05 de abril de 1911 (Reforma Rivadávia Corrêa) ...	73
3.2.6 Decreto nº 8.660, de 05 de abril de 1911 (Regulamento do Collegio Pedro II, a que se refere o decreto nº 8.660, desta data)	76
3.2.7 Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915 (Reforma Carlos Maximiliano)	76
3.2.9 Portaria de 15 de abril de 1932 (Aprova as normas organizadas e os critérios estabelecidos pelo Departamento Nacional de Ensino)	81
3.2.10 Decreto nº 34.742, de 02 de dezembro de 1953 (Regimento do Colégio Pedro II)	86
3.2.11 Decreto nº 632, de 27 de fevereiro de 1962 (Regimento do Colégio Pedro II)	92
3.2.12 Decreto nº 53.555, de 07 de fevereiro de 1964 (Regimento do Colégio Pedro II)	96
3.2.13 Decreto nº 55.235, de 17 de dezembro de 1964 (Regimento do Colégio Pedro II)	97
3.2.14 Decreto nº 63.071, de 05 de agosto de 1968 (Regimento do Colégio Pedro II)	97
 À GUIA DE CONCLUSÃO	 99
 REFERÊNCIAS	 105
 APÊNDICES	 119
APÊNDICE 1 – LEGISLAÇÃO SOBRE O ENSINO SECUNDÁRIO BRASILEIRO	120

ANEXOS.....	127
ANEXO 1 – DESTAQUES SOBRE BIBLIOTECA ESCOLAR NA LEGISLAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO (1838-1968).....	128

INTRODUÇÃO

É curioso constatar que, muitas vezes, os problemas pertinentes a uma pesquisa ou a uma investigação se encontram, exatamente, nos locais em que circulamos e nos grupos/comunidades a que pertencemos - família, escola, universidade, meio profissional. No entanto, não é qualquer questão que nos provoca, interpela ou desafia. É somente com o “estranhamento” do que já parecia evidente, que as dúvidas e lacunas se instauram em nossa mente e, dessa forma, nos conduzem à realização do estudo. (VELHO, 1987, p. 9).

A investigação de um problema de pesquisa – atividade essencial à produção do conhecimento – torna-se o “espaço” privilegiado de um pesquisador, se, antes de tudo, ele tiver familiaridade com o conhecimento já produzido, de onde tem origem esse referido “estranhamento”.

Foi assim que aconteceu comigo, quando me dei conta, como bibliotecária, da possibilidade de investigar a gênese histórica das bibliotecas escolares, formulei como objetivo da pesquisa: analisar o processo de criação, implantação e organização das bibliotecas escolares nos primeiros ginásios de Campo Grande, Estado de Mato Grosso¹, procurando identificar a relação que existia entre o que a legislação estabelecia acerca da biblioteca escolar e como as bibliotecas estavam inscritas nos documentos das escolas.

No início da pesquisa, conquanto o direcionamento para a investigação tivesse sido traçado, surgiram percalços que afetaram a trajetória e alteraram o campo de pesquisa. Inicialmente, as bibliotecas escolares escolhidas foram: Ginásio Feminino Nossa Senhora Auxiliadora; Ginásio Municipal de Campo Grande; Liceu Campograndense e Colégio Osvaldo Cruz, todas em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

A extinção do Colégio Osvaldo Cruz, em 2009, acarretou uma disputa jurídica entre a Santa Casa e a Prefeitura de Campo Grande sobre a questão: qual das duas entidades ficaria com as instalações do Colégio. A razão do impasse: o prédio do Colégio Osvaldo Cruz, construído na década de 1930, foi doado para a entidade mantenedora da Santa Casa; todavia, com o seu tombamento, em 1997, como patrimônio histórico e cultural da cidade de Campo Grande, por meio da Lei nº 3.387, a prerrogativa passaria a ser da Prefeitura. Essa disputa impediu, portanto, o

¹ O estado de Mato Grosso do Sul foi criado no ano de 1977, com a divisão do estado de Mato Grosso.

² Pessoa que utiliza os serviços da biblioteca no próprio local ou por meio da retirada de documentos

acesso ao arquivo do Colégio, fator que por si só alteraria a delimitação no campo e no recorte temporal da pesquisa.

Assim, o limite temporal da pesquisa abrangeria as décadas de 1920 e 1930. Essa escolha se justificava pelas datas de fundação dos ginásios pesquisados: Ginásio Feminino Nossa Senhora Auxiliadora, 1926; Ginásio Municipal de Campo Grande, 1927 e Liceu Campograndense, 1939.

A relevância desta investigação consistia em conhecer as origens da criação das bibliotecas dos primeiros ginásios de Campo Grande - parte importante da História da Educação do Estado de Mato Grosso do Sul – o que, sem dúvida, possibilitaria uma aproximação entre o campo da Biblioteconomia e da História da Educação, tal como se pretende.

A metodologia utilizada previa, além da revisão bibliográfica, uma pesquisa documental em fontes primárias obtidas nos arquivos públicos e nas escolas investigadas.

Os documentos escolares analisados foram: “Relatório pedindo a fiscalização permanente” do Ginásio Feminino Nossa Senhora Auxiliadora de 10 de outubro de 1937 e “Ficha de Classificação” encaminhada à Inspectoria Geral do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Saúde Pública, com data de inspeção permanente de 4 de maio de 1938; “Relatório do Ginásio Municipal de Campo Grande Dom Bosco”, de 24 de novembro de 1932, encaminhado a Washington Pires, ministro de Educação e Saúde Pública, na época; e “Ficha de Classificação” encaminhada à Divisão do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Saúde pelo inspetor Dr. Amélio C. Baís em março de 1941, “Regulamento do Ginásio Estadual Campograndense” de 21 de janeiro de 1938, “Ata de Entrega do Arquivo, Gabinete de Física e Química, História Natural, Laboratório, Geografia, Biometria e Educação Física e Desenho do Ginásio Estadual Campograndense” de 13 de novembro de 1946.

O acesso a esses documentos foi extremamente limitado devido às precárias condições de preservação e conservação dos arquivos das escolas e, muitas vezes, pela falta dos próprios documentos.

Nas poucas fontes encontradas não se perceberam elementos suficientes para explicitar as questões referentes aos documentos, ou seja, os aspectos que deveriam ter sido considerados no momento da criação de uma biblioteca escolar, quais sejam: a quem a biblioteca foi destinada? Quais seus interesses e necessidades?

Como o acervo das bibliotecas foi constituído? Havia interação entre a biblioteca e o currículo escolar? De que forma o acervo estava organizado? Quem era(m) o(s) responsável(eis) por seu funcionamento? Quais os serviços que a biblioteca prestava aos seus usuários²?

Diante disso, Bibliotecas Escolares nos Primeiros Ginásios de Campo Grande–MT, no período de 1920 a 1930, como falar se não há indícios de sua existência e funcionamento? Existe pertinência nesse questionamento, uma vez que, durante a pesquisa nos documentos, percebi a omissão de referência às bibliotecas escolares, em qualquer das modalidades: sala de leitura, centro ou serviço de documentação. Sabe-se que em pesquisa, as hipóteses podem ser refutadas, o que permite a exploração dos porquês da aparente negação.

A necessidade de bibliotecas escolares, tal como se conhece pela literatura, é evidenciada, com grande ênfase, no ensino primário e normal no âmbito da Escola Nova, a partir dos anos de 1930, fato que pode ser observado, por exemplo, na pesquisa de Diana Gonçalves Vidal que realizou uma análise do “movimento do acervo bibliotecal” da Biblioteca da Escola de Professores, “buscando perceber como, mediante consultas, freqüências e aquisições, priorizavam-se leituras e livros e lançavam-se as bases para a constituição de uma nova cultura profissional docente.” (VIDAL, 2001, p. 21).

Nesse sentido, a biblioteca torna-se um local de contato dos alunos com os livros, espaço de cultivo da leitura, de formação moral, de aquisição de saberes e de entretenimento. Essa conclusão sobre a centralidade da biblioteca foi acompanhada de análises sobre indicações de organização do espaço, disposição do mobiliário (mesas e estantes), ornamentação da biblioteca etc.

Cabe, portanto, indagar: houve um discurso enfatizando a necessidade das bibliotecas escolares no ensino secundário brasileiro? Qual era esse discurso? Quais foram os sujeitos que forjaram esse discurso? O que se pretendiam com ele? O que estava implícito em defesa da biblioteca escolar?

Com base nessas indagações, esta pesquisa passou a ter o objetivo de compreender o lugar que a biblioteca escolar ocupou no discurso da legislação das escolas secundárias brasileiras nas formas de leis, decretos, decretos-lei, portarias, decisões, cartas imperiais, avisos imperiais, exposições de motivos, de 1838 a 1968.

² Pessoa que utiliza os serviços da biblioteca no próprio local ou por meio da retirada de documentos por empréstimos, ou pela solicitação, entre outros serviços, de buscas bibliográficas e pesquisas sobre temas especializados. (CUNHA, CAVALCANTI, 2008, p. 373).

Trata-se, portanto, de uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se da legislação educacional dos períodos em estudo (1838 a 1968) e de bibliografias referentes ao tema que teve como objetivo compreender o lugar que a biblioteca escolar ocupou na legislação sobre o ensino secundário brasileiro.

A metodologia adotada está centralizada na análise de conteúdo das fontes para a pesquisa. Para melhor entendimento da documentação, foi selecionada uma série de definidores da organização e funcionamento das bibliotecas, são eles: usuários, conteúdo, organização, recursos humanos, e atividades e serviços.

A abordagem de uma pesquisa com fontes, dentre elas a legislação, tem início pelo levantamento das mesmas, procedendo à sua seleção mediante a leitura atenta dos documentos buscando resposta ao problema de pesquisa³.

A legislação é uma representação de discursos que não são passíveis de neutralidade, não constituem espelhos das práticas realizadas no contexto histórico, repleto de designações explícitas e implícitas, que constituem um campo socialmente construído. Faria Filho (1998, p. 97-98) defende a tese de que “produzir a legislação como corpus documental significa focá-la em suas várias dimensões”, e cita a existência de uma lacuna no trabalho de focar as várias dimensões da legislação, uma tradição jurídico-legislativa brasileira no campo da educação.

O processo de busca pelos documentos foi realizado, num primeiro momento, nas obras Forjaz (1906); Bicudo (1942); Brasil (1952); Vieira (1955); Dodsworth (1968); Haidar (1972); Niskier (1996); Fávero (2005); Romanelli (2003); Vechia e Cavazotti (2003), Zotti (2004), Souza (2008) e Saviani (2010).

Após identificar a legislação sobre o ensino secundário brasileiro, conduzi uma busca nas bases de dados eletrônicas: Legislação da Câmara dos Deputados⁴, Portal de Legislação do Senado Federal⁵, JusBrasil Legislação⁶ e Rede de Informação Jurídica e Legislativa - LexML Brasil⁷, com o objetivo de encontrar cópias desses dispositivos.

Foi necessário ainda proceder a uma busca nessas bases de dados por termos que me levassem a outras fontes, pois, embora, não tratassem de leis relativas à

³Tomo aqui como referência a contribuição de Faria Filho (1998) ao problematizar a legislação escolar como fonte para a pesquisa em História da Educação.

⁴ Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao>>.

⁵ Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao>>.

⁶ Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao>>.

⁷ Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/>>.

educação, poderiam conter informações importantes para o aprofundamento do objeto em estudo.

Nessa nova estratégia de busca, os termos utilizados foram: “biblioteca”, “bibliotecário”, “sala de leitura”, “livros” e “livros didáticos”. Os resultados dessas pesquisas, no entanto, não apresentaram nenhum outro documento relevante diferente dos já identificados.

Com o objetivo de identificar documentos sobre o Colégio Pedro II e suas várias denominações, busquei ainda, nessas bases de dados pelos termos: “Imperial Collegio de Pedro II”, “Collegio de Pedro Segundo”, “Collegio de Pedro II”, “Gymnasio Nacional”, “Colégio Pedro II”. Os resultados apresentaram outros documentos pertinentes.

A busca nas bases de dados permitiu recuperar 42 documentos com as palavras-chave descritas anteriormente, que apresento a seguir:

1. Projecto de lei sobre a instrucção publica do Imperio do Brazil (Projeto Januário da Cunha Barbosa) de 1826;
2. Decreto de 02 de dezembro de 1837 converte o Seminario de S. Joaquim em collegio de instrucção secundaria com a denominação de Collegio de Pedro II;
3. Regulamento nº 8, de 31 de janeiro de 1838, contém os estatutos para o Collegio de Pedro Segundo;
4. Regulamento nº 62, de 1º de fevereiro de 1841, altera algumas das disposições do Regulamento nº 8 de 31 de janeiro de 1838;
5. Decreto nº 598, de 25 de março de 1849, altera os estatutos do Collegio de Pedro Segundo;
6. Decreto nº 1.331 A, de 17 de fevereiro de 1854, aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no Municipio da Côrte;
7. Decreto nº 1.556, de 17 de fevereiro de 1855, aprova o Regulamento do Collegio de Pedro Segundo;
8. Decreto nº 2.006, de 24 de outubro de 1857, aprova o Regulamento para os collegios públicos de instrucção secundaria do Municipio da Côrte;
9. Decreto nº 2.883, de 1º de fevereiro de 1862, altera os regulamentos relativos ao curso de estudos do Imperial Collegio de Pedro II;
10. Decreto nº 4.468, de 1º de fevereiro de 1870, altera os regulamentos do Imperial Collegio de Pedro II;

11. Decreto nº 6.130, de 1º de março de 1876, altera os regulamentos do Imperial Collegio de Pedro II;
12. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, reforma o ensino primário e secundário no municipio da Côrte e o superior em todo o Imperio;
13. Decreto nº 8.051, de 24 de março de 1881, altera os regulamentos do Imperial Collegio de Pedro II;
14. Decreto nº 981, de 08 de novembro de 1890, aprova o regulamento da Instrução Primaria e Secundaria do Districto Federal;
15. Decreto nº 1.075, de 22 de novembro de 1890, aprova o regulamento para o Gymnasio Nacional;
16. Decreto nº 1.194, de 28 de dezembro de 1892, aprova regulamento para o Gymnasio Nacional;
17. Decreto nº 2.857, de 30 de março de 1898, aprova o regulamento para o Gymnasio Nacional e ensino secundario nos Estados;
18. Decreto nº 3.890, de 1º de janeiro de 1901, aprova o Codigo dos Institutos officiaes de Ensino Superior e Secundario, dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores;
19. Decreto nº 3.914, de 26 de janeiro de 1901, aprova o regulamento do Gymnasio Nacional;
20. Decreto nº 8.659, de 05 de abril de 1911, aprova a Lei Organica do Ensino Superior e do Fundamental na Republica;
21. Decreto nº 8.660, de 05 de abril de 1911, aprova o regulamento para o Collegio Pedro II;
22. Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915, reorganiza o ensino secundario e o superior da Republica;
23. Decreto nº 16.782 A, de 13 de janeiro de 1925, estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primario, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundario e o superior;
24. Exposição de motivos da Reforma do Ensino Secundário, de 18 de abril de 1931;
25. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, dispõe sobre a organização do ensino secundário;
26. Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932, consolida as disposições sobre à organização do ensino secundário;

27. Portaria ministerial de 15 de abril de 1932, aprova as normas organizadas e os critérios estabelecidos pelo Departamento Nacional de Ensino, anexos que deverão ser observados para os efeitos do disposto no § 3º do art. 51 do Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932;
28. Portaria ministerial de 17 de março de 1936, estabelece os Programas do Curso Complementar;
29. Exposição de Motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 1º de abril de 1942;
30. Decreto-lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942, Lei orgânica do ensino secundário;
31. Decreto-lei nº 4.245, de 09 de abril de 1942, disposições transitórias para a execução da lei orgânica do ensino secundário;
32. Decreto-lei nº 6.247, de 05 de fevereiro de 1944, contém disposições transitórias para a execução da lei orgânica do ensino secundário;
33. Decreto nº 34.742, de 02 de dezembro de 1953, aprova o Regimento do Colégio Pedro II;
34. Decreto nº 46.207, de 11 de junho de 1959, dispõe sobre o Regulamento do Colégio Pedro II, aprovado pelo Decreto nº 34.742, de 02 de dezembro de 1953;
35. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
36. Decreto nº 632, de 27 de fevereiro de 1962, aprova o Regimento do Colégio Pedro II;
37. Portaria ministerial nº 373, de 1º de outubro de 1963, observa os critérios de amplitude e desenvolvimento definidos pelo Conselho Federal ou pelos Conselhos Estaduais de Educação acerca dos livros didáticos para o ensino médio;
38. Decreto nº 53.555, de 07 de fevereiro de 1964, altera o Regimento do Colégio Pedro II;
39. Decreto nº 55.235, de 17 de dezembro de 1964, aprova o Regimento do Colégio Pedro II;
40. Decreto-lei nº 245, de 28 de fevereiro de 1967, transforma o Colégio Pedro II em autarquia e dá outras providências;

41. Decreto nº 63.071, de 05 de agosto de 1968, aprova o Regimento do Colégio Pedro II;
42. Lei nº 5.490, de 03 de setembro de 1968, dá nova redação a dispositivos do Decreto-lei nº 245, de 28 de fevereiro de 1967.

De posse da legislação, tomei como critério para a pesquisa a leitura das mesmas procurando termos que levassem a identificar a presença da biblioteca escolar. Os termos encontrados foram: bibliotheca (biblioteca), bibliotheca escolar (biblioteca escolar), bibliothecario (bibliotecário), sub-bibliothecario, guarda da bibliotheca, conservadores de biblioteca e ajudante de bibliothecario.

Após a leitura e análise detalhada do conteúdo dos documentos, foram excluídos 26 destes, pois não continham nenhum indício da biblioteca escolar.

Assim, a totalidade da legislação brasileira sobre o ensino secundário, com algum tipo de referência à biblioteca escolar, levantada foi de 16 documentos, sendo a maior parte destes relacionados ao Colégio Pedro II em suas várias denominações, os demais são referentes à organização do ensino secundário, como: leis, decretos, projetos de lei, exposições de motivo das reformas de ensino e portarias ministeriais.

Os documentos analisados foram: Regulamento nº 8, de 31 de janeiro de 1838 (Collegio de Pedro Segundo); Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879 (Reforma Leôncio de Carvalho); Decreto nº 1.075, de 22 de novembro 1890 (Gymnasio Nacional); Decreto nº 1.194, de 28 de dezembro de 1892 (Gymnasio Nacional); Decreto nº 3.890, de 1º de janeiro de 1901 (Reforma Epitácio Pessoa); Decreto nº 3.914, de 26 de janeiro de 1901 (Gymnasio Nacional); Decreto nº 8.659, de 05 de abril de 1911 (Reforma Rivadávia Corrêa); Decreto nº 8.660, de 05 de abril de 1911 (Collegio Pedro II); Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915 (Reforma Carlos Maximiliano); Decreto nº 16.782 A, de 13 de janeiro de 1925 (Reforma João Luiz Alves); Portaria ministerial de 15 de abril de 1932 (Critério para a Classificação dos estabelecimentos de ensino secundário); Decreto nº 34.742, de 2 de dezembro de 1953 (Colégio Pedro II); Decreto nº 632, de 27 de fevereiro de 1962 (Colégio Pedro II); Decreto nº 53.555, de 07 de fevereiro de 1964 (Colégio Pedro II); Decreto nº 55.235, de 17 de dezembro de 1964 (Colégio Pedro II); Decreto nº 63.071 de 05 de agosto de 1968 (Colégio Pedro II).

Embora o Projeto de Instrução Pública do Império do Brasil (Projeto Januário da Cunha Barbosa) traga referências à biblioteca escolar, o mesmo não fez parte da análise dos documentos por se tratar de um projeto de lei não aprovado.

Na transcrição de partes dos documentos, a fim de manter a integridade e originalidade dos documentos consultados, a grafia e acentuação das palavras, bem como a pontuação das frases foram mantidas.

Na análise dos documentos observamos seguintes aspectos: o usuário; o conteúdo; a organização; recursos humanos e atividades e serviços.

Na tentativa de aprofundar as discussões, esta dissertação está dividida em três capítulos:

O primeiro discorre sobre o significado, funções, estrutura e funcionamento das bibliotecas escolares, com base nas diferentes posições oriundas da literatura, tanto do campo da Biblioteconomia quanto da Educação.

O segundo capítulo traça o histórico das bibliotecas no Brasil do período jesuítico até a década de 1960, com o objetivo de identificar na trajetória de implantação, como estão inseridas na história do ensino brasileiro e, ainda, como a questão da biblioteca escolar passa a ser tratada no âmbito das políticas educacionais e pelos educadores.

O terceiro traz a análise das legislações sobre o ensino secundário, buscando perceber o lugar que a biblioteca escolar ocupava.

A última parte traz as considerações finais da pesquisa a respeito do lugar da biblioteca escolar no discurso da legislação sobre o ensino secundário no Brasil.

**CAPÍTULO I –CONTEXTUALIZANDO BIBLIOTECAS
ESCOLARES**

O objetivo desse capítulo é trazer o significado de biblioteca escolar, contextualizando-a com base nas diferentes posições oriundas da literatura, tanto do campo da Biblioteconomia quanto da Educação.

Neste sentido, pretendo familiarizar o leitor com alguns pressupostos que nortearão a leitura dos textos feita nos próximos capítulos. Este estudo conceitual não tem a pretensão de ser exaustivo, tentará apenas colocar alguns conceitos que delimitarão a leitura.

1.1 BIBLIOTECA ESCOLAR: CONCEITOS, OBJETIVOS E FUNÇÕES

Para muitos, a concepção de biblioteca é qualquer lugar no edifício escolar, onde os livros são reunidos sem nenhuma organização. Segundo Silva (2009, p. 115), “a convivência pedagógica entre a biblioteca e a escola ainda não é uma realidade consolidada em nosso país.” Porém, é preciso mudar esta concepção, é necessária uma conscientização do verdadeiro conceito e função da biblioteca escolar.

A biblioteca escolar, na visão de Antunes (1998, p. 171) é:

[...] centro dinâmico de informação da escola, que permeia o seu contexto e o processo ensino-aprendizagem, interagindo com a sala de aula. Estimula a criatividade, a construção de conhecimentos; dá suporte à capacitação de professores, à educação permanente, à qualificação do ensino.

Esse conceito de que o ensino e a biblioteca se completam, é corroborado por Ferreira (1978), quando afirma que a biblioteca escolar deve atuar como um órgão de apoio a todos e quaisquer programas educativos, seja de natureza didática, cultural e/ou recreativa, oferecendo todo tipo de materiais essenciais à obtenção dos objetivos dos currículos, satisfazendo ao mesmo tempo os interesses, necessidades, aptidões e objetivos dos próprios alunos. Dessa forma, a biblioteca passa a ser um instrumento do processo de ensino e aprendizagem.

Castrillón (1982), no Modelo Flexível para um Sistema de Bibliotecas Escolares⁸, apresentada uma conceituação abrangente de biblioteca escolar:

[...] centro ativo de aprendizagem, onde a função de comunicação é exercida em sua plenitude. É instrumento de inovação, capaz de formar o indivíduo para aprender de forma permanente. Esse conceito parte da análise das funções de biblioteca com relação ao sistema educativo, o currículo, a leitura, o desenvolvimento da capacidade de pesquisa, da criatividade, com a aprendizagem permanente, a comunicação, a recreação, a capacitação de professores, a informação educativa e a relação com a comunidade.

Nesse sentido, a biblioteca escolar organiza os materiais que dela fazem parte, direciona seus serviços e os disponibiliza a comunidade educacional. Deve ser parte integrante do sistema educativo e como tal deve participar de seus objetivos e metas. Como instrumento de desenvolvimento do currículo permite o fomento da leitura e a formação de uma atitude científica; constitui um elemento que forma o indivíduo para a aprendizagem permanente; estimula a criatividade, a comunicação; facilita a recreação; apoia os professores em sua capacitação e lhes oferece informação necessária para tomada de decisão em suas aulas. (CASTRILLÓN, 1982).

A biblioteca escolar, segundo Moriconi (1982), não é uma entidade independente, pois presta serviço a uma instituição, a escola. É a partir da criação da escola, que a biblioteca adquire legitimidade e tem seu lugar no plano de funcionamento desta instituição, como componente indispensável.

Para Stumpf (1987, p. 78), “[...] a biblioteca escolar não é um setor isolado dentro dos estabelecimentos de ensino. É uma instituição dinâmica que interage com a escola e o meio social, possuindo diferentes papéis a cumprir”. Para tanto, a biblioteca escolar tem funções fundamentais a desempenhar as quais podem ser agrupadas em: educativa e cultural.

As funções educativas reforçam a ação do aluno e do professor. Relativamente ao aluno, desenvolve as habilidades de estudo independente, agindo como instrumento de auto-educação, de desenvolvimento da criatividade, incrementado a leitura, a educação para o lazer, a informação e orientação para a

⁸Produto do Projeto Multinacional de Bibliotecas Escolares/OEA – Colômbia, Costa Rica, Peru e Venezuela apresentado na International Association of School Librarianship: 9th Annual Conference (Ciudad Guyana, Venezuela, 14-17 jul. 1980). Esse projeto teve grande divulgação no Brasil na década de 1980.

vida. Quanto à atuação do professor e da instituição, a biblioteca completa as informações básicas e oferece recursos e serviços à comunidade escolar de maneira a atender às necessidades do planejamento curricular.

A função educativa da biblioteca escolar pode ser observada nas palavras de Lourenço Filho, proferidas na 1ª Conferência da Série “A educação e a biblioteca”, em 1944:

Ensino e biblioteca não se excluem, completam-se. Uma escola sem biblioteca é instrumento imperfeito. A biblioteca sem ensino, ou seja, sem a tentativa de estimular, coordenar e organizar a leitura, será, por seu lado, instrumento vago e incerto. (LOURENÇO FILHO, 1946, p. 4).

O autor analisa a questão da leitura e menciona a biblioteca, estabelecendo a ideia de que esta teria um papel a desempenhar na educação, além do de um “depósito de livros”.

A biblioteca escolar oferece aos alunos as melhores condições para atender os seus interesses e necessidades de leitura, uma vez que, conforme salienta Polke (1973, p. 60), ela propicia “a proximidade da sala, a interação professor-bibliotecário-aluno, as orientações mais atuais de ensino que impelem a criança para a busca-descoberta, através de diferentes textos.”

Castro (1998, p. 7) corrobora com esse pressuposto:

[...] ressignificar a biblioteca enquanto espaço de produção e disseminação do conhecimento – e não apenas o lugar de estocagem da informação -, implica em trabalhar uma visão nova da própria escola: a escola enquanto espaço de formação de sujeitos ativos e cidadãos emancipados deve buscar implementar uma concepção de conhecimento que se caracteriza pela pluralidade de suas dimensões. Tais dimensões se apresentam tanto sob a forma de conteúdos curriculares que privilegiam a cognição e possibilitam o acesso ao saber universal constituído na história do homem, quanto dos elementos que, expressos na socialização e na experiência cultural dos diversos grupos sociais, se mostram vitais para a construção das identidades dos sujeitos participantes do processo educacional.

Na análise apresentada por Costa (1975, p. 278), a biblioteca escolar cumpre a função educativa ao complementar os conhecimentos adquiridos em sala, servindo como “[...] elemento de ligação entre o professor e aluno na elaboração e apresentação de pesquisas. Ela complementa as informações adquiridas em classe e prepara o aluno para trabalhos futuros.”

Conforme Campello e Silva (2000), na perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a aprendizagem é fortemente baseada na biblioteca escolar, considerada não só como apoio às atividades ligadas à leitura, mas como espaço de busca de informação e modelizadora no desenvolvimento das habilidades do aluno na utilização das informações, capacitando-os numa aprendizagem independente e contínua.

As funções culturais da biblioteca escolar tornam-se complemento à educação formal, promovendo, de forma interdisciplinar, diversas atividades culturais no espaço da biblioteca: exposições, concursos literários, saraus literários, feiras de ciências, entre outras; pode, ainda, proporcionar informações sobre atividades culturais externas à escola.

Segundo Fragoso (2002, p. 127), as funções como “ideais” de uma biblioteca escolar, nos quais estariam implícitos seus objetivos como instituição, quais sejam:

- a) cooperar com o currículo da escola no atendimento às necessidades dos alunos, dos professores e dos demais elementos da comunidade escolar;
- b) estimular e orientar a comunidade escolar em suas consultas e leituras, favorecendo o desenvolvimento da capacidade de selecionar e avaliar;
- c) incentivar os educandos a pensar de forma crítica, reflexiva, analítica e criadora, orientados por equipe inter-relacionada (educadores + bibliotecários);
- d) proporcionar aos leitores materiais diversos e serviços bibliotecários adequados ao seu aperfeiçoamento e desenvolvimento individual e coletivo;
- e) promover a interação educador -bibliotecário- aluno, facilitando o processo ensino-aprendizagem;
- f) oferecer um mecanismo para a democratização da educação, permitindo o acesso de um maior número de crianças e jovens a materiais educativos e, através disso,
- g) dar oportunidade ao desenvolvimento de cada aluno a partir de suas atitudes individuais;
- h) contribuir para que o educador amplie sua percepção dos problemas educacionais, oferecendo-lhe informações que o ajudem a tomar decisões no sentido de solucioná-los, tendo como ponto de partida valores éticos e cidadãos.

Para que a biblioteca cumpra esses objetivos e se enquadre nos ideais educacionais, é necessária uma infra-estrutura que contemple recursos físicos e humanos para o seu pleno funcionamento: espaço físico adequado; acervo condizente com as necessidades; recursos humanos capacitado; prestação de serviços que mantenha a biblioteca atrativa e acessível a seus usuários.

Além disso, a biblioteca deve proporcionar informações e ideias fundamentais para que os alunos aprendam de forma contínua, assim como, compreender sua organização e funcionamento dando seu devido valor.

1.2 A BIBLIOTECA ESCOLAR: ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Biblioteca e escola devem se harmonizar para atingir o mesmo objetivo: despertar o pensamento crítico e criativo do aluno. E para que isso aconteça, é necessário que se preveja, nas plantas dos prédios de escola, o espaço da biblioteca, que se transforme a sala de aula em biblioteca. (NERY, 1998).

Com relação à organização do espaço físico da biblioteca e seu funcionamento, devem ser levados em conta o planejamento da distribuição das estantes, a disposição dos livros, o mobiliário, a iluminação, o horário de funcionamento etc. Caldeira (2005, p. 48) acrescenta que “o planejamento do espaço da biblioteca deve ser feito em função do acervo e do uso que se pretende dele fazer.” Nesse sentido, suas características devem apresentar aspectos relacionados à adequação e coerência com a escola à qual se vincula, tendo em vista o perfeito entrosamento com a mesma.

Ao apontar a importância da biblioteca no espaço escolar Faria Filho (2010) afirmar que:

[...] é um lugar que se referencia a atividades – a leitura e a pesquisas escolares, por exemplo –, que são possibilitadas e potencializadas no mundo urbano onde há uma relativa proximidade entre a moradia do(a) aluno(a) e a escola, garantindo assim a possibilidade de uma frequência à mesma fora do horário escolar –, e numa escola onde professora já não consegue abarcar o conjunto dos conhecimentos escolarizados e, portanto, objeto de ensino da/na escola.

Silva (2009) sugere que é preciso que a biblioteca tenha espaço e mobiliário adequados, acervo diversificado, além de horário de funcionamento flexível e profissional capacitado para a mediação de leitura. O autor faz um destaque às características do profissional que atua na biblioteca: deve ser dinâmico, empenhado em tornar a biblioteca um espaço mais acessível e agradável aos alunos.

O espaço físico oferecido pela instituição à biblioteca reflete o valor que lhe é atribuído: se o espaço é bem utilizado, se desempenha uma função educativa preponderante na escola, visando a proporcionar aos alunos oportunidades de leitura intensa e autônoma, além de incentivar a busca de informações para responder a questionamentos e solucionar problemas, então, a biblioteca terá um espaço amplo, com instalações confortáveis. (CALDEIRA, 2005).

Contudo, a biblioteca escolar não é uma instituição independente; seu funcionamento e papel são estabelecidos de acordo com as diretrizes de outra instituição - a escola. Nesse sentido, tem estreita ligação com a concepção educacional adotada pela instituição educacional da qual é integrante; portanto, “supõe-se que a biblioteca deve estar integrada ao planejamento e ao projeto pedagógico da escola, para que ela possa vir a cumprir as suas funções”. (SILVA, 1997, p. 65). A partir de sua criação, ela deve adquirir sua legitimidade, tendo seu lugar no plano de funcionamento da escola, como componente indispensável.

Portanto, segundo os autores, existem vários aspectos que devem ser considerados numa biblioteca escolar, quais sejam: o usuário; o conteúdo; a organização; recursos humanos; e atividades e serviços.

1.2.1 O usuário: a quem a biblioteca se destinada? quais seus interesses e necessidades?

O usuário de uma biblioteca é o elemento determinante do seu funcionamento, por ser o motivo primeiro da sua implantação; para ele estão voltados a organização do acervo e dos seus serviços, e até mesmo, a definição das características do prédio e do equipamento.

Dito de outra forma, sobre o usuário devem ser levantadas e definidas as características, interesses e necessidades e a partir disso, devem ser planejadas as formas mais adequadas para a organização e o funcionamento dos serviços bibliotecários.

Em qualquer tipo de biblioteca escolar, o usuário é, além dos dirigentes e especialistas, professores, alunos e a própria comunidade, embora não seja o usuário para quem a biblioteca se constitui.

Os dirigentes e especialistas, os professores e alunos são definidos por Moriconi (1982, p. 56) da seguinte forma:

Os dirigentes e especialistas são detentores do poder decisório em relação ao planejamento a execução de atividades. Seu relacionamento com a biblioteca escolar, como usuário refere-se à coleta de subsídios técnicos para ação, no seu campo.

Os professores e alunos situam-se no nível de executores do processo educativo e seu relacionamento com a biblioteca escolar refere-se à busca de novas informações que funcionem como reforço e enriquecimento de informações, pré-assimiladas, ou à recreação e lazer.

Apesar de estarem no mesmo ambiente e, portanto, o conteúdo ter a mesma temática, este varia inteiramente quanto aos aspectos intrínsecos de natureza da informação, como também quanto ao nível da informação evidenciado e reforçado à necessidade fundamental de adequação do conteúdo ao nível e tipo de usuário.

1.2.2 O conteúdo: como é constituído o acervo das bibliotecas? há interação entre a biblioteca e o currículo escolar?

O conteúdo de uma biblioteca escolar é determinado pela natureza e nível da informação, isto é, informação técnica, científica ou aplicada. É necessário, portanto, adequar o conteúdo ao tipo e ao nível do usuário.

Na formação do acervo de uma biblioteca escolar devem ser observados dois aspectos: a propriedade do conteúdo, adequados aos interesses dos usuários, no que diz respeito ao nível, tipo de documento e linguagem; e o caráter de essencialidade ou complementaridade, que definirá uma escala de prioridades. (MORICONI, 1982, p. 57).

Neste sentido, para que a biblioteca escolar possa desempenhar adequadamente suas funções, deve dispor ao usuário todo tipo de materiais. Isso somente é possível através de uma seleção criteriosa desses materiais, para tanto, é necessário considerar os fatores internos da biblioteca, como sugestões dos usuários, e estatísticas de empréstimo e das obras mais procuradas.

Como agente do processo de ensino e aprendizagem e das ações desenvolvidas na escola, o professor deve atuar diretamente na formação do acervo; na sua utilização, canalizando as atividades, para que a biblioteca faça parte do

cotidiano dos alunos; na disseminação das informações contidas nesta; e na formação do hábito de pesquisa e análise crítica dos alunos.

Uma integração efetiva da biblioteca escolar dentro do sistema educativo somente é possível na medida em que houver correspondência entre a oferta da biblioteca e a demanda da escola. Em termos operacionais, isso ocorre, principalmente, com relação ao conteúdo que constitui o acervo dessa biblioteca, a partir dos diferentes usuários e da facilidade de acesso aos documentos, relacionados com sua localidade, aquisição, obtenção, organização e disponibilidade de manuseio, consulta e empréstimo.

Se a biblioteca não for utilizada convenientemente nada contribuirá para seu êxito final, a utilização e aproveitamento das informações que a compõem. Na sua utilização está toda a importância da sua existência e para que isso ocorra depende não somente do bibliotecário, mas também, e principalmente, do professor.

1.2.3 A organização: como o acervo está organizado?

A organização do acervo de uma biblioteca é determinada por suas dimensões, tamanho e tipo de acervo, perfil do usuário, número de funcionários, recursos financeiros destinados à biblioteca e perfil de interesse do bibliotecário.

Quando da instalação de uma biblioteca escolar deve-se considerar o local tendo em vista que este seja acessível aos usuários, durante todo o período que estiver na instituição; de preferência junto às salas de estudo; num ambiente sem barulho.

A biblioteca escolar deve, geralmente, ser de acesso livre, possibilitando que os usuários examinem as obras e retirem as que desejam.

O registro das obras é o primeiro procedimento na organização de uma biblioteca. Todos os livros que compõem o acervo devem ser registrados, tombados. Esse registro pode ser feito em livro próprio, denominado “livro de tomo”, ou mesmo em um livro de atas.

Qualquer que seja o tipo de biblioteca, sua razão de ser é o atendimento das demandas do usuário, na medida em que este quer ter acesso a algum conhecimento. Para atender este objetivo o bibliotecário deve analisar e tratar os itens, preparando-os com vista ao seu uso.

Os bibliotecários elaboram representações das obras para simplificar a busca pelas informações. As “representações” tratam tanto do aspecto físico (descritiva) quanto no de seu conteúdo (temática). Através delas diversos instrumentos são criados: bibliografias, catálogos etc.

As representações são criadas considerando o acervo e o público, para que o usuário encontre seu livro e o livro seu usuário. As representações são produzidas usando códigos - posições ocupadas na representação das obras.

A classificação, representação temática, tem por fim agrupar obras de acordo com os assuntos, de maneira a permiti, não somente ao bibliotecário, mas também aos usuários, encontrarem facilmente o que desejam. Utiliza-se de sistema pré-definidos para representar o conteúdo das obras, sistemas de classificação.

A catalogação corresponde à representação descritiva (extrínseca) da obra. Implica na identificação das características do item e dos prováveis usuários.

Numa biblioteca escolar, tanto a catalogação e classificação, devem ser elaborados pelo bibliotecário de forma mais simples, condizente a esse tipo de usuário e de suas necessidades. Muitas bibliotecas escolares por não possuírem profissional especializado, optam em criar procedimentos simplificados para a organização do acervo.

Os livros devem ser organizados nas estantes em dois locais na biblioteca, no primeiro encontram-se as obras de referência (dicionários, enciclopédias, atlas etc.) e no outro as obras do acervo geral. Obras de referência devem ser dispostas separadamente, porque são procuradas para consultas rápidas e não devem ser emprestadas.

1.2.4 Recursos humanos: quem é(são) o(s) responsável(eis) por seu funcionamento?

Para que a biblioteca escolar possa cumprir suas funções é necessário que disponha no quadro de recursos humanos: bibliotecário⁹ e pessoal de apoio (auxiliares de biblioteca, porteiros, pessoal de serviços gerais, dentre outros).

⁹A profissão de bibliotecário é regulamentada pela Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, delibera que é privativa dos bacharéis em Biblioteconomia. Sua formação acadêmica o capacitado a planejar, organizar, gerenciar bibliotecas públicas, escolares, universitárias, infantis; centros, serviços e redes de Informação e Documentação em empresas, bancos, sindicatos, editoras, arquivos, museus e outras organizações.

Ao bibliotecário escolar cabe a responsabilidade de estruturar e organizar a biblioteca na coleta e aquisição do material bibliográfico, no processamento técnico, na armazenagem e disseminação do conteúdo existente. Seu trabalho está voltado à operacionalização da biblioteca como unidade organizacional da escola, possibilitando a todos o acesso à informação.

As atividades do bibliotecário escolar, segundo Litton (1974), podem ser classificadas em três categorias:

- Administrativas:
 - planejar e executar o programa bibliotecário;
 - selecionar e supervisionar o pessoal de rotina necessário para o movimento do trabalho;
 - integrar a biblioteca no programa educativo;
 - programar o uso das obras por estudantes e professores;
 - divulgar, junto à comunidade escolar, informações sobre seus serviços e recursos bibliográficos.
- Educacionais:
 - ter conhecimento das necessidades de leitura individuais dos estudantes e de seus interesses;
 - planejar com os professores diversas formas de integração do serviço bibliotecário com o programa docente da aula;
 - procurar incluir ao serviço bibliotecário um caráter humano e se ocupar das necessidades individuais dos alunos, no processo de aprendizagem;
 - manter-se informado das novidades, métodos e materiais educativos;
 - indicar aos professores materiais para seu contínuo crescimento cultural e para o enriquecimento geral do programa docente.
- Técnicas:
 - estabelecer os procedimentos para seleção, aquisição, processamento, preparação e empréstimo de materiais;
 - manter uma documentação precisa do material bibliográfico e audiovisual da biblioteca;
 - descartar periodicamente os materiais da biblioteca que estão deteriorados, desgastados e desatualizados;
 - supervisionar a realização das tarefas de rotina que são necessárias para o bom funcionamento da biblioteca.

Ao pessoal de apoio que atua na biblioteca está condicionado à sua eficácia, sendo necessário que a seleção dos mesmos seja criteriosa, ressaltando características fundamentais de um profissional que atende com o público escolar, assegurando assim seu relacionamento com a escola e biblioteca.

Ao professor embora não atue na biblioteca da escola, cabe a utilização das informações coletadas, organizadas e acessíveis na biblioteca. Suas ações devem estar voltadas ao estabelecimento da interação entre o currículo e o conteúdo disponível na biblioteca e a dinamização do processo de transferência de conhecimento, através de um contínuo fluxo de informações do conteúdo programático definido dentro do processo de ensino e aprendizagem.

1.2.5 Atividades e serviços: quais os serviços que a biblioteca presta aos seus usuários?

A biblioteca deve permanecer aberta ao maior tempo possível, possibilitando ao usuário procura-la em diversos momentos.

Para que a biblioteca atue de forma a suprir as necessidades de seus usuários deve, além de tudo, dinamizar os serviços que presta.

O responsável pela biblioteca escolar deve procurar meios de atrair mais usuários e conservar o hábito dos já existentes. Além do serviço de empréstimo, a biblioteca deve promover atividades sociais, culturais e recreativas.

A biblioteca deve, ainda, possuir regulamento e mecanismo de ação e controle que, aliados aos seus objetivos gerais, darão aos usuários noções de respeito, convívio social e preservação dos bens públicos.

A biblioteca escolar é um recurso da instituição de ensino comprometido com o planejamento educacional; nesse sentido, aos sistemas educacionais compete definir diretrizes para a estruturação e funcionamento de suas bibliotecas. Para um perfeito funcionamento, a biblioteca deve ter o usuário como determinante principal, com bibliotecários e professores atuando integradamente. (SILVA, 2004).

Tem sido um grande desafio, para muitos autores, escrever sobre a biblioteca escolar no Brasil, uma vez que ela foi, e ainda é, uma “[...] das maiores deficiências do nosso aparelho escolar”. (SILVA, 2003, p. 46). Essa é a razão por que, tal como Válio (1990) considera ao longo dos anos o conceito de biblioteca

escolar transformou-se e tornou-se questão obrigatória em eventos que discutem a educação, o currículo e a leitura.

Por tudo quanto já foi exposto aqui, pode-se perceber um discurso explícito de que a biblioteca escolar tem fundamental importância dentro do sistema educacional de um país, já que é o setor onde se organizam os materiais bibliográficos, audiovisuais, de pesquisa, disponíveis a toda a comunidade educacional.

É pertinente, portanto, uma especulação acerca da trajetória de implantação das bibliotecas escolares, ou seja, como estão inseridas na história do ensino brasileiro e, ainda, como a questão da biblioteca escolar passa a ser tratada no âmbito das políticas educacionais e pelos educadores.

**CAPÍTULO II - ASPECTOS HISTÓRICOS DAS BIBLIOTECAS
ESCOLARES NO BRASIL**

Este capítulo apresenta o histórico das bibliotecas escolares no Brasil do período jesuítico até a década de 1960, numa tentativa de compreender sua criação e como estavam inseridas na história da Educação e da Biblioteconomia.

Das poucas fontes que abordam a história da biblioteca no Brasil, trago o histórico dividido em quatro períodos: dos jesuítas, início das bibliotecas no país; período colonial, existência de precárias bibliotecas, particulares e dos conventos; Império, vinda da Família Real trazendo parte do acervo da Biblioteca da Ajuda e criação da Biblioteca Nacional; e República, criação do curso de Biblioteconomia, presença de bibliotecas escolares nas escolas normais. Devido à falta de literatura abordando o histórico das bibliotecas escolares nas décadas de 1940 e 1960, trago dados do Guia das Bibliotecas Brasileiras.

2.1 BIBLIOTECAS DOS JESUÍTAS

As bibliotecas, no Brasil têm sua origem em 1549, com a chegada dos primeiros missionários jesuítas sob o comando do Padre Manuel da Nóbrega.

A esse respeito Pereira (1999, p. 814) acentua que:

[...] a frota do 1º Governador-Geral de Sousa, chegando ao Brasil em 1549, objetivava entre seus atos um projeto civilizacional: acompanhava um grupo de jesuítas liderados por Manuel da Nóbrega. Os inicianos obviamente levavam livros, sobretudo devocionais, e fundaram, ao chega, o colégio Jesuítico da Bahia, núcleo inicial de importante biblioteca.

Essas bibliotecas, que, segundo Milanesi (1986, p. 65), eram “nascidas nos lugares onde eles [jesuítas] assestavam suas armas para a conversão do gentio”, num primeiro momento tinham a intenção de catequizar índios e instruir colonos; então, livros e bibliotecas eram instrumentos usados para reproduzir a verdade de salvação eterna que esses religiosos apregoavam.

O acervo das bibliotecas (chamadas de “livrarias”, na época) era composto de livros trazidos pelos jesuítas, mas não em quantidade necessária para suprir as carências de informações. Em carta ao Padre Simão, datada de 1549, Padre Manuel da Nóbrega refere-se, com destaque, à falta que faziam as obras diversas, lamenta

sua escassez e pede “livros, por que nos fazem muita mingua para duvidas que cá há, que todas se perguntam a mim”. (LEITE, 1938, p. 541).

Desta forma, os livros foram chegando de Portugal com os jesuítas e, em 1549, com os livros trazidos pelo Padre Manuel da Nóbrega, organizou-se a Livraria do Colégio da Bahia. Essa livraria foi considerada, na época, a mais importante do Brasil. (LEITE, 1938, p. 543).

Os jesuítas procuravam instalar livrarias em todos os lugares onde se estabeleciam. Padre Serafim Leite (1940, p. 92) faz referência a esse fato:

Não havia aldeia, por mais recuada que fosse na profundeza dos sertões e rios, que a não iluminasse ao menos uma estante de livros. [...]. A inexistência de livros em determinado local era considerada um sinal de carência de meios para ação dos jesuítas. Em contrapartida, uma boa coleção era sinal de prestígio do colégio que a possuía e o credenciava para a criação de cursos.

O acervo das livrarias dos Colégios era enriquecido não somente para satisfazer as necessidades pessoais dos jesuítas, mas, principalmente, segundo Moraes (2006, p. 9), “pelas responsabilidades que tinham nos seus seminários e colégios, onde recebiam alunos para o aprendizado desde as primeiras letras até os cursos de filosofia, que se equiparavam a verdadeiras faculdades.”

Sobre o conteúdo dos livros que compunham o acervo dessas bibliotecas, Milanesi (1986, p. 65) destaca que se tratavam, fundamentalmente, de “obras litúrgicas ou de amparo doutrinário ao trabalho apostólico, sempre sob o respaldo do colonizador, o poder temporal indissociado da pregação dos religiosos”.

Segundo Lessa (1946, p. 339), “um bom método” para se conhecer o acervo das bibliotecas coloniais “seria examinar a substância das obras escritas por brasileiros, e as citações feitas a outros, e por elas deduzir quais os livros que tiveram à disposição”. Contudo, segundo o autor, esse processo poucas vezes permitiu “tirar conclusões positivas sobre a existência de tais livros no Brasil”.

No que concerne à finalidade da constituição do acervo das bibliotecas dos colégios dos jesuítas, conventos dos franciscanos e mosteiros dos beneditinos, Pereira (1999, p. 818) salienta que “continham acervos voltados sobretudo para o trabalho prático da catequese dos silvícolas e do ensino das primeiras letras aos filhos dos colonos”.

Embora o acesso a essas bibliotecas fosse restrito aos padres e alunos; “qualquer pessoa que fizesse o pedido competente” (MORAES, 2006, p. 6) poderia frequentá-las.

A organização das bibliotecas ficava a cargo dos próprios padres; na Livraria do Colégio da Bahia já havia bibliotecários, conforme se pode perceber pelo excerto a seguir:

O Colégio teve sempre bons bibliotecários. Um deles, o próprio P. António Vieira, segundo as suas palavras, de que fora sempre bibliotecário em todos os Colégios. Quando êle escrevia isto, já havia passado pelos da Baía, Maranhão, Pará, Lisboa, Porto e Coimbra. (LEITE, 1940, p. 93).

Outro bibliotecário, o Irmão António da Costa, que em 1677 entrou para a Companhia na Bahia, foi o responsável pela organização do Índice da Biblioteca por matérias e autores; Moraes (2006, p. 8) assinala que “é esse o primeiro catálogo verdadeiro de biblioteca brasileira e seu organizador, nascido, por sinal, em Lião, na França, o primeiro bibliotecário – e não simples guardião de livros – que houve entre nós”.

Outras ordens religiosas, como a dos beneditinos, franciscanos e carmelitas, possuíam escolas anexas aos seus conventos, exerciam papel importante na instrução do povo, principalmente, no ensino das primeiras letras e possuíam, também, boas bibliotecas.

Com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, ocorreu o fechamento dos colégios e, por consequência, a perda das bibliotecas que os padres mantinham nos seus principais estabelecimentos.

Do ponto de vista intelectual, o panorama era pouco animador. Em 1747, o fundador de uma tipografia no Rio de Janeiro fora forçado a voltar para Portugal, pois continuava proibida a impressão de livros ou mesmo folhetos no Brasil. O ensino jesuítico, o mais consistente e de antiga tradição, não tardaria a sofrer o impacto negativo das reformas Pombal. (CARDOSO, 2000, p. 113).

A esse respeito Moraes (2006, p. 10) acentua que:

As bibliotecas sofreram um golpe terrível com a expulsão da Companhia de Jesus. Todos os bens foram confiscados, inclusive as bibliotecas. Livros retirados dos colégios ficariam amontoados em lugares impróprios, durante anos, enquanto se procedia ao inventário de bens dos inicianos.

Padre Serafim Leite (1940, p. 94), descreve os comentários que Luiz dos Santos Vilhena faz, em uma de suas cartas, sobre a situação em que se encontravam as bibliotecas:

Muitos [livros] têm sido furtados e outros vendidos, por quem os furtara, por vilíssimos preços, a Boticários e Tendeiros, para embrulhar adubos e unguentos, podendo ter-se com módica despesa aqui não aparecem livros; outros porém, consta terem saído para ornar estantes particulares, sem que hoje exista nada deles.

Dos poucos livros que sobraram veio a se constituir o acervo Biblioteca Pública da Bahia, aberta em 13 de maio de 1811, que contou ainda com doação de particulares. (LEITE, 1940, p. 217). Em 1817, o acervo era constituído de 7.000 volumes, ou seja, cerca da metade dos 15.000 exemplares do acervo original avaliado por Serafim Leite.

A respeito da perda dessas bibliotecas em consequência do fechamento dos colégios dos jesuítas, Niskier (1996, p. 64) apresenta o seguinte comentário do Padre Serafim:

A consenso de todos, à Companhia de Jesus se deve, durante mais de 2 séculos quanto no Brasil merece o nome de cultura humanística e literária. Nos seus Colégios de Artes se conferiram os primeiros graus acadêmicos, neles se formaram as primeiras bibliotecas do Brasil. Não é fácil imaginar o que seriam hoje essas bibliotecas, se a perseguição pombalina, desde o Amazonas à Colônia do Sacramento, no Rio da Prata, não se houvesse destruído ou dispersado.

Organizaram-se, sem dúvida, inventários de todas, no momento do seqüestro geral. Perderam-se ou ignora-se o paradeiro deles; sobretudo os dos grandes colégios em que se professavam a Teologia, as Artes e Humanidades, sobressaindo os do Rio de Janeiro, de Olinda e da Bahia, este último o maior de todos.

Aquela livraria, imensa como foco de luz nas selvas coloniais do Brasil, possuía um pouco de tudo. E, entre todos e acima de todos, como príncipes, um deles em casa própria, os dois maiores mestres da Língua, cada qual com todas as suas obras – Luís de Camões e Vieira.

O mesmo autor, na mesma obra, destaca através dos comentários do historiador Brás do Amaral a respeito da biblioteca da Catedral de Salvador, que era magnífica, contudo, após a expulsão dos jesuítas, todas as obras se perderam, desviadas, provavelmente, por descuido daqueles para quem a Ordem confiara. (NISKIER, 1996).

2.2 BIBLIOTECAS NO PERÍODO COLONIAL

No período colonial, havia bibliotecas particulares e dos conventos, quase todas pessimamente mantidas, sem que proporcionassem algum benefício à coletividade. Especificamente sobre as bibliotecas particulares, Villalta (1997, p. 383-384) salienta que:

[...] tendo a propriedade de livros se concentrado nas mãos de um reduzido número de pessoas e se limitando a uns poucos títulos, preponderantemente de cunho devocional. Os donos de bibliotecas, em sua maioria, eram membros das elites, que combinavam a propriedade (de terras, gado e minas) ou o envolvimento no comércio a ofícios que exigiam uma educação mais esmerada. Assim, clérigos, advogados, médicos e funcionários públicos dos altos escalões destacaram-se como os principais proprietários de livrarias. A composição das bibliotecas (número de livros e distribuição desses pelas áreas do saber) dependeu menos da riqueza dos seus proprietários que das carreiras profissionais por eles abraçadas: não era o cabedal portentoso que definia o interesse por livros, e sim os ofícios aos quais as pessoas se dedicavam e o nível educacional por eles exigido, havendo nas bibliotecas maior número de livros relacionados às profissões de seus proprietários.

Capistrano de Abreu (1907, p. 210) afirma que na realidade educacional no período colonial no Brasil, “poucos aprendíam a ler. Com a raridade dos livros exercitava-se a leitura em manuscritos, o que explica a perda de tantos documentos preciosos”.

Em 1808, a Família Real chega ao Brasil trazendo “grande número de fidalgos, trazendo seus móveis, alfaias e bibliotecas; a liberdade de comércio imediatamente decretada, e a aparição das primeiras tipografias.” (PEREIRA, 1999, p. 345). Nesse sentido, por força das pressões políticas, dá-se origem a Real Biblioteca, denominada também de Biblioteca do Rio de Janeiro, instalada no hospital da Ordem Terceira do Carmo através do decreto do Príncipe Regente, de 27 de junho de 1810, onde se lê:

Attendendo á necessidade que ha de edificio proprio para se collocarem a minha Real Bibliotheca e Instrumentos de Physica, e Mathematica, vindos ultimamente de Lisboa, e a haver-se a Ordem Terceira do Carmo prestado a proposição de mudar o Hospital dos Terceiros, situado junto á minha Real Capella, para nas casas delle se arranjar a mesma Bibliotheca [...]: hei por bem, que pelo meu Real Erario se pague annualmente á referida Ordem Terceira a importancia do aluguel das casas, que hão de servir de Hospital, arranjando-se este nas ditas casas á custa da minha Real Fazenda, por onde será feita toda a despeza do preparo e

acommodação da sobredita Bibliotheca e Gabinete dos Instrumentos de Physica e Mathematica. (BRASIL, 1891a, p. 117).

Essa biblioteca foi constituída a partir da livraria que o rei de Portugal, D. José I, organizara para substituir a que, com o título de Real Biblioteca da Ajuda, o terremoto de Lisboa, de 1º de novembro de 1755, havia destruído concomitantemente ao incêndio que se lhe seguira. Quando D. João VI, então príncipe regente, fugindo à invasão de Portugal pelas tropas francesas de Junot, transportou-se com a rainha D. Maria I e toda a família real para a sua colônia do Brasil, em fins de 1807 e princípios de 1808, trouxe consigo para o Rio de Janeiro aquela biblioteca, à qual se adicionara, entre os anos de 1770 e 1773, a livraria que Diogo Barbosa Machado, doara a D. José pouco depois do terremoto de 1755.

Além desses livros, o acervo ainda contava com a coleção da Casa da Infantado; os livros e manuscritos de Frei José Mariano da Conceição Veloso; e de diversas compras em menores proporções, de forma que em 1814, eleva-se o número de 60.000 volumes. Depois disso outras coleções foram incorporadas por compra: em 1815, a livraria do Dr. Manuel Inácio da Silva Alvarenga; em 1818, os desenhos, estampas, camafeus, moldes etc., e livros pertencentes a José da Costa e Silva; e em 1822, a livraria do Conde da Barca. (LESSA, 1946).

A 29 de outubro de 1810, devido às precárias condições para a devida conservação do acervo da biblioteca, um decreto do Príncipe Regente determinou que, no lugar que serviu de “catacumbas” aos religiosos do Carmo, fosse acomodada a Real Biblioteca.

Havendo ordenado por Decreto de 27 de Junho do presente anno, que nas casas do Hospital da Ordem Terceira do Caro, situado á minha Real Capella, se collocassem a minha Real Bibliotheca, e gabinete dos instrumentos de physica e mathematica, vindos ultimamente de Lisboa; e constatando-me pelas ultimas averiguações a que mandei proceder, que o dito edificio não tem toda a luz necessária, nem oferece os commodos indispensaveis em um estabelecimento desta natureza, e que no logar que havia servido de catacumba aos religiosos do Carmo se podia fazer uma mais própria e decente accommodação para a dita livraria: hei por bem, revogado o mencionado Real Decreto de 27 de junho, determinar que nas ditas catacumbas se erija, e accomode a minha Real Bibliotheca e instrumentos de physica e mathematica; fazendo-se á custa da Real Fazenda toda a despeza conducente ao arranjamento e manutenção do referido estabelecimento. (BRASIL, 1891b, p. 220-221).

A Biblioteca Real foi inaugurada em 13 de maio de 1811, franqueada ao público, mas facultada apenas aos estudiosos mediante consentimento régio, sendo somente em 1814, totalmente aberta ao público. (MORAES, 2006).

2.3 BIBLIOTECAS NO IMPÉRIO

Quando, em 1821, a Família Real regressou a Portugal, D. João VI levou de volta grande parte dos manuscritos do acervo. Depois da proclamação da independência, a aquisição da Biblioteca Real pelo Brasil foi regulada mediante a Convenção Adicional ao Tratado de Paz e Amizade, celebrado entre o Brasil e Portugal em 29 de agosto de 1825.

Assim como as demais bibliotecas no Brasil, a Biblioteca Real, nas suas primeiras décadas, foi gerenciada por religiosos, alguns vindos com a família real, dentre eles: Frei Gregório José Viegas, da Ordem Terceira de São Francisco, Padre Joaquim Damaso, da congregação do Oratório de Lisboa, Frei Antônio de Arróbida, também franciscano, Padre Felisberto Ferreira Delgado, Cônego Francisco Vieira Goulart, Cônego Antônio Fernandes da Silveira, Cônego Januário da Cunha Barbosa, José de Assis Branco Muniz Barreto, o primeiro não religioso, Jorge Estanislau Xavier Luis Camillo, Frei Camillo de Monserate. (CASTRO, 2000).

Um dos grandes problemas enfrentados pelo diretor¹⁰ Frei Camillo de Monserate era a falta de pessoal qualificado e em quantidade suficiente para desenvolver todas as atividades necessárias e correspondentes aos seus planos de organização. Ramiz Galvão, em 1887, homenageia esse diretor publicando sua biografia, presente nos Anais da Biblioteca Nacional, volume XII, onde se lê:

Dir-se-ha que a Bibliotheca tinha empregados: um ajudante de bibliothecario, dous officiaes, dous ammanuenses, e jornaleiros. Mas é preciso que se-saiba que funcionários eram, que habilitações tinham, e que auxilio podiam prestar em um trabalho d'esta natureza. A verdade é que, salvas poucas excepções, eram todos destituídos de habilitações clássicas, e alguns d'elles verdadeiros illiteratos, que só por ironia da sorte se-achavam empregados em tractar de livros. Os poucos habeis e talvez

¹⁰Nessa época, não existia o título de “diretor”, que somente passou a vigorar com a República. Aquele que administrava a biblioteca recebia a denominação de bibliotecário. (CARVALHO, 1994, p. 73).

competentes para trabalhos de certa ordem nada se demoravam na Bibliotheca, ou viviam no gôzo de quase constantes licenças, e procuravam a todo o custo empregos bem remunerados em outras repartições, porque os da Bibliotheca não davam nem para garantir a mais modesta subsistência. (GALVÃO, 1887, p. 122).

Esse problema também pode ser percebido em outras gestões da Biblioteca Real: na gestão de João Alexandre Teixeira de Mello: no relatório de 15 de janeiro de 1898, referente ao ano de 1897, o então diretor, afirma que problemas com o pessoal comprometeram o desenvolvimento de várias atividades, devido às “causas ocasionaes de faltas por motivo de moléstias e das licenças que d’ahi decorreram” e que embora tenha ocorrido a nomeação de um auxiliar, “resta ainda por preencher a de amanuense, cujo numero actualmente existente é insufficiente para o maneiio da repartição.” (MELLO, 1899, p. 287); e no relatório de 1900, do mesmo diretor, essa questão reaparece, acrescida de morte de dois funcionários e moléstias (Ibid., 1900); na gestão de Manoel Cicero Peregrino da Silva: no relatório de 15 de fevereiro de 1907, o diretor descreve a difícil situação que a Biblioteca atravessava referente à falta de pessoal suficiente e capacitado. Ressalta que essa carência de pessoal, confere ao problema o desprestígio que a biblioteca tinha perante o público, justificado pelo descontentamento desses pelos serviços que ela, embora tendo condições suficientes, não oferecia e se conservava desaproveitados. (SILVA, 1909).

Após a morte de Frei Camilo de Monserrate, assume a direção da biblioteca Benjamin Franklin Ramiz Galvão, encontrando a Biblioteca em péssimas condições, devido não pelo descaso de Monserrate, mas aos poucos recursos disponíveis e às constantes negativas aos pedidos do bibliotecário ao Ministro do Império.

Ramiz Galvão imprimiu várias mudanças na biblioteca, dentre elas: em 1879, estabelece um regulamento no qual dividia a biblioteca em três seções; impressos, cartas geográficas, manuscritos e estampas; amplia o horário de atendimento ao público das 9 às 11 e das 18 às 21 horas; modifica o quadro de pessoal, passando a ser composto de um bibliotecário, três chefes de seção, três oficiais, um secretário, oito auxiliares, um guarda e um porteiro; solicita ao Império alguns contos de réis destinados as reformas naquele estabelecimento. Dentre as reformas previstas, havia algumas modificações nos aposentos, necessárias para que Ramiz Galvão fixasse sua residência em um prédio contíguo à biblioteca, possibilitando que o bibliotecário se dedicasse de maneira integral à organização do acervo da instituição. (CASTRO, 2000).

Em 1879, foi realizado o primeiro concurso para preenchimento de cargos, em especial de bibliotecários. Quatro candidatos concorreram àquela vaga, mas apenas dois foram aprovados, dentre eles o historiador João Capistrano de Abreu, classificado em primeiro lugar. Segundo Dias (1955, p. 6), esse concurso é o marco inicial da formação profissional em Biblioteconomia no Brasil.

Cabe ressaltar que o termo bibliotecário passou a ser utilizado na Biblioteca Nacional, através da Decisão Imperial nº 191, em 13 de setembro, Regimento da Biblioteca Imperial e Pública. (BRASIL, 1886).

2.4 BIBLIOTECAS NA REPÚBLICA

Com a Proclamação da República, ocorre a mudança do nome de bibliotecário para diretor e de Biblioteca Imperial para Biblioteca Nacional.

Além de Ramiz Galvão, outro nome importante para o campo da Biblioteconomia foi Manoel Cicero Peregrino da Silva, que assume a direção da Biblioteca Nacional em 1897.

Em sua administração é estabelecido um novo regulamento para a Biblioteca Nacional, aprovado pelo Decreto nº 8.835, de 11 de junho de 1911, que além de trazer uma nova estrutura para a biblioteca, em seu art. 34 cria o curso de Biblioteconomia.

Segundo Castro (2002, p. 27), o ensino de Biblioteconomia na Biblioteca Nacional (BN) teve início “[...] sem qualquer planejamento curricular e sem perspectiva de atender necessidades alheias a essa instituição. As disciplinas eram oferecidas de maneira estanque e desarticuladas, sendo condizentes com a estrutura organizacional da BN.”

Não pretendo trazer a história da formação em Biblioteconomia no Brasil por não ser objeto da pesquisa. Contudo, trago Castro (Ibid.) que, ao estudar as transformações das características da profissão de bibliotecário, reconhece quatro fases distintas no ensino da Biblioteconomia no país: primeira, 1915 a 1918, formação com influências europeias; segunda, 1929 a 1969, direcionada ao ensino pragmático americano; terceira, 1970 a 1985, configurada a partir do crescimento

quantitativo as escolas de Biblioteconomia; e quarta, a partir de 1986, reflexão da qualidade do ensino em nível de graduação. Essa reflexão, possivelmente passa pelas observações ocorridas no mercado de trabalho, necessidades de evolução profissional e pelas demandas exigidas pelo uso das novas tecnologias por esses profissionais.

No Brasil, na segunda metade do século XIX, inicia-se a discussão “sobre a necessidade de bibliotecas – no sentido etimológico de coleção de livros – apropriadas às escolas. [...] Por essa época também aparecem textos dedicados à instrução de escolares.” (VÁLIO, 1990, p. 17).

Em pesquisa realizada sobre a história das bibliotecas no Brasil de 1890 a 1930, Gomes (1983, p. 85) afirma que as bibliotecas brasileiras, instaladas nesse período,

[...] foram o resultado de obstinados esforços isolados de alguns elementos, bem intencionados mas sem recursos de toda ordem para levar avante a idéia transplantada de biblioteca. Essas bibliotecas, como agências de instituições sociais de uma sociedade subdesenvolvida e dependente, atenderam às necessidades de segmentos dessa sociedade. Com seu caráter elitista, decorrente dessa situação, serviram, assim como a educação, instituição a que estiveram mais ligadas na República Velha, de meio de produção social e aperfeiçoamento pessoal. (grifo do autor).

A Escola Nova propunha o ensino baseado na criatividade, na sua própria experiência, na sua capacidade intelectual, logo, não podia prescindir do auxílio da biblioteca, o que corrobora a fala de Ferraz (1949, p. 107) na qual defende que “a escola que não dá à criança o gosto pela leitura, não ensina a ler. É na biblioteca escolar que este gosto vai despertar, e não apenas aprendendo os textos, na classe”.

Os escolanovistas muito contribuíram para o fortalecimento da relação entre o ensino e biblioteca, tanto para atender aos alunos no processo de aprendizagem, como aos professores em sua formação.

Nesse mesmo período, em São Paulo, surgiu um curso elementar de Biblioteconomia instalado no Mackenzie College (atual Instituto Presbiteriano Mackenzie), voltado para a preparação técnica dos funcionários da biblioteca da instituição.

Criado por iniciativa do ministro Gustavo Capanema, Decreto-lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, o Instituto Nacional do Livro (INL), tinha como finalidade propiciar meios para a produção, o aprimoramento do livro e a melhoria dos serviços bibliotecários.

Na exposição de motivos desse decreto, Gustavo Capanema salienta que:

O livro é, sem dúvida, a mais poderosa criação do engenho humano. A influência que ele exerce, sob todos os pontos de vista, não tem contraste. [...] É, portanto, dever do Estado, proteger o livro, não só promovendo e facilitando a sua produção e divulgação, mas ainda vigilando no sentido de que ele seja, não o instrumento do mal, mas sempre o inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas. (BRASIL, 1937).

Devido à inexistência de literatura sobre bibliotecas escolares brasileiras no período das décadas de 1940 a 1960, não foram encontradas informações nem dados coletados e organização de modo sistemático. Por esse motivo, com o objetivo de contribuir para o histórico dessas bibliotecas nesse período, apresento um levantamento das bibliotecas incluídas nos Guias das Bibliotecas Brasileiras¹¹ da 3ª edição com dados de 1938 a 1952 (1955) e 4ª edição, referente 1965 a 1966 (1969). Cabe salientar que a primeira edição da obra é composta dos dados recolhidos de 1938 a 1939 e a segunda de 1939 a 1942, dados incluídos na terceira edição. Não foram publicados, até 1966, os dados referentes ao período das décadas de 1953 a 1964.

Os dados referentes à 3ª edição, publicada em 1955, incluíam todas as bibliotecas cadastradas pelo INL de 1938 a 1952; não constando aquelas que por qualquer motivo tiveram os registros cancelados. O Guia era dividido pelos Estados ou Territórios, dentre de cada localidade, as bibliotecas eram apresentadas em ordem alfabética com os seguintes dados: instalação, caráter geral ou especializado, acervo, informante, registro no INL, categoria, volumes doados pelo INL, e data da inspeção pelo Serviço de Assistência Técnica Regional – SATR¹².

As categorias atribuídas às bibliotecas eram: privadas, escolar primária, escolar secundária, escolar especial, indígena, pública infantil, pública estadual, pública municipal, franqueada¹³, franqueada com seção infantil, franqueada especializada, franqueada católica, franqueada operária, especial, escolar e popular.

¹¹ Guia das Bibliotecas Brasileiras era uma publicação era o resultado de um levantamento feito do Instituto Nacional do Livro que tinha como objetivo conhecer os diferentes aspectos e condições das bibliotecas do país. Para tanto, distribuía circulars, acompanhadas de modelos de questionários, a todas as bibliotecas constantes das estatísticas elaboradas pelo Departamento Nacional de Estatística (Ministério do Trabalho) e pela Diretoria de Estatística do Ministério da Educação e Saúde.

¹² Criado em 1949, fazia parte da Seção de Bibliotecas do INL, tinha como objetivo verificar in loco as bibliotecas cadastradas. (INSTITUTO, 1955).

¹³ “Isto é, quando a biblioteca, criada especialmente para atender a uma entidade pública ou privada, ou a limitado número de leitores, permite acesso ao público em geral.” (INSTITUTO, 1955).

Após a busca nas referidas obras, obteve-se uma listagem de 545 bibliotecas categorizadas como “escolar secundária”.

Tabela 1 – Bibliotecas da categoria “escolar secundária” presentes no Guia das Bibliotecas Brasileiras de 1955, segundo as unidades da federação

Unidades da federação	Número de bibliotecas
Distrito Federal	31
Alagoas	5
Amazonas	2
Bahia	13
Ceará	18
Espírito Santo	9
Goiás	10
Maranhão	11
Mato Grosso	11
Minas Gerais	117
Pará	4
Paraíba	9
Paraná	29
Pernambuco	23
Piauí	4
Rio Grande do Norte	12
Rio Grande do Sul	66
Rio de Janeiro	27
Santa Catarina	24
São Paulo	114
Sergipe	4
Território Federal do Acre	1
Território Federal do Amapá	0
Território Federal do Guaporé	1
Território Federal do Rio Branco ..	0
BRASIL	545

Fonte: Guia das bibliotecas brasileiras (1955)

Observa-se que o Estado de Minas Gerais possui o maior número de bibliotecas da categoria “escola secundária”. Contudo, esses dados não significam que esse Estado possuía um número maior de bibliotecas do ensino secundário no país, pois muitas bibliotecas foram categorizadas pelo INL como “privadas”, “pública estadual” ou “pública municipal”. Outro fato é que, como foi dito

anteriormente, somente fizeram parte dessa relação de bibliotecas aquelas cadastradas junto ao Instituto.

Em 1969 o INL lançou a quarta edição do Guia das Bibliotecas Brasileiras num total de 9743 bibliotecas existentes no Brasil, apresenta algumas mudanças da edição anterior: inclui, também, as bibliotecas não registradas no Instituto; na classificação das bibliotecas em categorias adotando o critério fixado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura) e IFLA (Federação Internacional de Associações de Bibliotecários): bibliotecas nacionais¹⁴, universitárias¹⁵, escolares¹⁶, especializadas¹⁷ e públicas¹⁸; estabelecimento de critérios para a definição de “biblioteca” no Brasil, levando-se em consideração o acervo, mantendo relação entre o volume de obras existentes na biblioteca e a densidade demográfica da região fisiográfica do país em que se encontra; dados técnicos sobre a organização das bibliotecas e a qualificação do seu pessoal; e “sumário”, ausente nas edições anteriores, e quatro “índices alfabético-remissivos”:

Biblioteca Nacional e unidades da federação que mantém bibliotecas públicas; Municípios que dispõem de bibliotecas públicas mantidas ou subvencionadas pelas prefeituras municipais; Bibliotecas universitárias; Bibliotecas especializadas segundo os assuntos.

Os dados apresentados no Guia foram arranjados por estados, territórios e cidades fornecendo: nome da biblioteca, entidade mantenedora, endereço completo, data de fundação, registro no INL, acervo, número de funcionários, sistema de classificação e normas de catalogação adotados; tipos de catálogos existentes etc.

¹⁴ Responsáveis por adquirir e conservar o patrimônio literário nacional e que dispõem do privilégio do depósito legal.

¹⁵ Destinadas aos corpos docente e discente dos estabelecimentos de ensino superior.

¹⁶ Anexas aos estabelecimentos de ensino dos níveis primário e médio.

¹⁷ Seu acervo possui em sua maioria de assuntos específicos e destinadas principalmente a um número restrito de usuários.

¹⁸ Destinadas ao público em geral ou a determinadas categorias de público; mantidas por entidades da administração pública em qualquer nível, associações de qualquer natureza, hospitais, estabelecimentos penais, instituições militares etc.

Tabela2 – Bibliotecas escolares presentes no Guia das Bibliotecas Brasileiras de 1969, segundo as unidades da federação

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Número de Bibliotecas por Categorias			
	Total geral		Escolares	
	Total geral	INL	Total	INL
NORTE				
Rondônia	10	10	5	5
Acre	24	15	11	6
Amazonas	72	51	19	18
Roraima	3	3	2	2
Pará	111	47	57	20
Amapá	12	11	4	4
NORDESTE				
Maranhão	128	106	52	41
Piauí	77	62	25	19
Ceará	245	194	108	79
Rio Grande do Norte ..	123	106	49	41
Paraíba	178	143	65	45
Pernambuco	328	234	154	115
Alagoas	101	78	46	38
LESTE				
Sergipe	73	51	24	18
Bahia	548	461	122	96
Minas Gerais	1460	1219	957	799
Espírito Santo	145	129	65	59
Rio de Janeiro	450	380	295	264
Guanabara	830	588	348	250
SUL				
São Paulo	2211	1795	1189	1068
Paraná	431	333	267	231
Santa Catarina	780	763	685	679
Rio Grande do Sul	1104	908	718	617
CENTRO-OESTE				
Mato Grosso	107	59	52	27
Goiás	101	77	35	35
Brasília, DF	91	35	53	19
BRASIL	9743	7858	5407	4595

Fonte: Guia das bibliotecas brasileiras (1969)

Percebe-se um aumento significativo no número de bibliotecas escolares em todos os Estados com relação à edição de 1955. No Estado de São Paulo, com o total maior de bibliotecas, o número superior a 1000 bibliotecas escolares. O maior número de bibliotecas escolares estava nas Regiões Sudeste e Sul, seguidas pela Região Nordeste.

Dos dados contidos nessas tabelas várias análises podem ser feitas, contudo não é objeto desse trabalho, cabe apenas salientar que nesse período pode-se perceber a existência no país de muitas bibliotecas escolares, como pode ser percebido num comparativo do percentual de todas as bibliotecas cadastradas no INL com as bibliotecas escolares, também cadastradas nesse Instituto: Região Norte 45%; Nordeste, 40%; Leste, 47%; Sul, 71%; e Centro-Oeste, 49%.

Com o objetivo de compreender o lugar que essas bibliotecas ocupavam no ensino secundário analiso, a seguir, o discurso da legislação educacional.

**CAPÍTULO III – A BIBLIOTECA ESCOLAR NA LEGISLAÇÃO
DO ENSINO SECUNDÁRIO BRASILEIRO**

Este capítulo tem como objetivo compreender qual o lugar que as bibliotecas escolares ocupavam na legislação do ensino secundário; para tanto busco respostas as indagações antes mencionadas: houve um discurso enfatizando a necessidade das bibliotecas escolares no ensino secundário brasileiro? Qual era esse discurso? Quais foram os sujeitos que forjaram esse discurso? O que pretendiam com ele? O que estava implícito em defesa da biblioteca escolar?

Construo a análise aqui apresentada, valendo-me de 16 documentos que regulamentaram o ensino secundário no período de 1838 a 1968.

O presente capítulo foi dividido em duas partes: a biblioteca escolar na legislação do Império e na legislação da República. Dentro de cada uma delas, apresento os discursos legais onde encontrei dispositivos que trazem a biblioteca escolar, destacando os aspectos, que segundo (MORICONI, 1982, p. 55) devem ser considerados para a criação de uma biblioteca escolar: o usuário; o conteúdo; a organização; recursos humanos e atividades e serviços.

3.1 A BIBLIOTECA ESCOLAR NA LEGISLAÇÃO DO IMPÉRIO

Com a chegada de D. João VI ao Brasil ao Brasil (1808) multiplicaram-se iniciativas relevantes no campo da cultura e da educação: fundação dos cursos médico-cirúrgicos na Bahia (1808) e no Rio de Janeiro (1809), cursos de agricultura, também na Bahia (1812) e no Rio de Janeiro (1814); organizou um gabinete de Química na Corte (1812) e iniciou-se o ensino dessa ciência na Bahia, com a criação de uma cadeira isolada (1817); foi criada a cadeira e aula prática de Economia Política (1808); instituiu-se a Imprensa Régia (1808), o Museu Real (1818) e o Jardim Botânico (1810); e foi inaugurada a Biblioteca Pública (1810).

Em 03 de junho de 1822¹⁹, o príncipe regente, D. Pedro, convocou a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, composta pelos representantes das províncias do Brasil. Era um passo decisivo dado pelo Brasil para abandonar o

¹⁹ Em 1821, D. João VI partiu para Portugal e deixou o Brasil entregue a seu filho, o príncipe D. Pedro. Em 7 de setembro de 1822, tornou-se o primeiro imperador do Brasil (1822-1831) ao declarar o país independente de Portugal, recebendo o título de D. Pedro I. Em razão da oposição e de uma reação popular abdicou ao trono do Brasil em favor de seu filho Pedro (1831). (FAUSTO, 2001).

absolutismo e se inserir numa nova realidade política dominada pelo pensamento liberal e constitucionalista.

No dia 03 de maio de 1823, em sessão preparatória, reuniram-se, na Cadeia Velha, 52 deputados. No discurso inaugural da Assembleia Constituinte, D. Pedro I relatou:

[...] tenho promovido os estudos públicos, quanto é possível, porém necessita-se para isto de uma legislação particular. Fez-se o seguinte. Comprou-se para engrandecimento da Biblioteca Publica uma grande collecção de livros dos de melhor escolha; augmentou-se o numero de escolas, e alguns tanto o ordenado de seus mestres, permittindo-se além disto haver um sem numero dellas particulares: conhecendo a vantagem do ensino mutuo também fiz abrir uma escola pelo methodo Lancasteriano. (ANNAES, 1874, p. 15).

A biblioteca pública, a que o Imperador fez referência no trecho citado, era a Real Biblioteca, montada pela coroa portuguesa desde 1755, cuja chegada ao Brasil, em 1808, coincide com a chegada da Família Real. Essa biblioteca deu origem à atual Biblioteca Nacional.

Os parâmetros constitucionais para a legislação especial, apontada anteriormente, ficaram a cargo da Comissão de Instrução Pública da Assembleia Nacional Constituinte, que instituiu um prêmio para quem apresentasse a proposta de um “melhor tratado de educação física, moral e intelectual para mocidade brasileira.” O objetivo principal era a organização de um sistema de escolas públicas, segundo um plano comum, a ser implantado em todo o território do novo Estado. Para tanto, a Comissão de Instrução solicitou “informações sobre as escolas e os estabelecimentos literários nesta Corte e em todas as províncias deste Império, e apresentou, por seu relator, uma minuta de decreto pelo qual se condecorava com a Ordem Imperial do Cruzeiro” ao cidadão que apresentasse a melhor proposta. O decreto, redigido em três parágrafos, “teria sido o máximo que a Constituinte de 23 poderia ter feito para a educação nacional, e nem isto conseguiu completar.” (CHIZZOTTI, 2005, p. 37-43).

A dissolução da Assembleia Constituinte ocorreu por meio de um decreto de 12 de novembro de 1823. A intenção era neutralizar a pressão da oposição e outorgar uma Constituição ao agrado do Imperador, o que, na visão de Chizzotti (Ibid., p. 51), “representou uma vitória dos realistas e cindiu profundamente os liberais que defendiam a monarquia.”

Outro decreto, de 13 de novembro de 1823 (BRASIL, 1887b), criou e nomeou, para a redação de uma constituição, um Conselho de Estado, composto de dez membros: os seis ministros, Conselheiros de Estado natos: João Severino Maciel da Costa, Luiz José de Carvalho e Mello, Clemente Ferreira França, Mariano José Pereira da Fonseca, João Gomes da Silveira Mendonça, Francisco Villela Barbosa; o Desembargador do Paço Antonio Luiz Pereira da Cunha, e os conselheiros da Fazenda: José Egydio Alvares de Almeida (Barão de Santo Amaro), José Joaquim Carneiro de Campos e Manoel Jacinto Nogueira da Gama. Assim, em menos de um mês, em 11 de dezembro de 1823, D. Pedro I apresenta a Primeira Constituição do Brasil, outorgada em 25 de março de 1824.

Essa constituição criou as Assembleias provinciais, que tinham poderes para legislar sobre: a divisão civil, judiciária e eclesiástica da Província; a instrução pública; a fixação das forças policiais; a forma de propor, debater e sancionar as leis locais; entre outros, sendo vetadas de legislar sobre os impostos referentes a exportações. No documento encontram-se apenas dois dispositivos sobre educação, constantes no art. 179: o princípio da gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos (alínea 32) e a referência ao ensino das ciências, belas letras e artes em colégios e universidades (alínea 33). (BRASIL, 1886, p. 35).

A ausência de outras orientações sobre educação na Constituição de 1824 parece revelar uma falta de prioridade das questões da educação naquele momento histórico. Por outro lado, a existência de um artigo sobre a gratuidade da instrução primária mostra a presença de um valor público que permaneceria presente por longo tempo, nas diversas políticas públicas do país.

Relativamente às decisões do Império a respeito do ensino secundário, podem-se destacar, no ano de 1824, três delas: a primeira, a de nº 206 de 27 de setembro de 1824, ordenava a entrega da propriedade de Sant'Anna, em S. Paulo, para fundação de um Seminário de educação de meninos pobres e desvalidos; a segunda, de nº 266 de 15 de dezembro, criava um laboratório químico no Museu Nacional; e a terceira, de nº 267 da mesma data, autorizava a criação de uma cadeira de filosofia no Seminário de S. Joaquim.

Em 06 de maio de 1826 o Imperador reabriu a Assembleia Nacional Constituinte; em seu discurso, pronunciado na Câmara dos Senadores, reafirmou a preocupação com a instrução pública: “deve merecer-vos summo cuidado a educação da mocidade de ambos os sexos.” (BRASIL, 1880, p. 5).

As discussões sobre o problema da instrução pública foram retomadas e várias propostas surgiram, dentre elas o Projeto de lei sobre a Instrução Pública do Império do Brasil, de Januário da Cunha Barbosa, José Cardoso Pereira de Mello e Antonio Ferreira França, primeira proposta de criação de escolas primárias no país. Esse Projeto, conhecido como Projeto Januário da Cunha Barbosa, pretendia regular todo o ensino, distribuído em quatro graus: o primeiro, Pedagogias, abrangeria aqueles conhecimentos elementares necessários a todos, independentemente da sua situação social ou profissão; o segundo, Liceus, se voltaria para a formação profissional, compreendendo os conhecimentos relativos à agricultura, às artes e ao comércio; o terceiro, denominado Ginásios, compreenderia os conhecimentos científicos gerais, como introdução ao estudo aprofundado das ciências e de todo gênero de erudição; o quarto grau, Academias, destinar-se-ia ao ensino das ciências abstratas e as de observação, consideradas na sua maior extensão e em todas as mais diversas relações com a ordem social, compreendendo, ainda, o estudo das ciências morais e políticas, contempladas sob o mesmo ponto de vista, conforme se encontra no artigo 5º do Projeto. (BRASIL, 1874, p. 151).

Um aspecto que chama a atenção, no Projeto, é que nas escolas do quarto grau ou Academias os professores receberiam a denominação de “lentes” e seriam, em tudo e por tudo, contemplados na mais perfeita igualdade quanto à sua consideração política e retribuição ordinária de seus serviços. .

Além de traçar a divisão das escolas em seus quatro graus, o Projeto estabelecia as regras de direção e inspeção das escolas públicas:

Haverá na capital do Imperio uma corporação de homens instruidos, do mais distincto merecimento debaixo da denominação de -- Instituto do Brasil --, a cujo cargo estará a direcção da instrução pública em toda extensão do Imperio, e a inspecção das escolas publicas que nelle se achem estabelecidas, e para o futuro se estabelecerem. (BRASIL, 1874, p. 154).

Caberia ao Instituto a escolha e aprovação dos livros elementares - que deveriam servir de texto às explicações dos professores em todas as escolas do Império – bem como o fornecimento das bibliotecas, museus, laboratórios e gabinetes de mecânica e física, bem como os observatórios.

Além de seus membros o Instituto seria composto por um presidente, um secretário geral do Instituto, um secretário particular de cada classe, um vice-

presidente e um vice-secretário geral, um tesoureiro, um bibliotecário, dentre outros. Todos os membros, internos e externos, de qualquer Classe, seriam elegíveis para as funções de tesoureiro, bibliotecário, conservador do gabinete de física e Diretor de impressões.

As competências atribuídas ao bibliotecário do Instituto, segundo o Projeto, seriam: conservação, asseio, arranjo, e guarda da biblioteca; compra e permuta dos livros; encomenda de jornais literários ou outros quaisquer periódicos que deveriam existir na biblioteca, todas elas precedidas da devida aprovação e ordem do Conselho.

O acesso à biblioteca deveria ser livre a todos os membros, assim como a consulta e o empréstimo de qualquer livro, desde que fosse anotado em um caderno ou livro destinado a essa finalidade. Nenhum livro deveria ficar fora da biblioteca por mais de um mês, e não tornaria a sair dela, sem que houvesse passado outro mês, depois da sua reposição.

Para evitar a multiplicidade de estabelecimentos do mesmo gênero, biblioteca, museu, laboratórios seriam comuns a todas as escolas estabelecidas na Corte; e, para esse efeito, a regulamentação seria combinada de forma a que, sem detrimento ou perturbação dos trabalhos do Instituto, seriam preenchidos todos os fins indicados.

Todo esse projeto, contudo, não chegou a entrar em discussão, pois, em lugar de ideias mais ambiciosas “a Câmara dos Deputados preferiu ater-se a um modesto projeto limitado à escola elementar o que resultou na Lei de 15 de outubro de 1827 que determinava a criação de ‘Escolas de Primeiras Letras’” (SAVIANI, 2010, p. 126).

O Projeto Januário da Cunha Correa é o primeiro documento em que encontrei referências à biblioteca escolar na legislação brasileira, contudo como esse projeto não foi aprovado, não faz parte da análise dessa pesquisa, embora tenha considerado importante mencioná-lo aqui pelo seu caráter de “inauguração” do discurso normativo sobre a biblioteca.

Apresento e analiso a seguir os documentos onde localizei a biblioteca escolar na legislação do ensino secundário brasileiro.

3.1.1 Regulamento nº 8, de 31 de janeiro de 1838 (Estatutos para o Colégio de Pedro Segundo)

Em 31 de janeiro de 1838 o Governo Imperial baixou o Regulamento nº 8, com o objetivo de instituir, ordenar e normatizar toda a estrutura administrativa e pedagógica do Imperial Collegio de Pedro II. Esse foi o primeiro documento que explicita e descreve a biblioteca escolar.

O Regulamento foi dividido em duas partes: a primeira, Do Regimen Litterrario, e Scientifico do Collegio, composta de 154 artigos e subdividida em títulos e capítulos, quais sejam:

- Titulo I: Dos Empregados do Collegio: Capitulo I. Do Reitor; Capitulo II. Do Vice-Reitor; Capitulo III. Do Capellão; Capitulo IV. Dos Professores; Capitulo V. Dos Substitutos; Capitulo VI. Dos Inspectores de Alumnos; Capitulo VII. Do professor de Saude; Capitulo VIII. Dos Serventes;
- Título II. Dos alumnos: Capitulo IX. Da Admissão dos Alumnos; Capitulo X. Da divisão dos alumnos; Capitulo XI. Do Movimento dos Alumnos; Capitulo XII. Das comunicações externas dos Alumnos, e de suas leituras; Capitulo XIII. Das obrigações particulares dos discípulos externos; Capitulo XIV. Dos Feriados; Capitulo XV. Da Instrucção Religiosa; Capitulo XVI. Dos Castigos; Capitulo XVII. Disposições communs aos Capitulos antecedentes;
- Titulo III. Do Ensino: Capitulo XVIII. Disposições communs aos Capitulos seguintes; Capitulo XIX. Do objecto do ensino; Capitulo XX. Dos Exames; Capitulo XXI. Dos Premios; Capitulo XXII. Das Inspeções; Capitulo XXIII. Das Ferias; Capitulo XXIV. Da Bibliotheca, e das Collecções Scientificas.

A segunda parte, denominada Do Regimen Economico do Collegio, foi subdividida pelos títulos e capítulos:

- Titulo I. Das Autoridades administrativas: Capitulo I. Do Thesoureiro;
- Titulo II. Da Receita do Collegio. Capitulo II. Das Retribuições dos Alumnos; Capitulo III. Dos Rendimentos dos bens do Collegio, e Consignações do Poder Legislativos, e do Governo;
- Titulo III. Das Despezas: Capitulo IV. Disposições communs; Capitulo V. Do Vestuario; Capitulo VI. Das Despezas communs;

- Titulo IV. Das Contas, e Orçamentos; Capitulo VI. Das Contas semanaes, mensais, e trimestraes; Capitulo VIII. Conta, e Orçamento annual; Capitulo IX. Dos Livros e Escripuração;
- Titulo V. Capitulo X. Disposições geraes.

Os Estatutos do Imperial Colégio Pedro II foram elaborados sob a responsabilidade do Ministro da Justiça e Interino do Império, Bernardo de Vasconcelos, inspirado nos estatutos dos liceus franceses. Segundo o Ministro, “o regulamento [...] é copiado do regulamento dos collegios de França, apenas modificado por homens que gozão da reputação de sábios, e entendem o que deve alterar-se nas disposições desses estatutos.” (ANNAES, 1886, p. 160).

A biblioteca do Imperial Colégio de Pedro II mereceu um capítulo específico (Capitulo XXIV, Da Bibliotheca, e das Collecções Scientificas) nesse Regulamento.

A seguir analiso esse capítulo tendo como referência os elementos que deveriam compor uma biblioteca tal como especifiquei no primeiro capítulo.

a) O usuário

O usuário, a quem a biblioteca era destinada e quais seus interesses e necessidades, não está presente explicitamente nesse Regulamento, contudo como foi dito anteriormente, a biblioteca escolar era destinada a todos aqueles que dela fizessem parte, consequentemente, dirigentes e especialistas, professores e alunos.

b) O conteúdo

O art. 146 determinava que o Colégio deveria possuir uma biblioteca, atribuindo ao Reitor, com aprovação do Ministério do Império, a escolha do conteúdo que deveria compor seu acervo. Esse artigo vem ao encontro de uma das competências dada ao Reitor: “inspecionar tudo o que respeita á Religião, costumes, ordem, e estudos.” Concluo, pois, que havia um controle das obras que deveriam ser disponibilizadas pela biblioteca.

Segundo Cunha Júnior (2008, p. 30), esse Regulamento

[...] normatizou, de forma detalhada, as funções que cada um dos profissionais do CPII²⁰ deveria cumprir, um conjunto de informações que nos ajuda a perceber as expectativas dos dirigentes imperiais com relação a estes indivíduos e aos resultados da formação secundária ali ministrada.

c) A organização

A organização do acervo está presente no art. 147, através das deliberações a respeito do catálogo da biblioteca. Esse catálogo deveria ser feito em duplicata, onde um exemplar ficaria com o Reitor, sendo “verificado” anualmente pelo Vice-Reitor; e o outro entregue ao Ministro do Império. Reportando ao art. 146, concluo, pois, que esse segundo exemplar tinha como finalidade disponibilizar ao Ministro do Império o conteúdo do acervo, possivelmente auxiliando na escolha dos livros a serem adquiridos pela biblioteca. A biblioteca deve disponibilizar aos usuários por meio do catálogo todas as obras que se acham à sua disposição. Se a coleção de livros for pequena, bastará uma simples lista, mas numa biblioteca sempre crescente essas listas ficam sempre incompletas, necessitando de numerosos suplementos que ocasionam dificuldade e perda de tempo. (FERRAZ, 1949).

d) Recursos humanos

Esse Regulamento não faz nenhuma menção aos recursos humanos da biblioteca. Durante a análise, somente encontrei o termo “bibliothecario” no art. 152, que além de cuidar da biblioteca era encarregado, quando necessário, dos serviços do Gabinete de Física.

Vale lembrar, que a profissão de bibliotecário nesse período, ainda não era regulamentada, uma vez que o curso de Biblioteconomia no Brasil foi criado em 1911 na Biblioteca Nacional e somente iniciou suas atividades em 1915.

Ainda sobre os recursos humanos, o art. 148 determina que para a manutenção e organização da biblioteca o Reitor incumbia um “empregado” sob a direção imediata do Vice-Reitor. Nesse sentido, a denominação de bibliotecário

²⁰ CPII - Abreviatura utilizada pelo autor para designar “Imperial Collegio de Pedro II”.

nesse Regulamento se tratava de qualquer funcionário e não de um profissional bibliotecário²¹.

e) Atividades e serviços

Das atividades e serviços que a biblioteca prestava aos seus usuários somente é descrito o serviço de empréstimo: o art. 149 prescreve que “os livros da Bibliotheca poderão ser emprestados aos Empregados, debaixo de sua responsabilidade; e aos Alumnos por licença escripta do Vice-Reitor.” Isso denota que, a qualquer tipo de usuário era necessária autorização para efetuar empréstimo na biblioteca.

O art. 150, ainda se referindo ao serviço de empréstimo, determinava o prazo em que o material deveria ficar emprestado com o usuário, oito dias, e salienta a existência da renovação do material.

Esse artigo, logo em seguida, faz menção à responsabilidade que o usuário tinha ao emprestar determinada obra, e, como o Regulamento não descreve do que se trata “volume”, essa responsabilidade me parece confusa, veja: “quem tomar emprestado hum volume, fica responsável pela obra inteira.” Preciso salientar, que o empréstimo é feito por exemplares²² e não volumes²³.

Analisando esse discurso, percebi que a biblioteca escolar, mesmo de forma incipiente já tinha lugar de importância dentro da escola. Uma vez que, o Colégio Pedro II servia de modelo aos demais colégios, há de se prever que a mesma importância que esse colégio dava à biblioteca escolar, deveria ser feita nos demais.

3.1.2 Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879 (Reforma Leôncio de Carvalho)

A Reforma Leôncio de Carvalho (Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879) imprimiu algumas reformas no ensino primário e secundário do Município da Corte,

²¹ No Brasil, a designação de bibliotecário é privativa dos bacharéis em Biblioteconomia nos termos da lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962. Para o exercício profissional é necessário que o bibliotecário esteja registrado no Conselho de Biblioteconomia da região onde trabalha. (CUNHA, CAVALCANTI, 2008, p. 53).

²² Cada uma das cópias de trabalho impresso, tais como livro, revista e gravura. (CUNHA, CAVALCANTI, 2008, p. 161).

²³ Unidade material que reúne sob uma mesma capa alguns elementos, tais como folhas, cadernos, discos, formando um todo ou como parte de um conjunto. (CUNHA, CAVALCANTI, 2008, p. 359).

e no ensino superior em todo o Império e em “ruptura com a reforma anterior”, Reforma Couto Ferraz, “regulamenta o funcionamento das Escolas Normais fixando o seu currículo, a nomeação dos docentes, o órgão dirigente e a remuneração dos funcionários (art. 9º).”

Relativamente ao ensino secundário, havia uma preferência por professores diplomados no segundo ciclo da Escola Normal (art. 9º, §12), conquanto houvesse a previsão da possibilidade de se estender, a estabelecimentos provinciais, as prerrogativas do Colégio de Pedro II, mediante inspeção pelos delegados (art. 8º, inciso 8º).

Essa reforma instituiu a liberdade de ensino e de frequência, medidas polêmicas e criticadas em razão de manifestarem um excessivo liberalismo e potencial de favorecimento às escolas particulares. Vejamos o que Dodsworth (1968, p. 164) comenta a esse respeito:

O Conselho de Estado declarou não ser válido o supracitado decreto na parte referente ao ensino livre como pela “notória incompetência do Poder Executivo para iniciar e decretar reformas, da exclusiva atribuição do corpo legislativo, mas também por carência de autorização dêsse poder para destruir e perturbar o regime escolar estatuído pelas leis.”

O decreto nº 7.247 não contém um capítulo específico sobre biblioteca escolar, uma vez que segundo Saviani (2010, p. 136), “trata-se de um longo texto composto de 174 itens agrupados em 29 artigos, eventualmente desdobrados em parágrafos e incisos, porém, não ordenados em títulos ou capítulos.”

São feitas menções sobre a criação de “pequenas” bibliotecas escolares nos distritos juntamente com os museus escolares (art. 7º), incumbindo ao Governo fundar ou auxiliar bibliotecas onde houver Escola Normal (art. 8º, inciso 10) e “províncias bibliotecas populares” (art. 8º, inciso 11).

O pessoal administrativo que deveria compor a Escola Normal está disposto no §9º do art. 9º, um Diretor, um secretário e dois amanuenses, um porteiro, dois contínuos e serventes quantos forem necessários. Ao se referir aos dois amanuenses, o parágrafo salienta que um deles acumularia as funções de bibliotecário e outro de arquivista.

Para melhor análise desse dispositivo, trago o significado de amanuense do Dicionário Aurélio (FERREIRA, 2006, p. 35), “funcionário público de condição modesta que fazia a correspondência e copiava ou registrava documentos.”

Comparando com os dados trazidos da Tabela 1 que apresenta os vencimentos dos funcionários, anexo desse decreto, posso perceber que o salário do amanuense era a metade dos professores, sendo superior apenas aos de porteiro, contínuo e servente.

O único aspecto da análise, portanto, que a Reforma Leôncio Carvalho apresenta sobre a biblioteca escolar está relacionado aos recursos humanos, não sendo mencionados, em momento algum, os demais aspectos: o usuário, o conteúdo, a organização e atividades e serviços.

Apesar da falta desses aspectos relacionados à biblioteca, o art. 8º desse Regulamento, prescreve que o Governo deveria “conceder as prerrogativas de que goza o Imperial Collegio de Pedro II aos estabelecimentos de instrução secundaria.” A esse respeito, vale lembrar que esse Colégio em 1837 passa a servir de modelo aos colégios da Corte e das Províncias, pode-se, portanto, entender que as determinações a respeito da biblioteca escolar deveriam estar presentes nos regulamentos desse Colégio.

Retomando a primeira etapa da análise dos documentos legais dessa dissertação, identifiquei que o Regulamento nº 8, foi o único em que a biblioteca escolar estava presente. Diante do exposto, entendo que os estabelecimentos de ensino secundário ainda eram regidos por esse Regulamento, portanto a biblioteca escolar deveria seguir seus dispositivos.

Cale aqui destacar, o comentário de Saviani (2010, p. 138), “a Reforma Leôncio Carvalho levou bem mais longe a inclusão de dispositivos referentes ao funcionamento da educação nas províncias” dentre eles a “fundação de bibliotecas e museus pedagógicos e de bibliotecas populares” do que a Reforma Couto Ferraz (Decreto nº 1.331 A). Esta Reforma não trouxe nenhuma referência às bibliotecas escolares, motivo pelo qual não está presente nessa análise.

No período de 1880-1889, nenhuma ação significativa marcou o ensino secundário do Brasil; apenas pode-se destacar o Decreto nº 8.051, de 24 de março de 1881, que altera os regulamentos do Imperial Colégio de Pedro II.

Sobre esse período do Colégio, Dória (1997, p. 141) descreve o conteúdo da reunião do Conselho Colegial de 06 de junho de 1881, que discutiu os quesitos propostos pela reitoria do Externato aos professores por circular de 19 de maio do mesmo ano:

Desejou consultá-los a reitoria para saber se os compêndios e manuais de ensino usados no Colégio satisfaziam necessidades da instituição e dado que não satisfizessem quais os susceptíveis de revisão, correção ou organização.

Desejava mais a reitoria dissesse o Conselho que obras literárias, pedagógicas ou científicas conviria adquirir para engrandecimento da Biblioteca do Externato, como ordenava o plano de estudos do Colégio.

Pelo que apresenta o autor, o conteúdo do acervo da biblioteca tinha importante papel, uma vez que deveria ser deliberado pelo reitor com anuência do Conselho Colegial.

Durante essa reunião somente um professor, Rodrigues de Macedo, fez comentários a respeito do melhoramento do acervo da Biblioteca do Externato: "que as obras pedagógicas eram úteis, embora já tivesse passado o tempo em que cada erro, cada bolo. Ao professor que não soubesse tocar a corda sensível do estudante pouco poderiam aproveitar tais obras." (DÓRIA, 1997, p. 141).

3.2 A BIBLIOTECA ESCOLAR NA REPÚBLICA

Segundo Niskier (1996, p. 178), com a Proclamação da República “[...] o Governo Provisório, então instituído, viu-se diante da árdua tarefa de promover a reestruturação burocrática-administrativa do país.”

Com a República, o Colégio de Pedro II, também em 1889, pelo Decreto nº 9 de 21 de novembro, teve seu nome alterado, passando a denominar-se Instituto Nacional de Instrução Secundária; a instituição conservou os sete anos de curso, mas alterou, consideravelmente, o currículo.

Durante a Primeira República, de 1889 a 1930, ocorreram cinco reformas em âmbito nacional: Reforma Benjamin Constant (1890); Reforma Epiácio Pessoa (1901); Reforma Rivadávia Correa (1911); Reforma Carlos Maximiliano (1915); e Reforma João Luiz Alves (1925). A preocupação era mais de estruturar e uniformizar o curso médio do que provocar uma revolução cultural para a nova ordem social e política vigente. Nesse sentido, Zotti (2004, p. 73) aponta que essas reformas “tinham o objetivo de legislar sobre o ensino secundário mantido pelo governo federal, mas que indiretamente atingia os estabelecimentos mantidos pelos estados e

pela iniciativa particular.”

3.2.1 Decreto nº 1.075, de 22 de novembro de 1890 (Regulamento para o Gymnasio Nacional)

Em 1890, a obrigatoriedade para os formandos do Colégio de Pedro II, de prestarem exames para ingresso nos cursos superiores ficou estabelecida pelo Decreto nº 1.075, de 22 de novembro de 1890, incluído do novo estatuto do Colégio de Pedro II, renomeado de Ginásio Nacional, o que foi ratificado pelo Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915.

O ensino secundário passou, então, a ser subordinado diretamente ao controle da União, por meio do instrumento da equiparação. O Colégio de Pedro II continuou a ser estabelecimento de ensino secundário modelo de organização para os equiparados.

O Decreto nº 1.075, era composto de 106 artigos, subdivididos em títulos e capítulos. O Título I: Do Gymnasio Nacional e seu plano de estudos trata, no art. 1º, do objetivo do Gymnasio Nacional, assim enunciado:

[...] proporcionar à mocidade brasileira a instrução secundaria e fundamental, necessaria e sufficiente, assim para a matricula nos cursos superiores da Republica, como em geral, para o bom desempenho dos deveres do cidadão na vida social. (BRASIL, 1891, p. 3865).

Esse título ainda determinava a divisão do colégio em dois estabelecimentos - Internato e Externato -, contudo regidos pelos mesmos programas e sujeitos à inspeção de ensino e as disciplinas que deveriam ser cursadas.

Os demais títulos são divididos em: Título II: Dos alunos e das matriculas; Título III: Das aulas e dos exames; Título IV: Dos lentes e professores; Título V: Dos concursos; Título VI: Da disciplina escolar; Título VI: Da disciplina escolar; Título VII: Dos prêmios. Título VIII: Do pessoal administrativo; Título IX: Disposições transitórias.

Nesse Regulamento o único indício da biblioteca escolar está descrito na Tabela de vencimentos do Pessoal de nomeação do Reitor, onde se observa a função de “guarda da biblioteca”, esse foi o primeiro documento onde percebi essa denominação.

Comparando o ordenado do “guarda da biblioteca”, com os demais funcionários com vencimento semelhante, despenseiro, roupeiro e enfermeiro, percebo que deveria se tratar ainda de um funcionário sem formação profissional na área da Biblioteconomia.

Embora o Regulamento traga dentro do pessoal do Colégio o “guarda da biblioteca” na Tabela de vencimentos, nenhuma menção é feita a esse tipo de funcionário no Título VIII: Do pessoal administrativo.

No período de 1891 a 1900 sucederam-se inúmeros decretos, regulamentos, portarias, instruções e avisos, portadores de diversas medidas que, entretanto, não se revelaram viáveis ou não entraram em prática, uma vez que “modificam substancialmente o plano de estudos e o regime de equiparação adotados por Benjamin Constant.” (ZOTTI, 2004, p. 75).

Contudo, há um Decreto que merece destaque nessa pesquisa, o de nº 1.194, de 28 de dezembro de 1892, onde encontrei a biblioteca escolar e que será descrito a seguir.

3.2.2 Decreto nº 1.194, de 28 de dezembro de 1892 (Regulamento para o Gymnasio Nacional)

Esse decreto diferente do anterior (Decreto nº 1.075), não dividiu o Colégio Pedro II em Internato e Externato. Trouxe no seu art. 2º deliberações sobre a nomeação de seus dirigentes: “o Gymnasio Nacional ficara sob a imediata jurisdição de funcionarios da escolha e confiança do Governo, com os titulos de Diretor e vice-director.”

Era composto de 122 artigos, também, como o anterior analisado, divididos em títulos. Contudo, trazia um título específico para licenças e faltas.

Sobre a biblioteca nada foi mencionado, trazendo somente o “guarda da biblioteca”, com os mesmos vencimentos do Decreto de 1890.

3.2.3 Decreto nº 3.890, de 1º de janeiro de 1901 (Reforma Eptácio Pessoa)

A Reforma Eptácio Pessoa vigorou a partir de 1901, seguidamente à de Benjamin Constant, portanto. Visava à uniformização do ensino médio e ao estabelecimento dos requisitos para a equiparação de todas as escolas do Brasil, ao Ginásio Nacional; constava de dois instrumentos legais: Decreto nº 3.890, de 1º de janeiro de 1901 - aprovava o Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e disciplinava questões diversas relativas à organização, composição e funcionamento das instituições federais de ensino superior e secundário, além daquelas “fundadas pelos estados ou por particulares”; e Decreto nº 3.914, de 26 de janeiro de 1901 - aprovava o regulamento para o Ginásio Nacional e tratava de sua organização, assim como de assuntos relativos ao curso, programas e exames, admissão, disciplina, frequência e recompensas para alunos, magistério e pessoal administrativo.

Segundo Souza (2008, p. 100), essa Reforma ainda “manteve o exame de madureza instituído em 1890 pela Reforma Benjamin Constant destinado a aferir o grau de desenvolvimento intelectual do aluno alcançado no final do curso secundário.”

O Decreto nº 3.890 era composto de 384 artigos, contava ainda com um item denominado: Disposições transitórias no final deste, com numeração independente.

Esse foi o primeiro decreto que apresentou a biblioteca escolar na íntegra em 28 artigos, tratou de todos os aspectos utilizados para análise nessa pesquisa. Trouxe um capítulo específico para os assuntos relativos à biblioteca, além de vários dispositivos em diferentes capítulos.

a) O usuário

Na biblioteca dos colégios, os bibliotecários e sub-bibliotecários seriam nomeados por decreto pelo Diretor dos estabelecimentos, sendo ainda de sua competência demiti-los. As competências dos recursos humanos da biblioteca estão descritas no capítulo XIX: Da Biblioteca, analisadas posteriormente.

Os usuários da biblioteca, segundo o art. 258, eram o corpo docente e os alunos, sendo “franqueada” também a todas as pessoas consideradas “decentes”

interessadas. Os funcionários dos estabelecimentos de ensino não foram citados como possíveis usuários.

b) O conteúdo

O acervo deveria ser composto de livros, mapas, memórias e outros impressos ou manuscritos relativos ao conteúdo ministrado no estabelecimento, demonstrando perfeita interação entre biblioteca e currículo escolar, pois como apresentei no primeiro capítulo dessa dissertação, a biblioteca fomenta a leitura e a formação de uma atitude científica do indivíduo, apoiando os professores em sua capacitação e oferecendo informações necessárias para a construção de suas aulas.

Embora o Decreto não relacione os assuntos que deveriam constar no acervo da biblioteca, cabe salientar, que, segundo Ferraz (1949), em uma biblioteca escolar deveriam constar de livros de assuntos estudados em classe; que pudessem satisfazer a curiosidade intelectual; obras de literatura e ficção; revistas de acordo com os cursos da escolarecreativas.

Sobre a aquisição dos materiais do acervo, o Decreto não apresentava nenhuma informação a respeito de compra de materiais, contudo, o art. 260, fazia menção às doações, onde havia um livro com as inscrições dos nomes dos doadores e a indicação dos objetos doados. Ainda a respeito da formação do acervo da biblioteca, não encontrei também nenhuma menção ao processo de permuta²⁴.

c) A organização

À organização da biblioteca, o Decreto dispensou oito artigos, principalmente no que diz respeito ao seu catálogo. Os livros eram encadernados com os carimbos da biblioteca, havendo um livro de registro, ou tombamento²⁵, dos livros, com a data de aquisição e número dos volumes discriminados. Novamente percebo a referência ao termo “volumes”, que comentei anteriormente.

²⁴ O processo de obtenção de documentos é feita por compra, doação, permuta ou intercâmbio. (CUNHA, CAVALCANTI, 2008, p. 20).

²⁵ Documento, geralmente em forma de livro encadernado, no qual são indicadas as informações relativas aos itens (peças) expedidos ou recebidos pela entidade. Em vários organismos esse registro ou tombamento, desde os anos de 1990, está sendo informatizado.

A biblioteca possuía quatro catálogos: por assunto (das obras, pelas especialidades de que tratam); por autor (das obras, pelos nomes de seus autores); dos dicionários; e das publicações periódicas.

Os artigos 263 a 265 descreviam a organização de cada um desses catálogos.

Art. 263. O catalogo pelos nomes dos autores será organizado de modo que, em frente do nome pelo qual cada autor é mais conhecido, se achem inscriptas todas as suas obras existentes na bibliotheca.

Art. 264. O catalogo dos dictionarios comprehenderá todos os glossarios, vocabularios e encyclopedias com discriminação das especialidades, ainda que estejam incluídos em outros catalogos.

Art. 265. No catalogo das publicações periodicas se mencionarão as revistas, theses, bibliographias, memorias, relatorios e quaesquer impressos que tenham o caracter de periodicos.

Entendo que esses catálogos deveriam ser feitos sob a forma de fichas móveis, não mais em formato de listas.

Segundo Ferraz (1949, p. 119), o problema dos catálogos na escola secundária consiste em

[...] fazê-lo tão simples que as crianças possam compreendê-lo, tão completo, que não atenda somente às necessidades das crianças, mas também às dos professores e assistentes, e tão uniforme em relação ao de outras bibliotecas, que as crianças possam passar de umas fichas para outras sem dificuldade.

A organização dos catálogos da biblioteca, responsabilidade do bibliotecário, deveria seguir sistema que estivesse em uso nas “bibliothecas mais adeantadas, e de acordo também com as instruções que a congregação ou o director do estabelecimento lhe transmitir.” Não percebi nenhuma referência no Decreto ao tipo de sistema de organização do catálogo que as bibliotecas deveriam utilizar.

Os catálogos deveriam ser reorganizados de cinco em cinco anos, para que o bibliotecário pudesse ter conhecimento das novas aquisições. Num olhar para esses dispositivos sobre os catálogos, não percebi as competências do processo de catalogação²⁶ dos materiais.

Nas estantes, devidamente numeradas, os livros deveriam ser etiquetados dispostos em ordem também numérica. Isso significa que as bibliotecas deveriam

²⁶ Estudo, preparação e organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir a interseção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários. (MEY, SILVEIRA, 2009, p. 6).

organizar os documentos de acordo com a ordem de chegada dos mesmos, possuindo, portanto, um lugar permanente na estante, localização fixa. Nesse tipo de ordenação, os documentos ocupam sempre a mesma localização no arranjo do acervo, possuindo, portanto, um lugar permanente na estante. Na medida em que novos itens são inseridos, ocupam o lugar no final do ordenamento. Os catálogos exercem papel de extrema importância nesse tipo de ordenação, uma vez que os usuários não tendo acesso ao conteúdo dos documentos ficam limitados pela impossibilidade de percorrer as estantes. Por esse motivo passou a ser difundido em bibliotecas o método da localização relativa, que consiste na ordenação dos documentos de acordo com as relações de assunto existentes entre eles. Novos itens podem ser acrescentados ao acervo próximos àqueles que tratam do mesmo assunto ou de assuntos semelhantes, mantendo assim uma ordem ou sequência lógica do arranjo. É chamada de relativa, pois, conforme novos itens são inseridos no acervo, o lugar que ocupam nas estantes pode ser alterado.

Ao recinto da biblioteca, propriamente dito, somente os membros do corpo docente e seus auxiliares, e os empregados do estabelecimento tinham acesso, aos alunos e demais pessoas que não fossem do Colégio, e que desejavam consultar as obras, havia uma sala apropriada ao lado, com os catálogos mesas e cadeiras necessários. Isso significa dizer que o acesso era através de um sistema fechado, o usuário consultava os catálogos e solicitava ao atendente o material desejado; o atendente localizava o material nas estantes e entregava a este, procedendo ao empréstimo caso fosse requisitado.

Essa argumentação pode comprovar que, os catálogos eram organizados de maneira simples, não havendo uma representação dos livros satisfatória de forma a evitar ou diminuir a busca dos usuários pela estante. É importante citar que, para que a biblioteca desempenhe o seu papel, os livros, assim como os demais materiais, devem estar dispostos de forma a permitir que o usuário localize prontamente o que necessita. Atualmente, não se concebe que uma biblioteca tenha seu acervo fechado, pois isto inibe a utilização da mesma. Segundo Ranganathan (2009, p. 189), “numa biblioteca de livre acesso, permite-se ao leitor que ande à vontade entre os livros e peque qualquer deles conforme for de seu agrado.”

d) Recursos humanos

Nos recursos humanos da biblioteca, além do bibliotecário e sub-bibliotecário, deveria constar se necessário, um amanuense, um bedel e um servente.

Esse Decreto normatizou, de forma detalhada, as funções que cada um dos funcionários da biblioteca deveria cumprir, um conjunto de informações que me ajudou a perceber suas competências.

Cabia ao bibliotecário, de acordo com o Decreto, “conservar-se na bibliotheca, enquanto estiver aberta; observar e fazer observar este código em tudo que lhe disser respeito.”

Competia propor ao Diretor a relação de novas obras a serem adquiridas e assinatura de jornais, dando preferência às publicações das matérias ensinadas no estabelecimento e “procurando sempre completar as obras ou colleções existentes.” Nas sugestões de novas obras, deveria tomar cuidado com duplicatas desnecessárias e volumes separados das coleções. A indicação de novas obras para aquisição deveria ser mediante a indicação dos professores. Nesse sentido, fica evidente a participação do professor na formação do acervo da biblioteca, efetiva integração da biblioteca escolar com a instituição de ensino.

Deveria ainda, apresentar ao Diretor a relação de todas as “novas publicações feitas na Europa e America”, para tanto deveria consultar o catálogo das principais livrarias. Destaco a ausência de catálogos de livrarias brasileiras nesse dispositivo. Cito Castro (2010), ao salientar que, até a década de 1940 as publicações que circulavam no país eram editadas em Portugal e na França, nas tipografias Garnier e Arraut, nomes que figuravam nos livros de Machado de Assis, Graça Aranha, Coelho Neto e tantos outros, autores concorriam com os estrangeiros que detinham a preferência no país.

O atendimento aos usuários era também de competência do bibliotecário, com ajuda do bedel (art. 280), que deveria providenciar para que as obras fossem “imediatamente entregues às pessoas que as pedirem.” (art. 271). Isso significa dizer que, o bibliotecário e demais funcionários deveriam colocar a disposição dos usuários, a informação adequada e atualizada, no momento em que eles dela necessitassem.

A respeito da seleção e aquisição de novas publicações, essa Reforma determinava ao bibliotecário a incumbência de apresentar ao Diretor uma lista com o

nome dos “leitores” e obras consultadas, e daquelas que a biblioteca não possuía e foram solicitadas. Juntamente com essa lista, o bibliotecário encaminhava mensalmente uma relação das obras adquiridas pela biblioteca, acompanhada de uma breve descrição sobre cada uma. Essas práticas eram, e são, muito úteis, pois possibilitam levantar e definir as características, interesses e necessidades do usuário e a partir disso, selecionar as obras mais adequadas.

Percebi no art. 274, outra competência do bibliotecário, o serviço de divulgação do acervo da biblioteca:

Sempre que concluir os catalogos, o bibliothecario os fará imprimir, com prévia autorisação do director, para serem enviados ao Governo, ao corpo docente e aos empregados graduados de todos os estabelecimentos de ensino superior, ficando sempre archivado um exemplar na secretaria.

Declarava o artigo 315, no Capítulo XXII, Da policia academica, “o bibliothecario levará igualmente ao conhecimento do director quaisquer subtracções ocorridas na bibliotheca.” Caso fosse descoberto o delito, seria repreendido pelo Director e obrigado a restituir o objeto, se fosse o caso, implicaria em processo criminal.

Uma série de outras tarefas era de responsabilidade do bibliotecário: organizar e remeter ao Diretor anualmente relatório dos trabalhos da biblioteca e do estado de conservação das obras e móveis, indicando as modificações necessárias; comunicar diariamente ao Diretor as ocorrências da biblioteca; apresentar o orçamento mensal das despesas da biblioteca; cuidar da conservação das obras e controlar diariamente o ponto dos empregados da biblioteca.

Ao amanuense competia fazer todo o trabalho de escrituração que lhes fosse pelo bibliotecário e ou sub-bibliotecário, cabendo ao mais antigo da secretaria arquivamento dos papéis, segundo instruções.

Na biblioteca também havia um bedel, responsável pela guarda da biblioteca; atuava no atendimento aos leitores; auxiliava o sub-bibliotecário; fiscalizava as salas de leitura juntamente com o servente, impedindo o extravio e estrago dos livros; expedia, por intermédio da secretaria, a correspondência da biblioteca.

e) Atividades e serviços

Sobre as atividades e serviços que a biblioteca oferecia, o art. 267 declarava que, em hipótese alguma, livros, folhetos, impressos ou manuscritos saíam da biblioteca; concluo, pois, que não havia o serviço de empréstimo, somente consultas locais.

No caso de subtração (roubo) ocorrida dentro da biblioteca, conforme o art. 315, do capítulo XXII: Da policia acadêmica, o bibliotecário levava ao conhecimento do Diretor o fato, que nomeava uma comissão para proceder à respectiva sindicância. Quando o autor do delito era descoberto, o Diretor efetuava a repreensão obrigando a restituição do objeto subtraído, promovendo um processo criminal, se fosse o caso.

O art. 261 deliberava o horário de funcionamento da biblioteca escolar. Seria “aberta todos os dias uteis das 9 horas da manhã às 3 da tarde.” O período da manhã poderia ainda ser ampliado pelo Diretor, caso fosse necessário. Em parágrafo único, o artigo ainda salientava que nos dias em que houvesse sessão da congregação, a biblioteca ficaria aberta até que os trabalhos da sessão terminassem. Constatado, analisando esse artigo, a importância que a biblioteca possuía dentro do colégio, denotando uma perfeita interação com cotidiano da escola.

O art. 353, do Capítulo XXVI: Disposições geraes, apresenta a biblioteca dentre as instalações do edifício escolar.

Embora o ensino superior não faça parte da análise dessa pesquisa, encontrei no art. 237, do capítulo XVII referente ao pessoal administrativo, menção ao bibliothecario e sub-bibliothecario nesse tipo de instituição, onde se lê:

Art. 237. Cada estabelecimento de ensino superior terá um secretario, um bibliothecario, amanuenses, conservadores, auxiliares e bedeis em numero marcado pelos regulamentos especiaes, e porteiro.

§ 1º Haverá ainda, nos estabelecimentos em que isto for mister, um sub-secretario e um sub-bibliothecario.

Não percebi a exigência da formação profissional na área de Biblioteconomia nos estabelecimentos de ensino superior e Gymnasio Nacional, embora esse Decreto fizesse menção ao bibliotecário. O art. 239 dizia que “bibliothecarios e sub-bibliothecarios dos institutos de ensino superior deverão ser profissionais da sciencia nelles ensinada.” Como em 1901 ainda não havia sido criado o curso de Biblioteconomia no país, entendo que esse curso não era

ministrado por esses estabelecimentos, constato, portanto, que o cargo de bibliotecário, assim como de sub-bibliotecário, poderia ser ocupado por profissionais de outras áreas. O artigo logo a seguir, dizia que na vaga do bibliotecário teria acesso o sub-bibliotecário, não fazendo distinção, portanto dos dois cargos.

3.2.4 Decreto nº 3.914, de 26 de janeiro de 1901 (Regulamento do Gymnasio Nacional)

Rivadavia Corrêa, em 1910, apresentou o Decreto nº 3.914, como uma necessidade de conter a mercantilização de diplomas pelas instituições equiparadas, conforme considerado neste trecho:

O ensino desceu até onde podia descer; não se fazia mais questão de aprender ou de ensinar, porque só duas preocupações existiam, a dos pais querendo que os filhos completassem o curso secundário no menor espaço de tempo possível e a dos ginásios na ambição mercantil, estabelecendo-se duas fórmulas: bacharel o quanto antes; dinheiro o quanto mais. (SILVA, 1959 apud TOBIAS, 1986, p. 250).

Contudo, esse Decreto apresentou algumas inovações em relação ao Decreto nº 3.890: previa o limite de tolerância e as sanções contra as faltas dos professores; descrevia, minuciosamente, o processo de concurso para provimento dos cargos docentes; restabelecia a frequência obrigatória, generalizada e admitia matrícula de pessoas do sexo feminino nos cursos secundário e superior, para as quais haveria, nas aulas, lugar separado. Em relação ao Decreto nº 3.914, substituí, no Colégio de Pedro II, a matéria Sociologia pela Lógica.

Através desse Decreto um novo regulamento para o Gymnasio Nacional foi apresentado. Composto de 82 artigos, somente encontrei uma referência à biblioteca escolar no capítulo IV: Dos secretários.

Esse capítulo possuía somente um artigo (art. 172) que declarava, em parágrafo único, outras funções do secretário, além das estabelecidas no Decreto nº 3.890, Código dos Institutos de Ensino Superior e Secundário, conforme deliberação no art. 257 deste: “além das obrigações já exaradas, o secretario cumprirá outras quaesquer que lhe incumbem os regulamentos especiaes.”

O artigo incumbia o secretário da ordenação e catalogação dos livros da biblioteca, recebendo uma gratificação por esse trabalho. Concluo que, a competência pela catalogação era dada ao secretário, ficando o bibliotecário somente pela ordenação e manutenção dos catálogos.

3.2.5 Decreto nº 8.659, de 05 de abril de 1911 (Reforma Rivadávia Corrêa)

Na Exposição de Motivos que antecedeu à Reforma de 1911 (Decreto nº 8.659, de 05 de abril), Rivadávia Corrêa – o autor -, ao traçar uma retrospectiva das várias direções que a questão do ensino no Brasil havia tomado naqueles últimos trinta anos, justifica sua proposta ao salienta que “apezar de se delinear em curvas mais ou menos sinuosas, ella [proposta] se encaminha no sentido da plena liberdade espiritual”. Rivadávia, sem a pretensão de analisar ou interpretar, seguidamente traçou “três grandes marcos” que “attestam movimentos decisivos e assingnalam as tendências da época: a reforma de 1879, a de 1891, a de 1901.”

Nessa exposição, o autor deixou claro que a reforma de 1879 apontou a emergência da substituição do ensino obrigatório pelo ensino livre. Naquele momento, o ensino livre levantou uma ponta do que envolvia a “emancipação das consciências” pelo abolicionismo e republicanismo contra “a passiva obediência às doutrinas dos mestres.” Já a Reforma de 1891, continuou Rivadávia, consagrou “a equiparação dos institutos particulares aos officiaes” trazendo “a confirmação de que não é o monopólio dos estabelecimentos officiaes, como já não era dos seus lentes, a distribuição do ensino.” Em seguida, a respeito da Reforma de 1901 o autor assinalou que “visava corrigir os erros e defeitos da lei anterior”, acabou por transformar “a liberdade de frequência em liberdade de vadiar,” propiciando a “deserção completa das aulas.” Rivadávia acentuou, ainda, nessa Reforma, a importância do estabelecimento da “livre docência que significa, nada mais, nada menos, do que a permissão ao aluno para escolher o seu mestre e a garantia a qualquer cidadão habilitado para lecionar no recinto dos estabelecimentos officiaes.” (BRASIL, 1914).

Ainda na Exposição de Motivos, ao justificar a reforma que então apresentava, Rivadávia salientou que “assignala e tem em vista uma suave e natural passagem da vigente oficialização do ensino para a sua completa desoficialização,

corrolario fundamental do principio da liberdade profissional, consagrado na Constituição da Republica.” (BRASIL, 1914).

Essa Reforma (1901) foi a única que não previa, nos seus objetivos, o preparo para o ingresso no ensino superior; entretanto, na prática, esse era o único objetivo dos que buscavam os estudos. (ZOTTI, 2004, p. 74).

Segundo Romanelli (2003, p. 42), essa reforma chegou “a ocasionar um retrocesso na evolução do sistema, em virtude de facultar total liberdade e autonomia aos estabelecimentos e suprimir o caráter oficial do ensino, o que trouxe resultados desastrosos.”

Compreendia esse Decreto 137 artigos, no primeiro declarava não gozarem de privilégio de qualquer espécie a instrução superior e a fundamental difundidas pelos institutos criados pela União.

O art. 6º dava completa autonomia didática aos institutos, cabendo, a eles, “a organização dos programas de seus cursos, devendo os do Collegio Pedro II revestir-se de caracter pratico e libertar-se da condição subalterna de meio preparatório para as academias.” (BRASIL, 1914, p. 493).

Entre as deliberações mais importantes, declarava os institutos como corporações autônomas, didática e administrativas, subordinados ao Ministério da Justiça, dando-lhes personalidade jurídica. A personalidade jurídica investia às corporações docentes a administração dos patrimônios respectivos, dentre eles o material existente nas bibliotecas, assim como das taxas pagas pelos alunos na biblioteca²⁷.

Trago a seguir a análise da Reforma Rivadávia Corrêa, que embora não possua um capítulo específico para a biblioteca escolar, aborda em vários dispositivos os recursos humanos que deveriam compor esta. Os demais aspectos: o usuário; o conteúdo; a organização e atividades e serviços não abordados.

A nomeação do bibliotecário e do sub-bibliotecário era de competência dos Diretores dos institutos. Pela primeira vez encontrei o número de funcionários que a biblioteca deveria possuir: um bibliotecário e um sub-bibliotecário.

Essa Reforma pouco alterou as competências do bibliotecário em relação a Reforma Epitácio Pessoa, contudo alguns dispositivos divergem nas duas Reformas e merecem destaque:

²⁷Art. 135. Além das taxas de exame de admissão, os alumnos pagarão taxas de matricula, de curso, de exame, de bibliotheca e de certificado.
Paragrapho único. As Congregações organizarão, na primeira sessão que se seguir à promulgação desta lei, a tabella das taxas supra e elegerão os directores.

Primeiro, o art. 274 que deliberava ao bibliotecário a competência de divulgar o acervo da biblioteca para o Governo, corpo docente e empregados graduados de todos os estabelecimentos de ensino superior, não está presente na Reforma de 1911. Essa competência de extrema importância para divulgação do acervo da biblioteca, pelo que percebi não mereceu atenção na Reforma de Rivadávia da Cunha.

Outro dispositivo que diverge do Decreto anterior, inciso k, art. 274: “dar ao Diretor notícia de todas as publicações novas feitas no paiz e no estrangeiro.” Diante disso, percebo que já deveriam estar em circulação algumas publicações brasileiras, que, como destaquei na Reforma Epitácio Pessoa, ainda eram incipientes.

Por fim, uma nova competência do bibliotecário é apresentada na Reforma, promover a permuta de trabalhos e de material da biblioteca em duplicata com estabelecimentos tanto nacionais como estrangeiros. A permuta consiste na troca de obras em duplicatas com outras bibliotecas congêneres, com o objetivo de enriquecer ou completar o acervo.

As competências do sub-bibliotecário estavam presentes no parágrafo único do art. 102: substituir o bibliotecário em sua falta ou ausência e auxiliá-lo na execução dos serviços da biblioteca.

Declarava a Reforma, no artigo 7º, a personalidade jurídica investia as corporações docentes à gerência dos patrimônios respectivos, constituídos dentre eles, com o material de ensino existente nos institutos, laboratórios, bibliotecas e o que para eles fosse adquirido; e com as taxas de matrícula, de certidões, de biblioteca, de certificados e das que, por força desta lei, revertessem ao dito patrimônio. Percebo que, a taxa de biblioteca, que o dispositivo se refere, embora não tenha sido mais abordada no Decreto, deveria se tratar de um pagamento para confecção de carteira do leitor, pratica comum nas bibliotecas.

Segundo Dória (1997, p. 194), o texto da Reforma de 1911, “sempre se referia ao Colégio de Pedro Segundo, desaparecendo, pois o nome de Colégio Bernardo de Vasconcellos atribuído ao Internato em 1909²⁸, regressando-se pois a tradição do Colégio, a de conservar o nome do imperial patrono.”

Também, em 05 de abril de 1911, através do Decreto nº 8.660, é aprovado o regulamento para o Colégio Pedro II, onde encontrei referência da biblioteca escolar, que analiso a seguir.

²⁸Denominação dada ao Colégio através do Decreto nº 7.472, de 24 de julho de 1909, descrito anterior.

3.2.6 Decreto nº 8.660, de 05 de abril de 1911 (Regulamento do Collegio Pedro II, a que se refere o decreto nº 8.660, desta data)

Esse Regulamento era composto de 62 artigos, não trazia divisão por capítulos, os dispositivos foram distribuídos em 15 títulos: Da organização científica do Instituto e seu objectivo; Dos programas de ensino; Da admissão dos alumnos; Do provimento das cadeiras vagas; Do regimen escolar; Da frequencia; Das recompensas; Do pessoal administrativo; Do chefe da disciplina; Do medico; Dos inspectores de alumnos; Dos bedeis; Dos empregados internos; Da instrucção militar; e Disposições geraes e transitorias. Com esse Decreto, o colégio retoma a denominação de Colégio Pedro II.

Sobre a biblioteca escolar encontrei somente um dispositivo referente aos recursos humanos, presente na tabela de vencimentos anexa a esse Decreto. Os demais aspectos utilizados na análise não foram identificados: usuário; conteúdo; organização; e atividades e serviços.

Do Colégio constariam dois bibliotecários e dois conservadores de biblioteca, termo encontrado pela primeira vez nos documentos dessa análise.

3.2.7 Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915 (Reforma Carlos Maximiliano)

O Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915, procurou reorganizar o ensino médio, propunha corrigir as distorções do decreto anterior, por meio de sua reoficialização e da instituição de exames de admissão - a partir daquele documento, chamados exames vestibulares - e de provas finais perante comissões examinadoras, para os alunos de estados onde não houvesse ginásios mantidos pelo governo. O Colégio Pedro II voltou a ser estabelecimento-modelo e são tomadas todas as providências para consolidar a tradicional tendência elitista da educação brasileira. (ZOTTI, 2004, p. 78).

Outras medidas estavam no bojo dessa Reforma: a equiparação dos ginásios estaduais foi retomada, mas não a dos ginásios privados; os candidatos ao ensino superior precisavam apresentar certificado de aprovação no curso ginásial realizado no Colégio Pedro II ou nos estabelecimentos estaduais equiparados; o exame vestibular deveria ser rigoroso e havia um limite para equiparações por estado.

Segundo Nagle (1974, p. 145), a Reforma de 1915 “representa o meio-termo quanto á interferência do Estado nos assuntos de instrução. Instituído a autonomia relativa, a nova lei reintroduz a tarefa disciplinadora e aperfeiçoadora do governo federal na instrução secundária do país.”

O Decreto nº 11.530 reservou uma grande parte dos dispositivos ao Colégio Pedro II, à biblioteca escolar somente dois: enquanto patrimônio dos institutos e do pessoal administrativo, além da presença dos recursos humanos da biblioteca na tabela dos vencimentos anexa do Decreto.

As bibliotecas existentes nos institutos faziam parte do patrimônio dos institutos mantidos pelo Governo Federal.

Da mesma forma que a Reforma Rivadávia, o Decreto de 1915 deliberava um bibliotecário aos estabelecimentos de ensino (art. 128), não aparece nenhuma referência a funcionários auxiliares a este.

No Collegio Pedro II, os funcionários eram os constantes no art. 47 do Regulamento de 05 de abril de 1911, Decreto nº 8.660, segundo o que estabelece o 1º §, do art. 128. Portanto, faziam parte dos recursos humanos da biblioteca escolar, dois bibliothecarios e dois conservadores de bibliotheca.

Anexo a esse Decreto, nas tabelas de vencimentos a que se referia o art. 133 desse Decreto, encontrei quatro tabelas mencionando os cargos de bibliothecario, sub-bibliothecario e ajudante de bibliothecario. A primeira, segunda e terceira tabelas diziam respeito, respectivamente, aos vencimentos dos funcionários das Faculdades de Direito, Faculdades de Medicina e Escola Polytechnica, citando bibliotecário e sub-bibliotecário. Nessas tabelas o cargo de sub-bibliothecario estava assinalado com um asterisco, logo abaixo a nota informava que esse cargo seria conservado enquanto fosse exercido pelos “serventuários”. Concluo que esse cargo, sub-bibliothecario, deveria ser extinto. Na última tabela, do Collegio Pedro II, constato que a denominação dada ao funcionário, “conservador de bibliotheca”, do Regulamento de 1911 deste colégio, foi alterado para “ajudante do bibliothecario”.

Analisando essas tabelas, constato que os vencimentos dos bibliothecarios variavam de um estabelecimento para outro. Na Faculdade de Direito e no Colégio Pedro II os vencimentos eram iguais, 4:800\$000, contudo, na Faculdade de Medicina e na Escola Polytechnica perfaziam um total de 6:000\$000, portanto, 25% maior. Através desses dados, percebo uma valorização maior desse funcionário nos dois últimos estabelecimentos.

Declarava a Reforma, “a policia academica tem por fim manter no seio da corporação academica, a ordem e a moral.” (art. 115). Da análise do art. 118, percebo no inciso f, como uma das infrações dos alunos passíveis de punição, os danos causados aos livros, e, portanto, além da pena disciplinar particular, teria de indenizar o dano ou restituir o objeto por ele prejudicado.

Embora esse Decreto não faça menção da aquisição relativa a compra de livros, cabe salientar que até 1914 ainda eram impressos em editoras europeias.

O Brasil ainda não tinha casas especializadas nem editoras. As oficinas gráficas nacionais eram tipografias organizadas para impressos em geral e não para um ramo industrial pesado, como é a indústria do livro dentro da arte gráfica. (GOMES, 1983, p. 39).

Em 1920, ainda segundo a autora (Ibid., p. 40), no Brasil existiam apenas 20 editoras, lançando 203 títulos nesse ano, com uma tiragem de mais de 900.000 exemplares, sendo que mais da metade eram livros didáticos, os demais, literaturas.

3.2.8 Decreto nº 16.782 A, de 13 de janeiro de 1925 (Reforma João Luiz Alves)

A partir de 1920 o chamado “otimismo pedagógico” começou a tomar conta dos principais governos estaduais do Brasil, provocando uma série de reformas de ensino em vários estados da União. Embora, cada estado pudesse organizar um sistema completo de ensino, desde o primário até o superior, tais reformas se limitaram sempre à estrutura do ensino primário e normal, porque todo o ensino superior estava, na época, sob a responsabilidade do Governo Federal, e o ensino secundário, por não ser obrigatório para a admissão aos cursos superiores, não passava de cursos preparatórios, exceto o Colégio Pedro II e alguns colégios religiosos. As principais reformas que foram levadas a efeito na década de 20 foram as seguintes: a) 1920, em São Paulo, por Sampaio Dória; b) 1922/1923, no Ceará, por Lourenço Filho; c) 1927/1928, em Minas Gerais, por Francisco Campos; d) 1928, no Distrito Federal, por Fernando Azevedo, a convite da Prefeitura do Rio de Janeiro; e) também em 1928, na Bahia, por Anísio Teixeira. (ROMANELLI, 2003).

Segundo Nagle (1974, p. 143), as reformas empreendidas até 1925 visavam solucionar dois problemas: “aperfeiçoamento e difusão do ensino secundário”.

Isso ocorria porque os estabelecimentos estaduais ou particulares procuravam adequar seus cursos às exigências do ingresso nos cursos superiores, que, por sinal, era regulamentado pelo governo federal. Outro motivo dizia respeito à equiparação desses estabelecimentos ao Colégio Pedro II, que dava o direito de ingressar em cursos superiores sem prestar novos exames. O Colégio Pedro II passou a ser referência, levando os demais estabelecimentos a adotarem a sua organização quanto ao conjunto de disciplinas escolares, duração do curso e regime didático. (CHAGAS, 1980 apud ZOTTI, 2004, p. 73).

Em 1924 criou-se a Associação Brasileira de Educação (ABE), contribuindo para a formação de nova consciência educacional referente ao papel do Estado na educação, à necessidade de expandir a escola pública, à exigência de uma política nacional de educação, com o Poder Central exercendo papel de coordenador, orientador e supletivo na incrementação de ensino em âmbito nacional. Várias dessas ideias consubstanciaram-se em proposições do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional, em 1932, e em dispositivos da Constituição de 1924.

Até a reforma de ensino organizada pelo Ministro da Justiça, Dr. João Luiz Alves (Decreto nº 16.782A, de 13 de janeiro de 1925), conhecida com Rocha Vaz, a qualificação para exames preparatórios, com estudos irregulares e assistemáticos, bem como a preponderância da finalidade propedêutica sobre a formativa, continuou a funcionar como alternativa da escolarização secundária regular, tanto no ensino público como no particular.

Para Romanelli (2003, p. 43), a Reforma João Luiz Alves, “representou a última tentativa do período no sentido de instituir normas regulamentares para o ensino, tendo o mérito de estabelecer, pela primeira vez, um acordo entre a União e os Estados.”

A seriação obrigatória de seis anos do ensino secundário “pode ser considerada como uma das notas principais das disposições do Decreto nº 16.782A, na parte relativa à escola secundária”, já que, até então, esse regime era exceção e os exames de preparatórios a regra. Essa mesma Reforma destaca, ainda, a inclusão por parte do legislador de “várias normas que, em conjunto, estabelecem as condições necessárias para a perfeita realização do novo princípio.” (NAGLE, 1974, p. 150).

O papel fiscalizador e normatizador do governo federal em relação ao ensino secundário também estava ressaltado no documento: “[...] os alunos que não freqüentavam o Colégio Pedro II ou os equiparados passaram a ser avaliados por ‘juntas examinadores’, instaladas nos estabelecimentos particulares.” (ZOTTI, 2004, p. 79).

A responsabilidade dessa fiscalização ficava a cargo do Conselho do Ensino Secundário e do Superior, uma das seções do Conselho Nacional de Ensino, que, dentre as suas competências estaria a de “dar parecer, sobre a equiparação de institutos de ensino particulares ou dos Estados, aos officiaes.” (BRASIL, 1926, p. 26).

A Reforma Rocha Vaz criou o Conselho Nacional de Ensino que, na Seção de Ensino Superior e Secundário, como membros natos, os Diretores, um catedrático e um docente do Colégio Pedro II, denotando seu prestígio acadêmico. Daquele período até a década de 50, os estabelecimentos de ensino particular poderiam solicitar ao Ministério a formação de uma banca para validação dos exames, desde que provassem que seus programas de ensino eram iguais aos do Colégio Pedro II, razão pela qual era designado como “colégio padrão do Brasil”.

Esse Decreto era composto de 310 artigos, divididos em 12 capítulos, contudo em nenhum encontrei referência à biblioteca escolar. Possuía oito tabelas anexas: três tabelas com taxas do Departamento Nacional do Ensino e cinco com os vencimentos do Departamento Nacional do Ensino; Faculdade de Direito; Faculdades de Medicina, de Pharmacia e de Odontologia; Escola Polytechnica; e Collegio Pedro II.

Encontrei referências à biblioteca somente nas tabelas de vencimentos da Faculdade de Direito; Faculdades de Medicina, de Pharmacia e de Odontologia; Escola Polytechnica; e Collegio Pedro II. Constato, analisando essas tabelas com as do Decreto nº 11.530, de 1915, que somente foram alterados os referentes à Faculdade de Direito. Os vencimentos dos cargos de bibliothecario, assim como de sub-bibliothecario, foram equiparados aos das Faculdades de Medicina, de Pharmacia e de Odontologia e Escola Polytechnica. Essas tabelas ainda traziam, logo abaixo, a nota que informava que o cargo de sub-bibliothecario seria conservado enquanto fosse exercido pelos “serventuários”. Os vencimentos dos cargos de bibliothecario e sub-bibliothecario do Collegio Pedro II permaneceram inalterados.

3.2.9 Portaria de 15 de abril de 1932 (Aprova as normas organizadas e os critérios estabelecidos pelo Departamento Nacional de Ensino)

No final da década de 1920, a crise econômica deixou um campo propício para reivindicações. A população emergente de uma nova classe operária e das classes médias urbanas, que era, geralmente, excluída da vida política do país, passou a demonstrar sua força e a pressionar para influir nas decisões políticas. A economia mundial sofrera um grave abalo com a queda da Bolsa de Nova York, em 1929, atingindo a economia brasileira, dependente da exportação cafeeira.

Em meio a esse cenário aconteceu a “Revolução de 1930”, realizada, em parte, pela oligarquia não-cafeeira, que reivindicava maior influência na vida político-econômica da República, além do tenentismo e da parcela das classes médias urbanas.

Getúlio Vargas assumiu, no ano de 1930, a presidência do Brasil, em caráter provisório, mas com amplos poderes, permanecendo no cargo até 1945.

Segundo Souza (2008, p. 146),

O movimento que alçou Getúlio Dornelles Vargas ao poder em 1930 alimentou-se das insatisfações com o regime republicano e de um protonacionalismo bastante acentuado. Envolvendo bases sociais heterogêneas, o movimento revolucionário apoiou-se em diferentes interesses: do movimento operário exigindo reformas sociais e orientado-se para um modelo de sociedade socialista, das classes médias reivindicando a republicanização da república, das elites civis e dos partidos dissidentes exigindo a concretização do programa liberal e dos tenentes contra as oligarquias desejando um Estado forte e semi-autoritário.

Dentre as medidas prometidas por Getúlio Vargas, em sua plataforma, estava zelar pelos problemas relacionados à assistência dos trabalhadores e à educação nacional.

Para atender às questões do ensino, Getúlio Vargas decidiu criar, pelo Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930, uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, tendo “a seu cargo o estudo e despacho de todos os assumptos relativos ao ensino, saúde publica e assistencia hospitalar.” (BRASIL, 1931, p. 16).

O Decreto nº 19.404, da mesma data, foi promulgado autorizando a promoção escolar nos institutos de ensino subordinados ao Ministério da Justiça e

Negócios Interior, independentemente de exames, de todos os alunos matriculados nos cursos oficiais, oficializados e equiparados. A decisão de Getúlio Vargas de assinar esse decreto, segundo Niskier (1996, p. 248) foi tomada em virtude da “situação de anormalidade em que se encontrava o país desde a eclosão do movimento revolucionário, no dia 3 de outubro.”

Com a criação do Ministério dos Negócios e Saúde Pública, em 1930, pelo governo provisório, Francisco Campos assumiu sua direção. A Reforma Francisco Campos, traçada no Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, foi a maior e a mais marcante reforma educacional de todos os tempos, até então. Em relação ao ensino médio, foi essa a reforma que realmente estabeleceu e deu feições próprias ao segmento. Efetivou-se por uma série de decretos²⁹, por meio dos quais foi dada uma estrutura ao ensino secundário, imposta a todo o território nacional, já que as anteriores se limitavam ao Distrito Federal, mas apenas com a “recomendação” de ser adotada nos estados e territórios, portanto, sem caráter obrigatório. Relativamente a essa questão, vejamos o que Romanelli (2003, p. 131) salienta:

Até essa época, o ensino secundário não tinha organização digna desse nome, pois não passava, na maior parte do território nacional, de cursos preparatórios, de caráter, portanto, exclusivamente propedêutico. Além disso, todas as reformas que antecederam o movimento renovador, quando efetuadas pelo poder central, limitaram-se quase exclusivamente ao distrito Federal, que as apresentava como “modelo” dos Estados, sem, contudo, obriga-los a adotá-las.

Considerada a mais importante, na história da renovação da educação brasileira, essa Reforma, segundo Souza (2008, p. 147), “sinalizou os rumos da ação do Estado na tentativa de constituição de um sistema nacional de educação pautado nos princípios da racionalidade e uniformização.”

Na Exposição de Motivos que fundamenta o Decreto nº 19.890, Francisco Campos realizou uma análise criteriosa e qualificou o ensino secundário como “simples instrumento de preparação dos candidatos ao ensino superior, desprezando assim, a sua função eminentemente educativa.”, acentuando que: “[...] o ensino

²⁹ Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931: cria o conselho Nacional de Educação; Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931: dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário; Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino secundário; Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931: organiza o ensino comercial, regulamente a profissão de contador e dá outras providências; e Decreto nº 21.241, de 04 de abril de 1932: consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário.

superior acabou por transformar-se em uma finalidade puramente extrema e convencional do ensino secundário, isto é, este, finalmente dominado pela absorvente preocupação do primeiro.” O autor da Reforma argumenta, ainda, que, para a “reconstrução do ensino secundário” era necessário “conferir-lhe, de modo distinto e acentuado, um carácter eminentemente educativo.” (BRASIL, 1931, p. 638).

Para alcançar seus objetivos, definiu como finalidade do ensino secundário:

[...] a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional, construindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamentos que o habilitem a viver por si mesmo e a tomar em qualquer situação as decisões mais convenientes e mais seguras. Muito do propósito atribuído ao ensino secundário a função de construir um sistema de hábitos, atitudes e comportamentos, ao invés de mobilizar o espírito das noções e de conceitos, isto é, dos produtos acabados usual do ensino se propõe a formar stock dos seus clientes. (Ibid., p. 639).

A Reforma Francisco Campos reafirmou a função educativa do ensino secundário, elevou a sua duração para sete anos e o dividiu em dois cursos seriados: o fundamental e o complementar “atendendo ao princípio da diversificação dos estudos tão propugnada pelos educadores na década de 1920 e conciliando dois aspectos aparentemente antagônicos – o formativo e o propedêutico.” (SOUZA, 2008, p. 148).

Além disso, o artigo 10 estabelece que os programas de ensino secundário e as instruções sobre os métodos de ensino seriam expedidos pelo Ministério da Educação e Saúde Pública e as propostas, submetidas pela Congregação do Colégio Pedro II. O artigo 12, § 2º, acrescenta, ainda, que esses programas seriam idênticos aos do Colégio Pedro II.

Com a maioria da população ainda rural e analfabeta; com a população urbana sem, sequer, ser atendida em relação à educação primária, apenas as camadas sociais mais altas podiam aspirar a tal estrutura de ensino, o que mantinha o caráter elitista do ensino secundário, cuja expansão era determinada não pela demanda, mas pela oferta por parte do Governo. (ROMANELLI, 2001).

As minuciosas normas e o controle centralizado, que demonstram a rigidez no sistema de inspeção, foram descritas no Título II, Inspeção do Ensino Secundário, do Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931 e no Decreto nº 21.241, de abril de 1932.

Serão oficialmente equiparados para o efeito de expedir certificados de habilitação, válidos para os fins legais, os alunos nele regularmente matriculados, os estabelecimentos de ensino secundário mantidos por governo estadual, municipalidade, associação ou particulares, observadas as condições abaixo prescritas. (BRASIL, 1931, p. 475).

Logo em seguida, o artigo 48 acrescentava: “A concessão da equiparação ou inspeção permanente se fará por decreto do Governo Federal mediante proposta do Conselho Nacional de Educação.” (BRASIL, 1931, p. 476).

Dessa forma, a equiparação de um estabelecimento de ensino ao Colégio Pedro II não era um direito, mas uma concessão que o poder público chamava a si e que impunha, a esse estabelecimento, uma função social que nele não preexistia.

Ao assegurar os estudos regulares e a padronização, ainda que formal, do currículo e do regime didático das escolas, o governo federal, exercendo a prerrogativa da regulamentação e fiscalização do ensino, criou as condições institucionais para que esse ramo do ensino médio atendesse parte de uma demanda crescente, mantendo a estratificação social e a diferenciação funcional. O minucioso sistema de avaliação estabelecido pela reforma visava a uma dupla finalidade: moralizar o ensino e legitimar a seletividade do sistema educacional. (SOUZA, 2008, p. 151).

O serviço de inspeção era subordinado ao Departamento Nacional do Estado e objetivava a inspeção “fiel” das “disposições deste Decreto, que forem aplicáveis aos estabelecimentos de ensino sob o regime de inspeção preliminar ou permanente.” (BRASIL, 1931, p. 176).

O caráter de inspeção extremamente rígido foi abrandado pelo Decreto nº 21.241, mas, em contraposição, as exigências para o provimento de cargo de inspeção foram praticamente eliminadas, e perpetuava-se o ensino secundário como anexo dos cursos superiores.

Conforme determinava o artigo 51, Decreto nº 21.241, de 14 de abril de 1932, os estabelecimentos de ensino que pretendessem solicitar o reconhecimento oficial deveriam “dispor de edifício, instalações e material didático”, de acordo com a Portaria de 15 de abril de 1932 que prescreveu as normas e os critérios estabelecidos pelo Departamento Nacional do Ensino e aprovadas pelo Ministro da Educação e Saúde Pública, que analiso a seguir.

A Portaria de 15 de abril de 1932 era composta pelos seguintes itens:

1. Critério para a classificação dos estabelecimentos de ensino secundário;
2. Ficha de classificação;
3. Normas para uso da ficha de classificação;
4. Anexos: I. Diagrama para classificação do elemento nº 8; II. Diagrama para classificação do elemento nº 9; III. Diagrama para classificação do elemento nº 25; IV. Diagrama para classificação do elemento nº 26; V. Tabela para classificação do elemento nº 31; VI. Relação das instalações e do material didático das salas especiais; e VII. Esquema do relatório.

A ficha de classificação era composta por 46 elementos, dividida por cinco divisões: I. Situação; II. Edifício; III. Instalações; IV. Salas de aulas; e V. Salas especiais e material didático.

Cada elemento presente na ficha de classificação possuía uma nota graduada de zero a dez, era atribuída de acordo com as seguintes instruções:

- 1^a) a nota 7 (sete), quando o elemento considerado apenas corresponder às especificações constantes das “Normas”;
- 2^a) a nota 10 (dez), quando julgada perfeita a eficiência do elemento ou, no caso dos elementos ns. 15 e 23 ou 24, quando desnecessários em virtude do plano de construção do edifício ou do regime do estabelecimento de ensino;
- 3^a) a nota 0 (zero), quando falta ou for julgado ineficiente o elemento submetido a apreciação;
- 4^a) e para os elementos ns. 8, 9, 21, 23, 24, 25 e 31 a nota resultante da determinação feita por meio das tabelas e dos diagramas anexos. (BRASIL, 1932, p. 7917).

O número de pontos correspondente a qualquer elemento era obtido multiplicando-se a nota atribuída a ele ao respectivo coeficiente, constante da coluna 2 da “Ficha de classificação”. (Anexo 1).

As normas a serem observadas no preenchimento da ficha de classificação determinavam que a biblioteca deveria contar com mobiliário conveniente e dotado de livros e revistas relativos à cultura geral e especial do ensino secundário; dispor de pelo menos, dois livros didáticos e receber uma revista de caráter internacional sobre educação, em português ou em língua estrangeira. Percebo que, pela primeira vez na análise dos documentos, há menção a livros didáticos.

Da análise que faço dessa norma, constato três pontos: primeiro, o termo “receber”, se estava relacionado à aquisição de livros e revista, não ficou explícito a

que tipo de aquisição a biblioteca deveria efetuar: compra, doação ou permuta; outro ponto diz respeito a “revista internacional”, não fazendo nenhuma menção a revistas nacionais; e por último, “revista sobre educação”, provavelmente esse periódico estava direcionado ao uso do corpo docente.

O item VII, Esquema do relatório, deliberou os dados essenciais que nele deveriam figurar: na primeira parte, trata dos Dados gerais, e na segunda parte o Elucidário para a ficha de classificação.

A biblioteca foi referenciada na segunda parte, item V. Salas especiais e material didático: “Em relação à biblioteca, será discriminado o gênero de livros e revistas de que dispõe, bem como o número de volumes para cada um destes gêneros, podendo-se mencionar os autores e títulos das obras mais importantes.” (BRASIL, 1932, p. 7924). Percebo nesse argumento, que “gênero” deveria se tratar de assunto e “volume” de exemplares.

3.2.10 Decreto nº 34.742, de 02 de dezembro de 1953 (Regimento do Colégio Pedro II)

As reformas promulgadas por Gustavo Capanema, em 1942, da mesma forma que a Reforma Francisco Campos, privilegiaram o ensino secundário.

Gustavo Capanema foi nomeado para estar à frente do MEC, permanecendo por 11 anos, até o final do Estado Novo, em 1945. Nesse período, instituiu a Universidade do Brasil, atribuindo-lhe, justamente, a finalidade - talvez primordial - de controle e padronização do ensino superior no país. Em 1938, criou o INEP e promulgou as leis orgânicas do ensino, conhecidas como Reformas Capanema.

Referencio, aqui, o conjunto de leis baixadas de 1942 a 1946: a) Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI); b) Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, Lei Orgânica do Ensino Industrial; c) Decreto-lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942, Lei Orgânica do Ensino Secundário; d) Decreto nº 4.245 de 09 de abril de 1942, disposições transitórias para a execução da Lei Orgânica do Ensino Secundário; e) Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, Lei Orgânica do Ensino Comercial; f) Decreto-lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946, Lei Orgânica do Ensino Normal; g) Decreto-lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que criou o Serviço

Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); e h) Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, Lei Orgânica do Ensino Agrícola. (SAVIANI, 2010).

Com essas Reformas, toda a estrutura educacional brasileira foi reorganizada numa tentativa de estabelecer uma política nacional única para a educação no país. Tal ordenamento, iniciado ainda durante o Estado Novo, que vigorou de 1937 a 1945, completou-se com importante e duradoura repercussão na educação. Nesse sentido, Ghiraldelli (2008, p. 80) considera que as Leis Orgânicas do Ensino: “de certo modo, moldaram muito mais o ensino posterior ao ‘Estado Novo’ do que propriamente o período de vigência da ditadura”.

Como na Reforma Francisco Campos, o ensino médio continuou tendo dois ciclos: o primeiro ciclo, o ginásial, com duração de quatro anos e o segundo ciclo, com dois cursos paralelos, o clássico e o científico, cada qual com a duração de três anos.

O Ministério da Educação e Saúde passou a centralizar tudo o que tratava sobre educação. Houve uma centralização total, os programas de todas as disciplinas foram editados, muitos inspirados nos programas do Colégio Pedro II. Foram criadas delegacias do MEC em todos os estados, com concursos altamente seletivos para os inspetores federais que iriam supervisionar todo o sistema do Ministério. Essa centralização determinou períodos específicos para provas, quantidade de questões, listagem de pontos e sorteio dos mesmos. As escolas particulares não tinham mais a necessidade de serem equiparadas ao Colégio Pedro II; contudo, eram controladas pelos inspetores federais, responsáveis pelo credenciamento e fiscalização do processo e da rotina burocrática.

O Colégio Pedro II retoma o título de colégio padrão do ensino secundário, e, na época, compreendia duas unidades, Externato e Internato, cada um com administração separada.

O Regimento do Colégio Pedro II de 1953 possuía 505 artigos divididos em 11 títulos, com separações independentes por capítulos. A biblioteca do Colégio Pedro II mereceu um capítulo específico. Além dos dispositivos desse capítulo, encontrei ainda referência nos seguintes títulos: Título VI: Do corpo docente - Capítulo II: Do professor catedrático; Título VII: Do corpo discente - Capítulo I: Da constituição e deveres do corpo discente; e Título VIII: Da organização dos serviços administrativos, Capítulo I e Capítulo III: Da portaria. Analiso primeiramente esses dispositivos.

A biblioteca era um dos sete departamentos do Colégio, que funcionavam sob a fiscalização e superintendência do Diretor.

Haveria em cada unidade do Colégio Pedro II (Externato e Interno) professores catedráticos de várias disciplinas, nomeados por decreto do Presidente da República e escolhidos mediante concurso de títulos e provas, no qual poderiam se inscrever (art. 226 e 227). O artigo 227, sobre a prova escrita, deliberava que a comissão julgadora poderia permitir, aos candidatos, a consulta a livros (§ 2º) e que, os livros deveriam ser os mesmos para todos os candidatos e fornecidos pela biblioteca do Colégio (§ 3º).

Das proibições que eram facultadas aos alunos, o Decreto prescrevia que era expressamente proibida a permanência, sem a devida autorização, na portaria do estabelecimento ou em qualquer dependência do mesmo, fora das aulas e durante as mesmas, exceto na biblioteca, nas horas próprias. Percebo nesse dispositivo, que os dirigentes do Colégio deveriam valorizar a biblioteca, um incentivo aos alunos em procura-la em seus momentos livres.

No Capítulo III: Da Portaria, o artigo 397, determinava ao chefe da portaria do Externato, zelar pela conservação dos móveis e demais objetos que estivessem “fora” da secretaria, biblioteca e gabinetes, entregando ao secretário a respectiva relação, a guarda pelos materiais dentro da biblioteca eram de competência do bibliotecário conforme o artigo 420, inciso b: “velar pela conservação dos livros e de tudo que pertencer à Biblioteca.”

Nesse Regimento, encontrei 15 artigos com referências à biblioteca do Colégio, preciso salientar que este no que diz respeito à biblioteca, possuía vários pontos em comum à Reforma Epitácio Pessoa (Decreto nº 3.890, de 1º de janeiro de 1901), por esse motivo, em alguns dispositivos a análise parece redundante.

a) O usuário

Somente os membros do corpo docente e seus auxiliares, e os empregados do estabelecimento poderiam ter acesso ao recinto da biblioteca; aos alunos e demais “pessoas idôneas” que não fossem do Colégio, e que desejavam consultar as obras, havia uma sala apropriada ao lado, com os catálogos mesas e cadeiras necessários. Esse fato vem comprovar que para esses últimos, o acervo da biblioteca era fechado. Às “pessoas idôneas” somente era permitida a consulta das obras existentes na

biblioteca com a devida solicitação e permissão do Diretor. Essa solicitação era dada somente uma vez, ficando sob a responsabilidade do bibliotecário.

b) O conteúdo

Sobre a aquisição de livros e assinatura de periódicos, constato, analisando entre as competências do bibliotecário, que a mesma era feita com apoio do Diretor e corpo docente, destaco três atividades importantes desenvolvidas nesse processo.

Primeiramente, o bibliotecário deveria expedir ao corpo docente, no mês de dezembro, “uma fórmula impressa”, provavelmente um formulário, para que pudesse indicar o material a ser adquirido para apoio nas disciplinas ministradas. Outro ponto era divulgar ao Diretor e aos professores, as novas publicações feitas no Brasil e no exterior, servindo de auxílio na escolha das obras. Por último, deveria enviar anualmente ao corpo docente, um “catálogo” com referências bibliográficas dos assuntos das disciplinas ministradas no estabelecimento e presentes no acervo da biblioteca, esse serviço, além de divulgar, contribuía para o conhecimento do corpo docente, das possíveis lacunas nesse acervo referentes às disciplinas ministradas. Essas práticas vem comprovar uma perfeita interação da biblioteca com o currículo escolar. E para que isso aconteça, ao bibliotecário cabe, além da responsabilidade de estruturação e organização da biblioteca, promover a disseminação do conteúdo.

c) A organização

Segundo o artigo 416, a organização da biblioteca deveria seguir os princípios mais modernos da Biblioteconomia, vigentes nesse período, de forma eficiente e produtiva. Convém lembrar que, em 1953 já havia no Brasil 11 cursos de Biblioteconomia (Tabela 2), objetivavam formar pessoal para administrar, organizar e dirigir serviços técnicos inerentes às bibliotecas, como: organização e administração de bibliotecas, classificação e catalogação, história da literatura e disciplinas para a cultura geral do bibliotecário.

Tabela 3 - Cursos de Biblioteconomia criados no Brasil: 1911-1952

Nome dos cursos	Ano de criação
1 Curso da Biblioteca Nacional	1911
2 Escola de Biblioteconomia da Prefeitura Municipal de São Paulo	1939
3 Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade da Bahia	1942
4 Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia Sedes Spiense	1944
5 Faculdade de Biblioteconomia da PUCCAMP	1945
6 Curso de Biblioteconomia do Departamento de documentação e Cultura da Prefeitura do Recife	1948
7 Curso de Biblioteconomia Nossa Senhora do Sion	1948
8 Curso de Biblioteconomia da Universidade de Pernambuco	1950
9 Curso de Biblioteconomia da Universidade de Minas Gerais	1950
10 Curso de Biblioteconomia do Instituto Caetano de Campos	1951
11 Curso de Biblioteconomia da Universidade do Paraná	1952

Fonte: CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia brasileira**: perspectiva histórica. Brasília: Thesaurus, 2000.p. 111.

Os livros, folhetos impressos e manuscritos deveriam ser carimbados e devidamente encadernados. Haveria na biblioteca um livro de registro (tombo) constando o título da obra, data de aquisição, número de volume, e no caso de doação, o nome do doador. Percebo, como em outras legislações analisadas anteriormente, a menção do termo “volume” significando exemplar.

d) Recursos humanos

A biblioteca, segundo o artigo 415, deveria ser dirigida por um bibliotecário, no caso de mais de um no quando do pessoal, seria de responsabilidade do Diretor designar quem ocuparia a chefia. Na falta de bibliotecário poderia ser designado um bibliotecário auxiliar para exercer essa função.

O Decreto deliberava somente as competências do “bibliotecário-chefe”, não trazia nenhuma menção sobre outros funcionários da biblioteca.

O bibliotecário deveria ficar na biblioteca durante o expediente, se ausentando somente por motivos justificados, nesse caso, teria que passar as recomendações necessárias durante sua ausência.

A organização dos catálogos e fichários, sob sua responsabilidade, deveria seguir um sistema utilizado nas bibliotecas mais adiantadas. O dispositivo não faz menção ao tipo de sistema que o bibliotecário seguiria.

Além dessas competências teria ainda que enviar ao Diretor: um relatório anual dos trabalhos da Biblioteca e do estado das obras e dos móveis, indicando as modificações que a prática lhe tivesse sugerido; e apresentar o orçamento das despesas da Biblioteca.

e) Atividades e serviços

O funcionamento da biblioteca era diário durante o período dos trabalhos escolares e mediante escala de funcionários organizada pelo bibliotecário chefe, das sete e meia às 17 horas, no Internato, e das sete e meia às 21 horas no Externato, bem como em horas extraordinárias durante a realização de provas de concurso ou outras oportunidades semelhantes a critério do Diretor. Preciso salientar que a permanência da biblioteca aberta durante o maior espaço de tempo possível, possibilita ao usuário procura-la sempre que assim o desejar e indica que a escola valoriza esse processo. Deve considerar antecipadamente o horário dos usuários, tanto professores, alunos e funcionários, para que encontrem a biblioteca sempre aberta e uma pessoa para auxiliá-los, no momento em que dela precisar.

Constato, analisando o inciso j, do artigo 420, que o bibliotecário também era responsável pelo atendimento dos usuários: “providenciar para que as obras sejam entregues com presteza as pessoas que as pedirem” e pela manutenção da ordem no recinto da biblioteca: “fazer observar o maior silêncio na sala de leitura, providenciando para que se retirem as pessoas que perturbarem a ordem, recorrendo ao Diretor quando não fôr atendido.” Essas competências estão presentes em outras legislações já analisadas.

O serviço de empréstimo estava disponível para o corpo docente e aos alunos, somente do Externato. Ao corpo docente era facultado o empréstimo de qualquer tipo de livro, exceto obras raras, pelo prazo de até 30 dias, mediante assinatura de recibo. O dispositivo não fez menção ao empréstimo de periódicos.

Para o aluno do Externato utilizar o serviço de empréstimo era necessário cadastrar-se na biblioteca, mediante ficha de empréstimo e assinatura de termo de responsabilidade, ambos ficariam sob a competência do “chefe da biblioteca”.

Poderiam emprestar livros didáticos “ou outros que sejam convenientes à sua boa educação”, contudo, apenas duas obras de cada vez. As obras raras, enciclopédias e dicionários, e obras que possuíssem apenas um exemplar na Biblioteca não deveriam ser emprestadas. O prazo de empréstimo era de 15 dias e a renovação somente poderia ser feita caso o mesmo não tivesse sido procurado por outro aluno. Caso o aluno desejasse emprestar uma obra, deveria apresentar um pedido por escrito, sendo fornecido o livro no prazo de 48 horas. No ato de entrega do material a ser emprestado, o aluno deveria ser devidamente identificado pelo funcionário. Entendo que essa identificação deveria ser realizada mediante a ficha de empréstimo efetuada durante a matrícula do aluno na biblioteca.

Caso o livro não fosse devolvido no prazo determinado, o aluno teria a matrícula na Biblioteca imediatamente cancelada e passível de punição, caso fosse necessário. O aluno somente poderia ter a matrícula na biblioteca restabelecida por determinação do Diretor e através de uma justificativa do motivo da falta, devidamente assinada.

A frequência dos alunos do Internato à Biblioteca deveria ser feita pelo menos uma vez por semana, como se fosse uma aula de caráter obrigatório. Nessa ocasião, os alunos poderiam consultar os livros que desejassem. É importante citar que a biblioteca escolar deve garantir aos alunos o privilégio de escolher sobre o que ler. A leitura em sala de aula deve encontrar na biblioteca escolar espaço para a contrapartida: leitura, ato de prazer.

3.2.11 Decreto nº 632, de 27 de fevereiro de 1962 (Regimento do Colégio Pedro II)

De 1948 a 1961 a educação brasileira foi tema do embate entre as ideologias da Escola Nova e da Escola Antiga, culminando na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961). Essa Lei tratou de princípios gerais, sendo sua grande conquista, segundo o Ministro Clemente Mariani, “a unicidade do sistema educacional brasileiro, cujas variedades estaduais obedecerão ao princípio da equivalência pedagógica em substituição do falso princípio da uniformidade pedagógica.” (TOBIAS, 1986, p. 329, grifo do autor).

A característica geral da Lei de Diretrizes e Bases da Educação é, segundo Tobias (Ibid., p. 330), a democratização do ensino, uma constituição do ensino que

origina os sistemas estaduais e que coloca a educação não como função da sociedade ou socialização do educando, mas tendo por finalidade “o desenvolvimento integral da personalidade humana e sua participação na obra do bem comum.” (BRASIL, 1962, p. 51).

Souza (2008, p. 231) salienta que essa Lei

[...] assegurou a liberdade de ensino e afrouxou os mecanismos de controle das escolas privadas, facultando a subvenção da União às escolas particulares para compra, construção ou reforma de prédios, compra de equipamentos e concessão de bolsas de estudo. Por outro lado, atendeu às reivindicações dos que há muito clamavam pela descentralização e flexibilidade na educação, conferindo aos Estados competência para a organização de seus sistemas de ensino. Desse modo, pela primeira vez, a União abria mão do forte controle que exercera sobre o ensino secundário desde o Império.

Com a nova Lei, o ensino médio - uma continuação do ensino primário, destinado à formação do adolescente, ministrado em dois ciclos, ginásial e colegial - passou a abranger os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário. Em cada ciclo haveria disciplinas e práticas educativas, obrigatórias e optativas. (BRASIL, 1962).

Na prática, os estabelecimentos de ensino puderam compor seus currículos de acordo com os recursos materiais e humanos de que dispunham. O currículo do ciclo ginásial teria a duração de quatro séries anuais e o colegial, de três, no mínimo. Uma disciplina vocacional foi incluída entre as disciplinas e práticas educativas de caráter optativo nos dois ciclos, respeitando as necessidades e possibilidades locais. Para Souza (2008, p. 233), “fica evidenciada, assim, a corroboração de vários princípios em debate desde a década de 1920, como a diversificação, a flexibilidade e autonomia do currículo da educação secundária.”

Ao longo da vigência da Lei nº 4.024, foi aprovado o Decreto nº 632, de 27 de fevereiro de 1962, com as modificações necessárias para facilitar a adequação do Colégio Pedro II, em termos administrativos e pedagógicos, a essa Lei; e a reorganização dos currículos do primeiro ciclo e do segundo ciclo oferecendo três diferentes currículos em cada um.

Logo após esse Decreto, o Regimento do Colégio de Pedro II passou por outras alterações de 1964 a 1968: Decreto nº 53.555, de 07 de fevereiro de 1964, Decreto nº 55.235, e 17 de dezembro do mesmo ano, e Decreto nº 63.071, de e de agosto de 1968. A seguir analiso esses quatro Decretos.

Esse Regimento possuía 300 capítulos, divididos em títulos e subdivididos por capítulos, com numeração independente dentro de cada um. À biblioteca foi dedicado um capítulo específico com oito artigos e estava presente em três outros artigos de assuntos relacionados ao Colégio. Desses dispositivos, não encontrei menção ao conteúdo que deveria compor o acervo da biblioteca, sobre o usuário percebo que deveriam ser os alunos e servidores do Colégio. Entendo que, servidores deveriam ser os professores e demais funcionários do Colégio.

O Colégio Pedro II estava dividido em órgãos administrativos subordinados ao Diretor, dentre esses a Biblioteca. O artigo 204, logo após deliberar por esses órgãos, determinava em cada um haveria a função gratificada de chefia.

Analiso a seguir os demais aspectos da biblioteca do Colégio, a organização, recursos humanos, e atividades e serviços.

a) A organização

A descrição da biblioteca indica que possuía catálogos e fichários, organizados segundo os princípios mais modernos de Biblioteconomia, naquele período.

A aquisição de obras e assinatura de periódico era de competência do bibliotecário, mediante proposta ao Diretor, a preferência era por obras relacionadas com o currículo do Colégio, objetivando sempre completar as coleções existentes. No início do ano letivo, era encaminhada uma fórmula impressa ou mimeografada aos professores para que indicassem as obras e revistas necessárias ao desenvolvimento do ensino, que não existiam no acervo. Junto a essa fórmula, o bibliotecário encaminhava uma bibliografia das principais publicações das livrarias. Percebo que esse Decreto não faz distinção a respeito da origem dessas obras.

O Decreto não especificou o horário de funcionamento da biblioteca nos dias letivos do Colégio, somente o artigo 249 descreveu que deveria “funcionar também nas épocas de provas de exames, de concursos e nos dias de sessão do Conselho Departamental e da Congregação.”

A biblioteca continuava com o serviço de carimbagem, encadernação e registro dos livros, dos folhetos impressos e manuscritos. Possuía para o registro um livro (provavelmente de atas) onde era lançado: título da obra, data de aquisição, número de volumes e nome do doador, quando fosse necessário. Deveria também

constar no livro de registro a indicação do curso. Essa foi a primeira vez que encontrei referência a esse tipo de informação na legislação analisada. Essa prática é de extrema importância, denota a interação da biblioteca com o currículo escolar, conforme Fragoso (2002, p. 127), uma das funções “ideais” da biblioteca escolar consiste em “cooperar com o currículo da escola no atendimento às necessidades dos alunos, dos professores e dos demais elementos da comunidade escolar.”

b) Recursos humanos

Além do Chefe da Biblioteca, haveria um servidor responsável pelos serviços em cada turno, dando preferência à diplomados em Biblioteconomia, ambos, designados pelo Diretor; servidores para a limpeza geral e para a conservação dos livros, assim como outros para auxiliar a ordem e a disciplina em seu recinto.

O Chefe da Biblioteca tinha ainda como competências: zelar pela conservação dos livros; apresentar ao Diretor relatório anual das atividades da Biblioteca, bem como do estado das obras e instalações e mensalmente, um mapa onde conste o número dos leitores, as obras consultadas, as que deixarem de ser fornecidas por não existirem e a relação das novas aquisições; e fazer observar o necessário silêncio na sala de leitura adotando as medidas cabíveis.

c) Atividades e serviços

No recinto da biblioteca somente era permitido a entrada aos membros do corpo docente e seus auxiliares, e aos servidores do estabelecimento, havia uma sala de leitura, devidamente aparelhada para os alunos, para os corpos docente e administrativo do Colégio, uma sala separada. Além desses usuários, eram admitidas para consulta do acervo da biblioteca pessoas “idôneas” com a devida permissão do Diretor.

O empréstimo aos alunos do Colégio era feito mediante apresentação de prova de identidade. Poderiam emprestar livros didáticos ou outros considerados necessários ao seu desenvolvimento cultural, com exceção das obras raras, enciclopédias e dicionários e as obras que possuíssem “apenas poucos exemplares na Biblioteca.” Percebo, nesse Decreto, que a referência a “volumes” foi trocado pelo

termo usual “exemplares”, contudo não faz menção ao número de exemplares que significava “poucos”.

Nesse Decreto algumas deliberações são comuns ao Regimento de 1952: prazo de empréstimo aos alunos de 15 dias, com a possibilidade de prorrogação caso o livro não estivesse sendo procurado; empréstimo mediante assinatura de termo de responsabilidade e ficha de empréstimos, esses sob a responsabilidade do Chefe da Biblioteca; empréstimo de até dois livros; a punição no caso da não devolução, matrícula cancelada na Biblioteca, independente de penalidade. O que difere no serviço de empréstimo, entre os dois regimentos eram que embora o pedido de empréstimo tivesse que ser feito por escrito, no Regimento de 1962, o prazo para liberação do livro foi reduzido para 24 horas.

O Regimento ainda trazia uma penalidade diferente dos regimentos anteriores: caso o aluno não devolvesse o livro emprestado até o início da época do prazo de renovação da matrícula na Biblioteca, a mesma seria vedada, sendo permitida somente no caso da reposição por outro idêntico. Essa penalidade está descrita no Capítulo II: Das penas aplicáveis aos membros do corpo docente: além da pena disciplinar em que incorrer, terá o aluno de indenizar o prejuízo, quando causar danos nos instrumentos, aparelhos, modelos, mapas, **livros**, preparações, móveis e utensílios do Colégio. (art. 281, grifo nosso).

Os membros do corpo docente poderiam emprestar livros mediante recibo e por prazo de até 30 dias, exceto obras raras, a renovação era permitida caso a obra não estivesse sido procurada por outro professor. Caso o professor não devolvesse o livre no prazo determinado, o valor da obra era descontado de seus vencimentos.

Aos professores catedráticos era permitido ter sob sua responsabilidade obras necessárias para consulta em seus gabinetes do Colégio. Essas obras deveriam ser relacionadas e de posse da Biblioteca.

3.2.12 Decreto nº 53.555, de 07 de fevereiro de 1964 (Regimento do Colégio Pedro II)

Esse Decreto continha as alterações do Regimento do Colégio Pedro II aprovado pelo Decreto nº 632, de 27 de fevereiro de 1962. Percebi dessas alterações, duas referentes à biblioteca, todas relacionadas aos órgãos administrativos do

Colégio: no art. 203, a biblioteca continua a figurar entre os órgãos administrativos do Colégio, contudo com subordinação do Diretor-Geral; assim como o bibliotecário e seu servidor (art. 348).

3.2.13 Decreto nº 55.235, de 17 de dezembro de 1964 (Regimento do Colégio Pedro II)

Esse Decreto era composto de 316 artigos, divididos por títulos e capítulos com numeração independente. A biblioteca do Colégio estava presente nos mesmos dispositivos do Decreto nº 34.742, de 02 de dezembro de 1953, analisado anteriormente. Para que essa análise não seja redundante apresento somente alterações a esse decreto.

À biblioteca escolar foi dedicado um capítulo específico, Capítulo VIII. Não distinguiu, entre seus dispositivos, a qual biblioteca do Colégio se referia: Internato ou Externato. Esse Capítulo não fez menção aos recursos humanos que deveriam atuar nesta, assim como o responsável por sua direção. Percebo nesse artigo uma competência que não encontrei em outras legislações, “organizar, uma coleção completa das teses apresentadas a concursos de catedrático e docente-livre.” (art. 262, inciso i).

3.2.14 Decreto nº 63.071, de 05 de agosto de 1968 (Regimento do Colégio Pedro II)

Esse Decreto deliberou uma nova estrutura administrativa ao Colégio Pedro II. A biblioteca do Colégio passou a ser denominada Biblioteca Central, subordinada à Diretoria-Geral, era composta por dois setores: Classificação e Catalogação, e Circulação. Havia também mais duas bibliotecas no Colégio: Biblioteca do Serviço de Orientação Educacional (Unidades: Internato e Externato) e Biblioteca das Seções Norte, Sul e Tijuca do Externato. Da análise desse Decreto, não encontrei referências a respeito da composição desses setores da Biblioteca Central e das demais bibliotecas. Esse foi último decreto que trazia a biblioteca escolar até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, gestada

ao longo da ditadura militar, tendo, basicamente, alterado a organização do ensino secundário. (SAVIANI, 2010).

Após ter realizado essa análise, é possível afirmar que houve um discurso enfatizando a biblioteca escolar na legislação do ensino secundário brasileiro. Retomando Ferreira (1978), a biblioteca escolar deve atuar como um órgão de apoio a todos e quaisquer programas educativos, seja de natureza didática, cultural e/ou recreativa, oferecendo todo tipo de materiais essenciais à obtenção dos objetivos dos currículos, servindo como um instrumento do processo de ensino e aprendizagem.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Apresento minhas considerações a respeito do que os discursos produzidos nesses documentos prescreveram em favor da biblioteca escolar.

Das 16 legislações utilizadas para a análise, dez diziam respeito ao Colégio Pedro II e as demais às reformas de Leôncio de Carvalho, Epiácio Pessoa, Rivadávia Corrêa, Carlos Maximiliano e João Luiz, e a Portaria de 15 de abril de 1932, que deliberava sobre os critérios estabelecidos pelo Departamento Nacional de Ensino aos estabelecimentos de ensino que pretendessem solicitar o reconhecimento oficial.

Nas legislações do Colégio Pedro II, a biblioteca escolar esteve sempre presente. A Reforma Epiácio Pessoa foi a que mais trouxe deliberações dentre todas as reformas. Todos os aspectos que utilizei na análise foram encontrados, mais detalhadamente, nessas legislações, a única ressalta está nas instalações das bibliotecas, dimensões, localização, móveis, equipamentos, citados de forma implícita.

Para tornar essas considerações mais claras, abordo os discursos presentes nas legislações, a partir dos aspectos utilizados na análise. Destaco as alterações desses aspectos nas legislações após 1915, devido a criação do curso de Biblioteconomia no Brasil.

No Colégio Pedro II existia dois locais destinados à biblioteca, um especificamente para o acervo e administração, e uma sala de leitura, onde era de uso dos alunos e pessoas “idôneas” que tinham permissão para utilizá-la.

Os usuários identificados eram o corpo docente e os alunos, em poucas legislações encontrei referências aos funcionários dos estabelecimentos. A comunidade externa, identificados nos documentos como “pessoas idôneas”, tinha lugar na biblioteca, mesmo que para isso fosse necessário autorização. Percebo com isso que a biblioteca escolar tinha participação na comunidade, mesmo que pequena, através da utilização do acervo.

O acervo era composto de livros, mapas, revistas, materiais diversos, adquiridos por compra, doação e algumas vezes por permuta entre os estabelecimentos de ensino congêneres. O Decreto nº 55.235, de 1964, é a única legislação que faz menção a uma coleção completa de teses apresentadas a concursos de catedrático e docente-livre.

As doações eram aceitas, contudo não era mencionado o tipo de obras que poderiam ser aceitas, ou seja, não havia um critério de seleção para o recebimento. Segundo Campello (2003), a questão do acervo precisa ser entendida na perspectiva

da função pedagógica inerente a esse tipo de instituição. O acervo, então, deve ser visualizado por sua qualidade, mas a questão da quantidade também precisa ser levada em consideração, a fim de propiciar o amplo acesso dos usuários aos recursos da biblioteca.

O processo de aquisição das obras era feito pelo bibliotecário com participação do corpo docente e dos diretores. Para que a biblioteca escolar e o ensino se completem, como já foi salientado no Capítulo I dessa dissertação, é necessário atue como um órgão de apoio a todos e quaisquer programas educativos, oferecendo todo tipo de materiais essenciais à obtenção dos objetivos dos currículos, e é através da participação junto ao bibliotecário que o corpo docente corrobora para que isso aconteça. Nesse sentido, a política de formação e desenvolvimento de acervo deve ser elaborada de acordo com o currículo, garantindo um equilíbrio e consistência da coleção. Cabe destacar também, a participação dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino, ao fato de que o bibliotecário deveria enviar a este a relação das obras a serem adquiridas. Contudo, percebi que nesse processo, o diretor tinha o papel de fiscalizador do conteúdo a ser disponibilizado na biblioteca, “inspecionar tudo o que respeita á Religião, costumes, ordem, e estudos”. (BRASIL, 1839).A disseminação do acervo ao corpo docente e dirigentes é uma prática identificada nos discursos após 1950.

A Portaria de 15 de abril de 1932 apresentou, de forma explícita, além dos assuntos, a quantidade de obras que deveriam compor o acervo: “livros e revistas relativos á cultura geral e especial do ensino secundário. Deve dispôr para cada materia de, pelo menos, dois livros didáticos e receber uma revista de carater internacional sobre educação, em português ou em lingua estrangeira.”

Ainda a respeito da aquisição, a referência às obras impressas no Brasil só se faz presente a partir de 1940, como antes foi destaque, devido número reduzido de livrarias e editoras no país.

Da organização do acervo as deliberações anteriores ao Decreto nº 34.742, de 1953, enfatizavam o uso do catálogo, primeiramente na utilização de listas, relações das obras com a localização no acervo; depois aparecem os catálogos, em algumas legislações se percebi o tipo que deveriam ser: dicionário, de autor, de revistas.Os processos de catalogação e classificação do acervo foram pouco mencionados, o discurso enfatiza estes, mas não deliberava qual sistema deveria ser seguido. Os livros deveriam ser encadernados, carimbados e registros em livro

próprio. No livro de registro constaria título da obra, data de aquisição, número de exemplares e, no caso de doação, o nome do doador. No Decreto de 1953, a legislação determinava que deveria incluir ser incluído a indicação do curso.

A partir do Decreto de 1953, as legislações deliberavam pela utilização na organização do acervo de “princípios mais modernos de Biblioteconomia”. O Decreto nº 63.071, de 1968, com novo regimento do Colégio Pedro II, dá outra denominação à biblioteca, “Biblioteca Central”, pois havia outras bibliotecas, do Serviço de Orientação Educacional (Internato e Externato) e Bibliotecas das Seções Norte, Sul e Tijuca do Externato. A Biblioteca Central era composta por dois setores: Classificação e Catalogação, e Circulação.

O horário de funcionamento da biblioteca era sempre durante as aulas, facultado algumas legislações que permitiam estendê-lo em casos especiais: “épocas de provas de exames, de concursos e nos dias de sessão do Conselho Departamental e da Congregação”(BRASIL, 1962); “durante a realização de provas de concurso ou outras oportunidades semelhantes” (BRASIL, 1953).

Os recursos humanos eram o bibliotecário, seu assistente, guarda e bedel. Do bibliotecário, a quem as legislações deliberavam a responsabilidade pelo empréstimo; organização do catálogo e do acervo; manutenção da ordem; processo de aquisição e desenvolvimento da coleção; funcionários, e própria biblioteca, embora com todas essas competências, não era um profissional bibliotecário. Deveria ser um funcionário a quem o diretor nomeava para a função e não havia, portanto, o cargo de bibliotecário, facultado ao profissional formado em Biblioteconomia. Nas legislações a partir de 1950, já se percebe a presença do profissional bibliotecário, assim como, de um funcionário diplomado na área, pelo fato de existirem no país o curso de Biblioteconomia e a profissão e bibliotecário já ser regulamentada.

As denominações atribuídas aos auxiliares do bibliotecário entram: amanuenses, sub-bibliotecário, auxiliar da biblioteca, guarda do bibliotecário, bedel, tinham entre as competências, atendimento, empréstimo, manutenção da ordem e guarda da biblioteca.

Durante a análise do aspecto “usuário”, sempre percebemos referência ao termo “bibliotecário” a quem atua na biblioteca, mesmo sem a formação devida, pois profissionais bibliotecários no Brasil só viriam a existir depois de 1915. Relaciono esse fato ao que ocorre no Brasil, a frequência com que funcionários de bibliotecas, sem formação, se denominam bibliotecários. Entendo que, possivelmente, esse termo

era usado sem pretensão de atribuir ao funcionário o título de bibliotecário, mas somente uma função. Com o tempo o termo foi adotado por todos. Contudo, mesmo com a criação de curso de Biblioteconomia e o surgimento do profissional bibliotecário, o fato não se alterou. Não encontrei nenhuma literatura que mencione essa argumentação.

No Decreto nº 3.914, de 1901, embora na atuando na biblioteca, o secretário do estabelecimento de ensino tinha a competência de ordenação e catalogação dos livros pelo qual recebia uma gratificação. As informações que a legislação oferece não permite entender por que essa função lhe era atribuída.

Das atividades e serviços encontrei somente referências ao serviço de empréstimo e atendimento do usuário. O acesso à biblioteca era permitido somente ao corpo docente e funcionários, os alunos somente podiam utilizar a sala ao lado, sala de leitura, onde eram disponibilizados catálogos e mobiliário condizente.

O empréstimo era diferenciado para o corpo docente e alunos, quanto ao número de obras e prazo de devolução, procedimento adotado pelas bibliotecas, pois os critérios são feitos a partir da necessidade e uso dos materiais.

As penalidades aos alunos por danos causados aos livros foram mencionados em três legislações: Decreto nº 11.530 (Reforma Carlos Maximiliano), cancelamento da matrícula na biblioteca, e passível de punição, caso fosse necessário; pena disciplinar e indenização ou restituição do objeto; e Decreto nº 34.742 (1953) e Decreto nº 632 (1962), reposição do objeto por outro idêntico ou renovação da matrícula na Biblioteca vedada. Ao corpo docente seria descontado

Caso o corpo docente não devolvesse o livre no prazo determinado, nem entregasse exemplar equivalente, o valor da obra era descontado de seus vencimentos, como consta nos Decreto nº 53.555 e nº 55.235, de 1964 e nº 632, de 1962, ambos referentes ao Colégio Pedro II.

Diante do conjunto de informações levantado da análise da pesquisa e de todo o conhecimento que foi possível apreender a partir dela, posso afirmar que houve um discurso enfatizando a necessidade das bibliotecas escolares no ensino secundário brasileiro. Esse discurso dispensou a ela todos os critérios pertinentes para seu perfeito funcionamento.

Retomo o caminho que apresentei na qualificação individual: a biblioteca tem lugar de destaque no discurso da legislação, mas não localizei a materialidade desses discursos nas escolas que visitei.

Pelo que se conhece da situação em que se entram muitas bibliotecas escolares no país, poucas dispõem de recursos que esses discursos deliberaram a estas no período pesquisado, cabe indagar: se havia um discurso da biblioteca escolar na legislação sobre o ensino secundário, o que a legislação atual determina? se as bibliotecas escolares dispunham de recursos e serviços para seu perfeito funcionamento, o que as levou a situação atual? quem foram os responsáveis, dirigentes, educadores, ou os próprios bibliotecários? qual o discurso que a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010³⁰ determina?

³⁰BRASIL. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 maio 2010. Seção 1, p. 3.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial, 1500-1800**. Rio de Janeiro: M. Orosco, 1907.

ANTUNES, Walda de Andrade. **Biblioteca escolar no Brasil**: reconceituação e busca de sua identidade a partir de atores do processo ensino-aprendizagem. 1998. 225 f. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 1998.

BICUDO, Joaquim de Campos. **O ensino secundário no Brasil e sua legislação**: (de 1931 a 1941 inclusive). São Paulo: José Magalhães, 1942.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Ensino secundário no Brasil**: organização, legislação vigente, programas. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1952.

CALDEIRA, Paulo da Terra. O espaço físico da biblioteca. In: CAMPELLO, Bernadete Santos et al. **A Biblioteca escolar**: temas para uma prática pedagógica. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 47-49.

CAMPELLO, Bernadete Santos; SILVA, Monica do Amparo. A biblioteca nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Presença Pedagógica**, v. 6, n. 33, p. 59-67, mai./jun. 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. A crise do colonialismo luso na América Portuguesa: 1750/1822. In: LINHARES, Maria Yeda (Org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 111-128.

CARVALHO, Gilberto Vilar de. **Biografia da Biblioteca Nacional (1807-1990)**. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994.

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia brasileira**: perspectiva histórica. Brasília: Thesaurus, 2000.

------. História e evolução curricular na área de Biblioteconomia no Brasil. In: VALENTIM, Marta Lígia (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002.

CASTRO, César Augusto. Produção e circulação de livros no Brasil: dos jesuítas (1550) aos militares (1970). **Enc. BIBLI: R. Eletrônica de Bibl. Ci. Inform.**, Florianópolis, v. 10, n. 20, p. 92-103, 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/201/305>>. Acesso em: 5 out. 2010.

CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola. A biblioteca na escola plural. In: SEMINÁRIO BIBLIOTECA ESCOLAR ESPAÇO DE AÇÃO PEDAGÓGICA, 1998, Belo Horizonte. **Anais ...**Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 7-8.

CASTRILLÓN, Silvia. Modelo flexível para um sistema de bibliotecas escolares. In: FONSECA, Edson Nery da. Alternativas bibliotecárias para a crise da escola. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE BIBLIOTECAS ESCOLARES, 1., 1982. **Anais...**Brasília: Fundação Pró-Memória; Instituto Nacional do Livro, 1982. Não paginado.

CHIZZOTTI, Antônio. A constituinte de 1823 e a educação. In: FÁVERO, Osmar (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988**. 3. ed. 2005. p. 31-53.

COSTA, Tarcilla Martins da. Biblioteca escolar do Centro Pedagógico da UFMG. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo horizonte, v. 4, n. 2, p. 278-282, set. 1975.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

CUNHA JÚNIOR, Carlos Fernando Ferreira. **O Imperial Collegio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

DIAS, Antonio Caetano. **O ensino da Biblioteconomia no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPASE, 1955.

DÓRIA, Escragnolle. **Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo: 1838-1937**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1997.

DODSWORTH, Henrique. **Cem anos de ensino secundário no Brasil: (1826-1926)**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1968.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 141-159, jan./jun. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 ago. 2010.

----- A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Educação, modernidade e civilização**: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. P. 89-125.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Ed. USP, 2001.

FÁVERO, Osmar (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

FERRAZ, Walda. **A biblioteca**. 3. ed. rev. e aum. São Paulo: Saraiva, 1949.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

FERREIRA, Carminda Nogueira de Castro. Biblioteca pública e biblioteca escolar? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo v. 11, p. 9-16, jan./jun. 1978.

FORJAZ, Djalma. **Do ensino e fiscalização nos institutos de instrução secundária equiparados ao Gymnasio Nacional**. São Paulo: Typographia Maré, Monti, 1906.

FRAGOSO, Graça Maria. Biblioteca na escola. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 7, n. 1, p. 124-131, 2002.

GALVÃO, Ramiz Benjamin Franklin. Fr. Camillo de Monserrate: primeira parte: estudo biographico. In: ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO: 1884-1885. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1887. v. 12, p. 3-167.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2008.

GOMES, Sonia de Comti. **Bibliotecas e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Pioneira, 1983.

Haidar, Maria de Lourdes Marioto. **O ensino secundário no Império brasileiro**. São Paulo: Ed. USP; Grijalbo, 1972.

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO (BRASIL). **Guia das bibliotecas brasileiras**: registradas até 31 de dezembro de 1952. 3. ed. Rio de Janeiro: INL, 1955.

----- **Guia das bibliotecas brasileiras**. 4. ed. Rio de Janeiro: INL, 1969.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. Tomo II, livro V, cap. I.

----- **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940. Tomo V, livro I, cap. IV.

LESSA, Clado Ribeiro. As bibliotecas brasileiras dos tempos coloniais: (apontamentos para um estudo histórico). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 191, p. 339-345, abr./jun. 1946.

LITTON, Gaston. **Bibliotecas escolares**. Mexico: Centro Regional de Ayuda Técnica, 1974. (Breviarios del bibliotecario; 2. serie)

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstom. O ensino e a biblioteca. In: CONFERÊNCIA DA SÉRIE "A DUCAÇÃO E A BIBLIOTECA", 1., 1944. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

MELLO, João Alexandre Teixeira de. Relatório. In: ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO: 1898. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1899. v. 20, p. 287-314.

----- Relatório. In: ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO: 1900. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1900. v. 22, p. 240-282.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catálogo no plural**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2009.

MILANESI, Luis. **Ordenar para desordenar**: Centros de Cultura e Bibliotecas Públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2006.
- MORICONI, Marta Lucia. Institucionalização da biblioteca escolar. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE BIBLIOTECAS ESCOLARES, 1., 1982. **Anais...**Brasília: Fundação Pró-Memória; Instituto Nacional do Livro, 1982. p. 49-70.
- NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: FENAME, 1974.
- NERY, Alfredina. Biblioteca escolar: um jeito de ajeitar a escola. In: NERY, Alfredina et al. **Biblioteca escolar: estrutura e funcionamento**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998. p. 53-60.
- NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de história, 1500-2000**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consultor, 1996.
- PEREIRA, Paulo Roberto. José. O livro e a biblioteca nas mudanças do Brasil colônia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, ano 160, n. 405, p. 813-826, out./dez. 1999.
- POLKE, Ana Maria Athayde. A biblioteca escolar e o seu papel na formação de hábitos de leitura. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 60-72, mar. 1973.
- RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas**. 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2010.
- SILVA, Manoel Cicero Peregrino da. Relatório. In: ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO: 1907. Rio de Janeiro: Oficinas de Artes Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1909. v. 24, p. 288-317.

SILVA, Monica do Amparo. Biblioteca escolar e educação. SEMINÁRIO BIBLIOTECA ESCOLAR: espaço de ação pedagógica, 3., 2004. Belo Horizonte: Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar, Escola de Biblioteconomia/UFMG, 2004.

SILVA, Rovilsonda. Biblioteca escolar: organização e funcionamento. In: SOUZA, Renta Junqueira de (Org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação**. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

SILVA, Santuza Amorim da. **Práticas e possibilidades de leitura na escola**. 1997. 208 f. Dissertação. (Mestrado em Educação)–Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 1997.

SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da biblioteca escolar**. São Paulo: Cortez, 2003.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo: Cortez, 2008.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Funções da biblioteca escolar. **Cadernos do CED**, Florianópolis, v. 4, n. 10, p. 67-80, jul./dez. 1987.

TOBIAS, José Antônio. **História da educação brasileira**. 3. ed. São Paulo: IBRASA, 1986.

VÁLIO, Else Benetti Marques. Biblioteca escolar: uma visão histórica. **Transinformação**, v. 2, n. 1, p. 15-24, jan./abr. 1990.

VECHIA, Ariclê; CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora (Org.). **A escola secundária: modelos e planos (Brasil, séculos XIX e XX)**. São Paulo: Annablume, 2003.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

VIEIRA, Francisco de Assis (Org.). **Lei orgânica do ensino secundário e legislação complementar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1955.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello (Org.). **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. cap. 7, p. 331-335.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil**: dos jesuítas aos anos de 1980. Brasília: Editora Plano: Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

FONTES PRIMÁRIAS

ANNAES do Parlamento Brasileiro: Assembléa Constituinte, 1823: tomo primeiro: sessão em 3 de maio de 1823. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1874. p. 13-17.

ANNAES do Parlamento Brasileiro: Camara dos Srs. Deputados: primeiro anno da quarta legislatura: sessão de 1838: tomo I: sessão em 19 de maio de 1838. Rio de Janeiro: Typographia da Viúva Pinto & Filho, 1886. p. 152-168.

BRASIL. Aditamento. Falla que Sua Magestade o Imperador pronunciou na Camara dos Senadores, na abertura da Assembléa Nacional em 06 de maio de 1826. **Collecção das leis do Imperio do Brazil, 1826**: parte II: actos do poder executivo: additamento. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880. p. 4-6.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projecto de lei sobre a instrucção publica do Imperio do Brazil. **Annaes do Parlamento Brasileiro**: Camara dos Srs. Deputados, Primeiro Anno da Primeira Legislativa, sessão de 1826: tomo primeiro. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1874. p. 150-160.

BRASIL. Constituição (1824). Carta de lei de 25 de março de 1824. **Collecção das leis do Imperio do Brazil de 1824**: parte 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. p. 7-36.

BRASIL. Decisão nº 191, em 13 de setembro de 1824. Approva o regimento interno para a Bibliotheca Imperial e Publica desta Côrte. **Collecção das decisões do Governo Imperial do Brazil de 1824**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. p. 135-138.

BRASIL. Decisão nº 206, em 27 de setembro de 1824. Manda entregara propriedade de Sant'Ana em S. Paulo para fundação de um Seminario de educação de meninos pobres e desvalidos. **Collecção das decisões do Governo Imperial do Brazil de 1824**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. p. 147.

BRASIL. Decisão nº 266, em 15 de dezembro de 1824. Crêa um laboratório de chimica no Museu nacional. **Collecção das decisões do Governo Imperial do Brazil de 1824**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.p. 189.

BRASIL. Decisão nº 267, em 15 de dezembro de 1824. Autoriza a criação de uma cadeira de philosophia no Seminario de S. Joaquim. **Collecção das decisões do Governo Imperial do Brazil de 1824**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. p. 189.

BRASIL. Decreto de 12 de novembro de 1823. Dissolve a Assembleia Geral Legislativa e Constituinte e convoca outra. **Collecção das leis do Imperio do Brazil, 1823**: parte 2ª: decretos, cartas e alvarás. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887a.p. 85.

BRASIL. Decreto de 13 de novembro de 1823. Crêa um conselho de Estado e nomeia os respectivos membros. **Collecção das leis do Imperio do Brazil, 1823**: parte 2ª: decretos, cartas e alvarás. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887b. p. 86.

BRASIL. Decreto de 27 de junho de 1810. Manda collocar a Bibliotheca Real e o Gabinete de Instrumentos de Physica e Mathematicas na Igreja dos Terceiros do Carmo. **Collecção das leis do Brazil de 1810**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891a.p. 117-118.

BRASIL. Decreto de 29 de outubro de 1810. Manda accomodar a Bibliotheca Real no lugar onde estevam as catacumbas dos religiosos do Carmo junto á Real Capella. **Collecção das leis do Brazil de 1810**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891b. p. 200-221.

BRASIL. Decreto de 3 de junho de 1822. Manda convocar uma Assembléa Geral Constituinte e Legislativa composta de Deputados das Províncias do Brazil, os quaes serão eleitos pelas Instrucções que forem expedidas. **Collecção das leis do Imperio do Brazil, 1822**: parte 2ª. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. p. 19-20.

BRASIL. Decreto nº 9 de 21 de novembro de 1889. Altera a denominação do antigo Collegio de Pedro II e suprime a de – Imperial – de varios estabelecimentos dependentes do Ministerio dos Negocios do Interior. **Decretos do Governo provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil**: primeiro fascículo: 15 de novembro a 31 de dezembro de 1889. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. p. 8.

BRASIL. Decreto nº 632, de 27 de fevereiro de 1962. Regimento do Colégio Pedro II. **Coleção das leis de 1962**: volume II: atos do poder executivo: decretos de janeiro a março. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1962. p. 229-260.

BRASIL. Decreto nº 1.075, de 22 de novembro 1890. Approva o regulamento para o Gymnasio Nacional. **Decretos do Governo Provisórios da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1901**: de 1 a 30 de novembro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 3865-389.

BRASIL. Decreto nº 1.194, de 28 de dezembro de 1892. Approva regulamento para o Gymnasio Nacional. **Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1892**: parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. p. 1228-1255.

BRASIL. Decreto nº 3.890, de 1º de janeiro de 1901. Approva o Codigo dos Institutos officiaes de Ensino Superior e Secundario, dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores. **Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1901**: volume I: actos do poder executivo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. p. 1-51.

BRASIL. Decreto nº 3.914, de 26 de janeiro de 1901. Regulamento do Gymnasio Nacional. **Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1901**: volume I: actos do poder executivo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. p. 172-193.

BRASIL. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primário e secundário no municipio da Côrte e o superior em todo o Imperio. **Collecção das leis do Imperio do Brasil de 1879**: tomo XXVI: parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880. p. 196-217.

BRASIL. Decreto nº 7.472, de 24 de julho de 1909. Muda a denominação do Gymnasio Nacional. **Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1909**: volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913. p. 174-175.

BRASIL. Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911. Approva a lei Organica do Ensino Superior e do Fundamental na Republica. **Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1911**: volume I: actos do poder executivo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914. p. 492-512.

BRASIL. Decreto nº 8.660, de 5 de abril de 1911. Approva o regulamento para o Collegio Pedro II. **Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1911**: volume 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914. p. 512-527.

BRASIL. Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915. Reorganiza o ensino secundario e o superior da Republica. **Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1915**: volume II: actos do poder executivo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917. p. 1107-1135.

BRASIL. Decreto nº 16.782 A, de 13 de janeiro de 1925. Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primario, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundario e o superior e dá outras providencias. **Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 1925**: volume II: actos do poder executivo (janeiro a dezembro). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926. p. 20-94.

BRASIL. Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930. Crêa uma secretaria de estado com a denominação de Ministerio dos Negocios da Educação e Saúde Publica. **Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 1930**: volume II: actos da Junta Governativa Provisoria e do Governo Provisorio (outubro a dezembro). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931. p. 16-17.

BRASIL. Decreto nº 19.404, de 14 de novembro de 1930. Dispõe sobre a promoção escolar nos institutos de ensino subordinados ao Ministerio da Justiça e Negócios Interiores. **Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 1930**: volume II: actos da Junta Governativa Provisoria e do Governo Provisorio (outubro a dezembro). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931. p. 17-19.

BRASIL. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. **Coleção das leis de 1931**: volume I: atos do Governo Provisorio: atos de janeiro a abril. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. p. 470-482.

BRASIL. Decreto nº 34.742, de 2 de dezembro de 1953. Aprova o Regimento do Colégio Pedro II. **Coleção das leis de 1953**: volume VIII: atos do poder executivo: decretos de outubro a dezembro: primeira parte. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1954. p. 1736-1789.

BRASIL. Decreto nº 53.555, de 7 de fevereiro de 1964. Altera o Regimento do Colégio Pedro II. **Coleção das leis de 1964**: volume II: atos do poder executivo: decretos de janeiro a março. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1964. p. 143-146.

BRASIL. Decreto nº 55.235, de 17 de dezembro de 1964. Aprova o Regimento do Colégio Pedro II. **Coleção das leis de 1964**: volume VIII: atos do poder executivo: decretos de outubro a dezembro. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1965. p. 433-469.

BRASIL. Decreto nº 63.071, de 5 de agosto de 1968. Aprova o Regimento do Colégio Pedro II. **Coleção das leis de 1968**: volume VI: atos do poder executivo: decretos de julho a setembro. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1968. p. 121-127.

BRASIL. Decreto-lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. **Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937**: atos do poder legislativo: (volume III). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. p. 422-423.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). **Coleção das leis de 1942**: volume I: atos do poder executivo: decretos-leis de janeiro a março. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. p. 58-59.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. **Coleção das leis de 1942**: volume I: atos do poder executivo: decretos-leis de janeiro a março. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. p. 100-117.

BRASIL. Decreto nº 4.245 de 9 de abril de 1942. Disposições transitórias para a execução da lei orgânica do ensino secundário. **Coleção das leis de 1942**: volume III: atos do poder executivo: decretos-lei de abril a junho. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. p. 34-36.

BRASIL. Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial. **Coleção das leis de 1943**: volume VI: atos do poder executivo: decretos-leis de outubro a dezembro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

BRASIL. Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. **Coleção das leis de 1946**: volume I: atos do poder executivo: decretos-leis de janeiro a março. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. p. 946-652.

BRASIL. Decreto-lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). **Coleção das leis de 1946**: volume I: atos do poder executivo: decretos-leis de janeiro a março. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. p. 118-119.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. **Coleção das leis de 1946**: volume V: atos do poder executivo: decretos-leis de julho a setembro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. p. 130-140.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. **Coleção das leis de 1942**: volume III: atos do poder executivo: decretos-leis de abril a junho. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. p. 20-34.

BRASIL. Exposição de motivos sobre a Lei orgânica do ensino superior e do fundamental na República. **Colleção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1911**: volume I: actos do poder executivo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914. p. 486-491.

BRASIL. Exposição de motivos que cria Instituto Nacional do Livro: 15 de dezembro de 1937. Disponível em:
<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/INL#>>. Acesso em: 03 out. 2010.

BRASIL. Exposição de motivos da Reforma do Ensino Secundário, de 18 de abril de 1931. In: BICUDO, Joaquim de Campos. **O ensino secundário e sua atual legislação**: (de 1931 a 1941 inclusive). São Paulo: Ministério da Educação e saúde, Departamento Nacional de Educação, Divisão de Ensino Secundário, 1942. p. 637-642.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Coleção das leis de 1961**: volume VII: atos do poder legislativo: leis de outubro a dezembro. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1962. p. 51-66.

BRASIL. Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. **Coleção das leis de 1962**: volume III: atos do poder legislativo: leis de abril a junho. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1962. p. 43-47.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Coleção das leis de 1971**: volume V: atos do poder legislativo: atos legislativos do poder executivo: leis de julho a setembro. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1971. p. 59-68.

BRASIL. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 maio 2010. Seção 1, p. 3.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Portaria nº 373, de 1º de outubro de 1963. **Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil**, Brasília, DF, 17 out. 1963. Seção 1, p. 8775.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Portaria de 15 de abril de 1932. Aprova as normas organizadas e os critérios estabelecidos pelo Departamento Nacional de Ensino, anexos que deverão ser observados para os efeitos do disposto no § 3º do art. 51 do Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932. **Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 de abril de 1932. Ano 71, n. 95, p. 7918-7940.

BRASIL. Regulamento nº 8, de 31 de janeiro de 1838. Contém os estatutos par Colégio de Pedro Segundo. **Collecção das leis do Imperio do Brasil: 1838**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839. Tomo 1, parte II, secção 6, p. 61-96.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – LEGISLAÇÃO SOBRE O ENSINO SECUNDÁRIO BRASILEIRO

DÉCADAS DE 1810 A 1890

BRASIL. Decisão nº 11, em 29 de janeiro de 1823. Permite o estabelecimento de uma aula de ensino mutuo nesta Côrte. **Collecção das decisões do Governo Imperial do Brazil de 1823**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. p. 135-138.

BRASIL. Decreto de 1º de março de 1823. Crêa uma Escola de primeiras letras, pelo methodo do Ensino Mutuo para instrucção das corporações militares. **Collecção das leis do Imperio do Brazil, 1832**: parte 2ª: decretos, cartas e alvarás. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. p. 41-42.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projecto de lei sobre a instrucção publica do Imperio do Brazil. **Annaes do Parlamento Brasileiro**: Camara dos Srs. Deputados, Primeiro Anno da Primeira Legislativa, sessão de 1826: tomo primeiro: sessão de 16 de junho de 1826. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artistico, 1874. p. 150-160.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio. **Collecção das leis do Imperio do Brazil, 1827**: parte primeira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878. p. 71-73.

BRASIL. Carta Imperial de 30 de abril de 1828. Approva os estatutos da Casa Pia e Collegio de S. Joaquim dos Meninos Orphãos da cidade da Bahia. **Collecção das leis do Imperio do Brazil de 1828**: parte segunda. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1879. p. 27-74.

BRASIL. Decreto de 2 de dezembro de 1837. Convertendo o Seminario de S. Joaquim em collegio de instrucção secundaria com a denominação de Collegio de Pedro II, e outras disposições. **Collecção das leis do Imperio do Brasil de 1857**: parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1861. p. 59-61.

BRASIL. Regulamento nº 8, de 31 de janeiro de 1838. Contém os estatutos para o Colégio de Pedro Segundo. **Collecção das leis do Imperio do Brasil**: 1838. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839. Tomo 1, parte II, secção 6, p. 61-96.

ANNAES do Parlamento Brasileiro: Camara dos Srs. Deputados: primeiro anno da quarta legislatura: sessão de 1838: tomo I: sessão em 19 de maio de 1838. Rio de Janeiro: Typographia da Viúva Pinto & Filho, 1886.p. 152-160.

BRASIL. Regulamento nº 62, de 1º de fevereiro de 1841. Altera algumas das disposições do Regulamento nº 8 de 31 de janeiro de 1838, que contém os Estatutos do Collegio de Pedro Segundo. **Collecção das leis do Imperio do Brasil**: 1841: tomo IV: parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1842. p. 13-16.

BRASIL. Decreto nº 598, de 25 de março de 1849. Altera os estatutos do Collegio de Pedro Segundo, na parte relativa ao julgamento dos exames; divide em duas cadeiras de historia e geographia; subdivide em duas a 2ª de latim; marca o vencimento dos professores; e providencia sobre a hora em que devem achar-se no Collegio. **Collecção das leis do Imperio do Brasil de 1849**: tomo XII: parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850. p. 69-71.

BRASIL. Decreto nº 1.331 A, de 17 de fevereiro de 1854. Aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no Municipio da Côrte. **Collecção das leis do Imperio do Brasil de 1854**: tomo XVII, parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1854. p. 45-68.

BRASIL. Decreto nº 1.556, de 17 de fevereiro de 1855. Aprova o regulamento do Collegio de Pedro Segundo. **Collecção das leis do Imperio do Brasil de 1855**: tomo XVIII: parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1856. p. 80-93.

BRASIL. Decreto nº 2.006, de 24 de outubro de 1857. Aprova o regulamento para os collegios públicos de instrucção secundaria do Municipio da Côrte. **Collecção das leis do Imperio do Brasil de 1857**: tomo XX: parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1857. p. 384-405.

BRASIL. Decreto nº 2.883, de 1º de fevereiro de 1862. Altera os regulamentos relativos ao curso de estudos do Imperial Collegio de Pedro II. **Collecção das leis do Imperio do Brasil de 1862**: tomo XXV, parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862. p. 13-14.

BRASIL. Decreto nº 4.468, de 1º de fevereiro de 1870. Altera os regulamentos do Imperial Collegio de Pedro II. **Collecção das leis do Imperio do Brasil de 1870**: tomo XXXIII, parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870. p. 67-73.

BRASIL. Decreto nº 6.130, de 1º de março de 1876. Altera os regulamentos do Imperial Collegio de Pedro II. **Collecção das leis do Imperio do Brasil de 1862**: tomo XXXIX, parte II: volume I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876. p. 256-270.

BRASIL. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primário e secundário no município da Côrte e o superior em todo o Imperio. **Collecção das leis do Imperio do Brasil de 1879**: tomo XXVI: parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880. p. 196-217.

BRASIL. Decreto nº 8.051, de 24 de março de 1881. Altera os regulamentos do Imperial Collegio de Pedro II. **Collecção das leis do Imperio do Brasil de 1881**: tomo XLIV: parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882. p. 225-236.

BRASIL. Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890. Approva o Regulamento da Instrucção Primaria e Secundaria do Districto Federal. **Decretos do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil**: decimo primeiro fasciculo de 1 a 30 de novembro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 3474-3513.

BRASIL. Decreto nº 1.075, de 22 de novembro 1890. Approva o regulamento para o Gymnasio Nacional. **Decretos do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1901**: fasciculo onze de 1 a 30 de novembro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 3865-3869.

BRASIL. Decreto nº 1.232 H, de 2 de janeiro de 1891. Approva o regulamento das instituições de ensino jurídico, dependentes do Ministerio da Instrucção Publica. **Decretos do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil**: primeiro fasciculo de 1 a 31 de janeiro de 1891. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p.5-67.

BRASIL. Decreto nº 1.389, de 21 de fevereiro de 1891. Applica aos institutos de ensino secundario dos Estados o dispositivo no art. 130 do regulamento aprovado por decreto n. 1232 F [sic] de 2 de janeiro de 1891. **Collecção das leisda Republica dos Estados Unidos do Brazil**: parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. p. 28.

BRASIL. Decreto nº 725, de 2 de janeiro de 1892. Extingue o Internato do Gymnasio Nacional e crea em substituição segundo externato. **Collecção das leisda Republica dos Estados Unidos do Brazil**: parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. p. 28.

BRASIL. Decreto nº 1.176, de 23 de dezembro de 1892. Desliga a Inspectoria Geral da Instrucção Primaria e Secundaria da Capital Federal o serviço do ensino secundario a cargo da União. **Collecção das leisda Republica dos Estados Unidos do Brazil**: parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. p. 1109.

BRASIL. Decreto nº 1.177, de 23 de dezembro de 1892. Extingue o Conselho Director da Instrução Primaria e Secundaria do Districto Federal. **Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil**: parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. p. 1109-1110.

BRASIL. Decreto nº 1.194, de 28 de dezembro de 1892. Approva regulamento para o Gymnasio Nacional. **Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1892**: parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. p. 1228-1255.

BRASIL. Decreto nº 2.857, de 30 de março de 1898. Approva o regulamento para o Gymnasio Nacional e ensino secundario nos Estados. **Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1898**: parte II: volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. p. 348-387.

DÉCADAS DE 1900 A 1960

BRASIL. Decreto nº 3.890, de 1º de janeiro de 1901. Approva o Codigo dos Institutos officiaes de Ensino Superior e Secundario, dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores. **Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1901**: volume I: actos do poder executivo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. p. 1-51.

BRASIL. Decreto nº 3.914, de 26 de janeiro de 1901. Regulamento do Gymnasio Nacional. **Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1901**: volume I: actos do poder executivo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. p. 72-193.

BRASIL. Decreto nº 7.472, de 24 de julho de 1909. Muda a denominação do Gymnasio Nacional. **Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1909**: volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913. p. 174-17

BRASIL. Exposição de motivos sobre a Lei orgânica do ensino superior e do fundamental na República. **Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1911**: volume I: actos do poder executivo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914. p. 486-491.

BRASIL. Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911. Approva a Lei Organica do Ensino Superior e do Fundamental na Republica. **Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1911**: volume I: actos do poder executivo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914. p. 492-512.

BRASIL. Decreto nº 8.660, de 5 de abril de 1911. Approva o regulamento para o Collegio Pedro II. **Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1911**: volume 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914. p. 512-527.

BRASIL. Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915. Reorganiza o ensino secundario e o superior da Republica. **Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1915**: volume II: actos do poder executivo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917. p. 1107-1135.

BRASIL. Decreto nº 16.782 A, de 13 de janeiro de 1925. Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primario, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundario e o superior e dá outras providencias. **Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1925**: volume II: actos do poder executivo (janeiro a dezembro). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926. p. 20-94.

BRASIL. Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930. Cria uma secretaria de estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. **Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1930**: volume II: actos da Junta Governativa Provisoria e do Governo Provisorio (outubro a dezembro). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.

BRASIL. Decreto nº 19.404, de 14 de novembro de 1930. Dispõe sobre a promoção escolar nos institutos de ensino subordinados ao Ministerio da Justiça e Negócios Interiores. **Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1930**: volume II: actos da Junta Governativa Provisoria e do Governo Provisorio (outubro a dezembro). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.

BRASIL. Exposição de motivos da Reforma do Ensino Secundário, de 18 de abril de 1931. In: BICUDO, Joaquim de Campos. **O ensino secundário e sua atual legislação**: (de 1931 a 1941 inclusive). São Paulo: Ministério da Educação e saúde, Departamento Nacional de Educação, Divisão de Ensino Secundário, 1942. p. 637-642.

BRASIL. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. **Coleção das leis de 1931**: volume I: atos do Governo Provisorio: atos de janeiro a abril. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

BRASIL. Decreto nº 21.241, de 04 de abril de 1932. Consolida as disposições sobre à organização do ensino secundário. **Coleção das leis de 1932**: volume II: atos do Governo Provisório: decretos de abril a julho. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. p. 11-32.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde Pública. Portaria de 15 de abril de 1932. Aprova as normas organizadas e os critérios estabelecidos pelo Departamento Nacional de Ensino, anexos que deverão ser observados para os efeitos do disposto no § 3º do art. 51 do Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932. **Diário Oficial da União**, 25 de abril de 1932. p. 7918-7940.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde Pública. Programas do curso complementar. **Diário Oficial Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 mar. 1936. Anno 75, n. 66, p. 225-293.

BRASIL. Exposição de Motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 1º de abril de 1942. In: ENSINO secundário no Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1952. p. 22-28.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. **Coleção das leis de 1942**: volume III: atos do poder executivo: decretos-leis de abril a junho. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. p. 20-34.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.245, de 9 de abril de 1942. Disposições transitórias para a execução da lei orgânica do ensino secundário. **Coleção das leis de 1942**: volume II: atos do poder executivo: decretos-leis de abril a junho. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. p. 35-36.

BRASIL. Decreto-lei nº 6.247, de 05 de fevereiro de 1944. Contém disposições transitórias para a execução da lei orgânica do ensino secundário. **Coleção das leis de 1944**: volume I: atos do poder executivo: decretos-leis de janeiro a março. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. p. 102-103.

BRASIL. Decreto nº 34.742, de 2 de dezembro de 1953. Aprova o Regimento do Colégio Pedro II. **Coleção das leis de 1953**: volume VIII: atos do poder executivo: decretos de outubro a dezembro: primeira parte. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1954. p. 1736-1789.

BRASIL. Decreto nº 46.207, de 11 de junho de 1959. Dispõe sobre o Regulamento do Colégio Pedro II, aprovado pelo Decreto nº 34.742, de 2 de dezembro de 1953. **Coleção das leis de 1959**: volume IV: atos do poder executivo: decretos de abril a junho. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959. p. 402-403.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Coleção das leis de 1961**: volume VII: atos do poder legislativo: leis de outubro a dezembro. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1962. p. 51-66.

BRASIL. Decreto nº 632, de 27 de fevereiro de 1962. Aprova o Regimento do Colégio Pedro II. **Coleção das leis de 1962**: volume II: atos do poder executivo: decretos de janeiro a março. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1962. p. 229-260.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Portaria nº 373, de 1º de outubro de 1963. **Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil**, Brasília, DF, 17 out. 1963. Seção 1, p. 8775.

BRASIL. Decreto nº 53.555, de 7 de fevereiro de 1964. Altera o Regimento do Colégio Pedro II. **Coleção das leis de 1964**: volume II: atos do poder executivo: decretos de janeiro a março. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1964. p. 143-146.

BRASIL. Decreto nº 55.235, de 17 de dezembro de 1964. Aprova o Regimento do Colégio Pedro II. **Coleção das leis de 1964**: volume VIII: atos do poder executivo: decretos de outubro a dezembro. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1965. p. 433-469.

BRASIL. Decreto-lei nº 245, de 28 de fevereiro de 1967. Transforma o Colégio Pedro II em autarquia e dá outras providências. **Coleção das leis, 1967**: volume I: atos do poder legislativo: atos legislativos do poder executivo: leis de janeiro a março. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional. p. 405-410.

BRASIL. Decreto nº 63.071, de 5 de agosto de 1968. Aprova o Regimento do Colégio Pedro II. **Coleção das leis de 1968**: volume VI: atos do poder executivo: decretos de julho a setembro. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1968. p. 121-127.

BRASIL. Lei nº 5.490, de 3 de setembro de 1968. Dá nova redação a dispositivos do Decreto-lei número 245, de 28 de fevereiro de 1967. Que transforma o Colégio Pedro II em autarquia dá outras providências. **Coleção das leis de 1968**: volume V: atos do poder legislativo: atos legislativos do poder executivo: leis de julho a setembro. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1968. p. 35-36.

ANEXOS

ANEXO 1 – DESTAQUES SOBRE BIBLIOTECA ESCOLAR NA LEGISLAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO (1838-1968)

Regulamento nº 8, de 31 de janeiro de 1838 Contém os estatutos para o Collegio de Pedro Segundo

Capítulo XXIV

Da Bibliotheca, e das Collecções Scientificas

Art. 146. Haverá no Collegio huma Bibliotheca composta de livros escolhidos pelo Reitor, com aprovação do Ministerio do Imperio.

Art. 147. O catalogo da Bibliotheca será feito em duplicata, ficando hum dos exemplares em mão do Reitor para ser annualmente verificado pelo Vice-Reitor; e o outro será entregue ao Ministro do Imperio.

Art. 148. Hum empregado debaixo da direção immediata do Vice-Reitor será incumbido pelo Reitor do cuidado da Bibliotheca.

Art. 149. Os livros da Bibliotheca poderão ser emprestados aos Empregados, debaixo de sua responsabilidade; e aos Alumnos por licença escripta do Vice-Reitor.

Art. 150. Nenhum livro poderá ser emprestado por mais de oito dias, a não ser renovado o pedido: quem tomar emprestado hum volume, fica responsavel pela obra inteira.

Art. 151. Haverá também hum Gabinete de Physica, hum Laboratorio de Chimica, e huma collecção elementar dos productos dos tres Reinos vegetal, mineral, e animal.

Art. 152. Do serviço destes Gabinetes poderá ser encarregado o mesmo Bibliothecario, ou outra qualquer pessoa.

Art. 153. Tanto o Guarda dos Gabinetes, como o Bibliothecario estarão sempre debaixo das ordens do Vice-Reitor.

Art. 154. O Ministro do Imperio organizará sobre informação do Reitor, a pedido dos Professores, a lista dos objectos, que convier completar, adquirir, concertar, ou substituir.

Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879
Reforma o ensino primário e secundario no municipio da Côrte
e o superior em todo o Imperio

Art. 7º Serão creadas nos diferentes districtos do mesmo municipio pequenas bibliotecas e museus escolares.

Art. 8º O Governo poderá:

10. Fundar ou auxiliar bibliotecas e museus pedagogicos nos lugares onde houver Escolas Normaes.

11. Crear ou auxiliar nas províncias bibliotecas populares.

Art. 9º O ensino nas Escolas Normaes do Estado comprehenderá as disciplinas mencionadas nos dous primeiros parágrafos seguintes:

§ 9º Em cada Escola Normal haverá um Director, que será nomeado dentre as pessoas que com distincção houverem exercido o magisterio publico ou particular; um Secretario, deus Amanuenses; um que accumulará as funções de Bibliothecario e outro de Arquivista; um Porteiro, dous Continuos e os serventes que forem necessarios.

§10. Os vencimentos dos funcionários de que tratam os dous parágrafos anteriores são os que constam da tabela anexa sob n. 1.

TABELLA N. 1

Dos vencimentos do corpo docente e mais empregados das Escolas Normaes, a que se refere o Decreto n. 7247 desta data.

EMPREGOS.	VENCIMENTOS ANNUAES		
	Ordenado.	Gratificações.	Total.
Director	2:600\$000	1:400\$000	4:000\$000
Professor	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Substituto	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Mestre	800\$000	400\$000	1:200\$000
Secretario	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Amanuense	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
Porteiro	800\$000	400\$000	1:200\$000
Continuo	500\$000	300\$000	800\$000
Servente		45\$000	45\$000

Observação – No primeiro anno da execução do decreto supra perceberão:

O Director	2:000\$	de ordenado	1:000\$	de gratificação
Os Professores	1:600\$	»	800\$	»
Os Substitutos	800\$	»	400\$	»
Os Mestres	600\$	»	400\$	»
O Secretario	1:400\$	»	600\$	»
O Amanuense	800\$	»	400\$	»
O Porteiro	600\$	»	400\$	»

Decreto n° 1.075, de 22 de novembro de 1890
Approva o regulamento para o Gymnasio Nacional

Tabella de vencimentos

PESSOAL DE NOMEAÇÃO DO REITOR

	Ordenado
Dispenseiro	1:200\$000
Roupeiro	1:200\$000
Guarda da bibliotheca	1:200\$000
Enfermeiro	1:200\$000
Ajudante de roupeiro	840\$000
Dito de porteiro	840\$000
Chefe dos serventes	840\$000
Servente	720\$000

Decreto nº 1.194, de 28 de dezembro de 1892
Approva o regulamento para o Gymnasio Nacional

TABELLA DE VENCIMENTOS

Pessoal de nomeação do Reitor

	Ordenado
Guarda da bibliotheca	1:200\$000
Ajudante de roupeiro	840\$000
Servente	720\$000

Decreto nº 3.890, de 1 de janeiro de 1901
Approva o Codigo dos Institutos Officiaes de ensino Superior e Secundario,
dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

CAPITULO XVII

DO PESSOAL ADMINISTRATIVO

Art. 237. Cada estabelecimento de ensino superior terá um secretario, um bibliothecario, amanuenses, conservadores, auxiliares e debeis em numero marcado pelos regulamentos especiaes, e um porteiro.

§ 1º Haverá ainda, nos estabelecimentos em que isto for mister, um sub-secretario e um sub-bibliothecario.

§ 2º O Gymnasio Nacional terá os empregados que o respectivo regulamento indicar, os quaes serão nomeados pela fórma ahi estabelecida.

Art. 238. São funcccionarios providos por decreto o secretario e sub-secretario, o bibliothecario e sub-bibliothecario, e por portaria do Ministro os amanuenses.

Art. 239. Os secretarios e sub-secretarios, bibliothecarios e sub-bibliothecarios dos institutos de ensino superior deverão ser profissionaes da sciencia nelles ensinada.

Art. 240. Na vaga dos logares de secretario e bibliothecario terão acesso o sub-secretario e o sub-bibliothecario.

Art. 241. Ao director compete nomear e demittir os demais empregados indicados no art. 237.

CAPITULO XIX
DA BIBLIOTHECA

Art. 258. Haverá em cada estabelecimento uma bibliotheca, destinada especialmente ao uso do corpo docente e dos alumnos mas que será também franqueada a todas as pessoas decentes que alli se apresentarem.

Art. 259. A bibliotheca será de preferencia formada de livros, mappas, memorias e quaesquer impressos ou manuscriptos relativos ás sciencias professadas no estabelecimento.

Art. 260. Haverá na bibliotheca um livro em que se inscreverão os nomes das pessoas que fizerem donativo de obras, com indicação do objecto sobre que versarem.

Art. 261. A bibliotheca estará aberta todos os dias uteis das 9 horas da manhã ás 3 da tarde e, havendo necessidade, a juizo do director, das 7 ás 10 da noite.

Paragrapho unico. Nos dias em que houver sessão da congregação, a bibliotheca não se fechará sinão depois de terminados os trabalhos da sessão.

Art. 262. Haverá na bibliotheca quatro catalogos:

1º Das obras, pelas especialidades de que tratam;

2º Das obras, pelos nomes de seus autores;

3º Dos dictionarios;

4º Das publicações periodicas.

Art. 263. O catalogo pelos nomes dos autores será organizado de modo que, em frente do nome pelo qual cada autor é mais conhecido, se achem inscriptas todas as suas obras existentes na bibliotheca.

Art. 264. O catalogo dos dictionarios comprehenderá todos os glossarios, vocabularios e encyclopedias com discriminação das especialidades, ainda que estejam incluidos em outros catalogos.

Art. 265. No catalogo das publicações periodicas se mencionarão as revistas, theses, bibliographias, memorias, relatorios e quaesquer impressos que tenham o caracter de periodicos.

Art. 266. Os livros da bibliotheca serão todos encadernados e terão, assim como os folhetos, impressos e manuscriptos, o carimbo do estabelecimento.

Art. 267. Em hypothese alguma sahirão da bibliotheca livros, folhetos, impressos ou manuscriptos.

Art. 268. Haverá na bibliotheca um livro de registo para se lançar o titulo de cada obra que for adquirida, com indicação da epoca da entrada e do numero dos volumes.

Art. 269. No recinto da bibliotheca propriamente dita só é facultado o ingresso aos membros do corpo docente e seus auxiliares e aos empregados do estabelecimento; para os estudantes e pessoas que queiram consultar obras, haverá uma sala contigua, onde se acharão em logar apropriado os catálogos necessarios, e as mesas e cadeiras para accomodação dos leitores.

Art. 270. O pessoal da bibliotheca constará de um bibliothecario, um sub-bibliothecario, onde o houver, um amanuense, um bedel e um servente.

Art. 271. Ao bibliothecario compete:

1º Conservar-se na bibliotheca, emquanto estiver aberta;

2º Cuidar da conservação das obras;

3º Organisar os catalogos especificados no art. 262, segundo o systema que estiver em uso nas bibliothecas mais adeantadas, e de acordo tambem com as instrucções que a congregação ou o director do estabelecimento lhe transmittir;

4º Observar e fazer observar este codigo em tudo que lhe disser respeito;

5º Communicar diariamente ao director as occurrencias que se derem na bibliotheca;

6º Apresentar o orçamento mensal das despezas da bibliotheca;

7º Propor ao director, por si ou por indicação dos lentes, a compra de obras e a assignatura de jornaes, dando preferencia ás publicações periodicas que versarem sobre materias ensinadas no estabelecimento e procurando sempre completar as obras ou collecções existentes;

8º Empregar o maior cuidado para que não haja duplicatas desnecessarias e se conserve a conveniente harmonia na encadernação dos tomos de uma mesma obra;

9º Providenciar para que as obras sejam immediatamente entregues ás pessoas que as pedirem;

10. Fazer observar o maior silencio na sala de leitura, providenciando para que se retirem as pessoas que perturbarem a ordem, recorrendo ao director, quando não for attendido;

11. Apresentar mensalmente ao director um mappa dos leitores da bibliotheca, das obras consultadas e das que deixaram de ser ministradas, por não existirem; outrossim uma relação das obras, que mensalmente entraram para a bibliotheca, acompanhada de noticia, embora perfunctoria, da doutrina de cada uma;

12. Organizar e remeter annualmente ao director um relatorio dos trabalhos da bibliotheca e do estado das obras e moveis, indicando as modificações que a pratica lhe tiver suggerido;

13. Encerrar diariamente o ponto dos empregados da bibliotheca, notando a hora do comparecimento e da retirada dos que o fizerem antes de terminar a hora do expediente;

14. Dar noticia ao director de todas as novas publicações feitas na Europa e America, para o que se munirá dos catalogos das principaes livrarias.

Art. 272. Organizados os catalogos da bibliotheca, serão os livros collocados por ordem numerica, em estantes numeradas, tendo cada volume no dorso um rotulo ou cartão indicativo do numero que tem no respectivo catalogo.

Art. 273. O bibliothecario reorganizará, de cinco em cinco annos, os catalogos, afim de nelles contemplar as publicações accrescidas.

Art. 274. Sempre que concluir os catalogos, o bibliothecario os fará imprimir, com prévia autorisação do director, para serem enviados ao Governo, ao corpo docente e aos empregados graduados de todos os estabelecimentos de ensino superior, ficando sempre archivado um exemplar na secretaria.

Art. 275. Ao sub-bibliothecario compete não só transcrever, em livro para esse fim destinado, e na primeira columna de cada pagina, os pedidos de obras para consultas, ficando a outra columna em branco, para nella mencionar-se a entrega do livro, a sua falta ou deterioração, mas tambem executar os trabalhos que pelo bibliothecario lhe forem designados.

CAPITULO XX

DOS AMANUENSES E OUTROS EMPREGADOS

Art. 276. Compete aos amanuenses fazer todo o trabalho de escripturação que lhes for determinado pelo secretario ou bibliothecario e pelo sub-secretario ou sub-bibliothecario, cabendo ao mais antigo da secretaria archivar os papeis, segundo as instrucções que receber.

Art. 277. Aos conservadores incumbem os seguintes encargos:

1º Ter sob sua guarda e responsabilidade o material technico e scientifico dos laboratorios ou gabinetes e cuidar da conservação dos apparatus, instrumentos e productos, quer durante o anno lectivo, quer no periodo das ferias;

- 2º Fiscalizar o trabalho dos serventes, fazendo com que estes tratem do asseio do recinto, moveis e objectos utilizados nos cursos theoreticos e praticos;
- 3º Verificar si, á hora competente, são fechadas as janellas e portas do laboratorio, e entregar ao porteiro a chave da porta principal da repartição a seu cargo;
- 4º Prevenir opportunamente ao lente de tudo quanto possa faltar ao laboratorio;
- 5º Proceder, no fim do anno lectivo, a um inventario no material que lhes está confiado, apresentando esse inventario ao lente, que o remetterá ao director;
- 6º Cumprir as determinações que receberem dos lentes e dos preparadores, aos quaes são immediatamente subordinados;
- 7º Dar por si e a expensas suas pessoa idonea e da confiança do lente, quando não puderem comparecer por motivo de molestia prolongada ou de licença;
- 8º Responder pelos objectos que desaparecerem, ou se deteriorarem fóra das experiencias e preparações dos cursos, assim como por todas as perdas e danos occorridos no laboratorio ou gabinete, si não for conhecido o seu autor.

Art. 278. Compete ao porteiro ter a seu cargo as chaves do edificio, abrindo-o e fechando-o ás horas ordenadas; cuidar do asseio interno da casa, empregando para esse fim os serventes que forem designados; receber os officios, requerimentos e mais papeis dirigidos á secretaria e expedi-los ou entrega-los ás partes quando assim for ordenado; zelar a conservação dos moveis e objectos que estiverem fóra da secretaria e da bibliotheca; entregar ao secretario uma relação delles, e cumprir quaesquer ordens, relativas ao serviço, que lhe forem dadas pelo director ou pelo secretario.

Art. 279. Aos bedeis compete manter o silencio nas salas em que se estiver procedendo a algum acto escolar, e em suas proximidades.

Art. 280. Ao bedel da bibliotheca, o qual fará o officio de guarda do edificio e de tudo quanto este contiver, compete:

- 1º Attender aos leitores, inscrevendo, em livro especial, os seus nomes a par com os pedidos;
- 2º Auxiliar o sub-bibliothecario nos trabalhos do expediente;
- 3º Fiscalizar as salas de leitura, no que será coadjuvado pelo servente, impedindo o extravio e estrago dos livros;
- 4º Expedir, por intermedio da secretaria, a correspondencia da bibliotheca.

Art. 281. As funções dos auxiliares de gabinete serão definidas nos regulamentos dos institutos onde os houver.

CAPITULO XXII
DA POLICIA ACADEMICA

Art. 315. O bibliothecario levará igualmente ao conhecimento do director quaisquer subtracções occorridas na bibliotheca e, a tal respeito, se praticará o que fica determinado no artigo precedente.

Art. 316. Descoberto o autor do delicto de que tratam os dous ultimos artigos, será reprehendido pelo director e obrigado á restituição do objeto subtrahido, promovendo-se processo criminal, si no caso couber.

CAPITULO XXVI
DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 353. No edificio escolar, além das salas para as aulas, para as sessões de congregação, para a secretaria, para a bibliotheca, para o director e para os membros do magisterio, haverá um salão especial para a collação dos gráo e mais actos solemnes.

Art. 354. O director, os lentes, os substitutos, o secretario e o bibliothecario, trarão, nos actos solemnes do estabelecimento, o vestuario em uso.

Decreto nº 3.914, de 26 de janeiro de 1901
Approva o regulamento para o Gymnasio Nacional

CAPITULO IV
DOS SECRETARIOS

Art. 72. Os secretarios serão nomeados por portaria.

Paragpho unico. Incumbe-lhes, além do disposto no Codigo dos institutos officiaes de ensino superior e secundario:

I. Ter em boa ordem e devidamente catalogados os livros da bibliotheca, percebendo, por esse trabalho, a gratificação que for fixada no orçamento. É livre ao secretario

transferir esse encargo a um conservador nomeado, em virtude de proposta sua, pelo diretor.

Decreto nº 8.659, de 5 de abril 1911
Approva a lei Organica do Ensino Superior e do Fundamental na Republica

Organização do ensino – autonomia didactica e administrativa – Institutos de ensino superior e fundamental – O Conselho Superior do Ensino – O patrimônio, sua constituição e aplicação

Art. 7º A personalidade juridica investe as corporações docentes da gerencia dos patrimonios respectivos, cuja constituição se obterá da seguinte fórmula:

- d) com o material de ensino existente nos institutos, laboratorios, bibliothecas e o que para elles for adquirido;
- e) com as taxas de matricula, de certidões, de bibliotheca, de certificados e das que, por força desta lei, venham a reverter para o dito patrimonio.

Directores – Processo de sua escolha, suas atribuições, suas relações com a congregação, seus deveres – Duração do seu mandato

Art. 29. Aos directores dos institutos compete:

- i) propôr ao Governo a nomeação do secretario, sub-secretario, thesoureiro, almoxarife, bibliothecario, sub-bibliothecario e amanuenses;

DO PESSOAL ADMINISTRATIVO

Art. 94. Nos estabelecimentos de ensino haverá os seguintes funcionarios:

- a) um secretario;
- b) um sub-secretario;
- c) um thesoureiro;
- d) um bibliothecario;
- e) um sub-bibliothecario;

- f) amanuenses;
- g) um porteiro;
- h) conservadores;
- i) bedeis;
- j) inspectores de alumnos;
- k) serventes e outros empregados inferiores.

Parapho unico. Os regulamentos especiaes de cada instituto fixarão o numero de empregados de cada uma das categorias especificadas no artigo precedente, deixando, no emtanto, aos directores respectivos a faculdade de admittirem tantos empregados inferiores quantos exigir o serviço e permittirem as verbas.

Art. 102. Ao bibliothecario compete:

- a) conservar-se na bibliotheca, enquanto estiver ella aberta durante o dia;
- b) cuidar da conservação das obras;
- c) organizar os catálogos de cindo em cindo annos, segundo os processos mais aperfeiçoados e de acordo tambem com as instrucções que o director do instituto lhe transmittir;
- d) apresentar o balancete mensal das despezas da bibliotheca;
- e) propôr, por si ou por indicação dos docentes, a compra de obras e a assignatura de jornaes, dando preferênciã ás publicações periodicas que versarem sobre materia ensinada no instituto, e procurando sempre completar as colleções das obras existentes;
- f) empregar o maior cuidado para que não haja duplicatas inuteis e se mantenha harmonia na encadernação dos tomos de uma mesma obra;
- g) providenciar para que as obras sejam entregues aos consultantes sem perda de tempo;
- h) fazer observar o maior silencio nas salas de leitura, providenciando para que se retirem as pessoas que perturbem a ordem, recorrendo ao director, quando não for attendido;
- i) apresentar mensalmente ao director uma lista dos leitores da bibliotheca, das obras consultadas e das que deixarem de ser fornecidas por não existirem; outrossim, uma relação das obras que mensalmente entrarem para a bibliotheca, acompanhada de breve noticia sobre cada uma;

- j) organizar e remeter annualmente ao director um relatorio dos trabalhos da bibliotheca, o estado das obras e dos moveis, indicando as modificações que julgar convenientes;
- k) dar ao director noticia de todas as publicações novas feitas no paiz e no estrangeiro;
- l) manter a ordem e a disciplina na bibliotheca, notando a hora da entrada e sahida dos funcionarios de sua jurisdicção;
- m) o bibliothecario se encarregará de promover a troca dos trabalhos do respectivo instituto e as obras em duplicata com os estabelecimentos congeneres, nacionaes e estrangeiros.

Parapho unico. Em falta ou ausencia do bibliothecario, será ele substituido pelo sub-bibliothecario, seu auxiliar na execução dos serviços da bibliotheca.

Art. 104. Compete ao porteiro, que terá residencia no edificio do instituto:

- c) zelar pela conservação dos moveis e objectos que estiverem fóra da secretaria e da bibliotheca;

DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 135. Além das taxas de exame de admissão, os alumnos pagarão taxas de matricula, de curso, de exame, de bibliotheca e de certificado.

Decreto nº 8.660, de 5 de abril 1911 **Approva o regulamento para o Collegio Pedro II**

DO PESSOAL ADMINISTRATIVO

Art. 47. O pessoal administrativo do Collegio Pedro II constará de:

- 1 director;
- 1 secretario;
- 1 sub-secretario;
- 1 thesoureiro;
- 2 bibliothecarios;
- 5 amanuenses;

2 chefes de disciplina;
 2 preparadores;
 2 bedeis;
 20 inspectores de alumnos;
 2 conservadores de gabinetes;
 2 conservadores de bibliotheca;
 2 porteiros;
 1 almoxarife;
 1 ajudante de almoxarife;
 1 medico;
 1 enfermeiro;
 1 roupeiro;
 1 ajudante de roupeiro;
 cozinheiros, ajudantes e serventes necessarios.

Tabella de vencimentos do pessoal administrativo do Collegio Pedro II, a que se refere o art. 47 do regulamento approved pelo decreto n. 8.660, desta data

Nums.	Cargos	Ordenados	Gratificações	Vencimentos	Total geral
1	Sub-secretario	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	4:800\$000
2	Bibliothecarios	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	9:600\$000
2	Conservadores de bibliotheca	800\$000	400\$000	1:200\$000	2:400\$000

Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915
Reorganiza o ensino secundário e o superior na Republica

Art. 9º Constituirão o patrimonio dos institutos mantidos pelo Governo Federal:

d) o material de ensino e as bibliothecas existentes nos institutos;

DA POLICIA ACADEMICA

Art. 117. As penas disciplinares são as seguintes:

a) advertencia particular, feita pelo director;

b) advertencia publica, feita pelo director em presença de certo numero de docentes;

Art. 118. Incurrerão nas penas comminadas pelo artigo anterior, alneas a e b, os alumnos:

f) por damnos causados nos instrumentos, apparatus, modelos, mappas, livros, preparações e moveis, sendo que nestes casos, o alumno, além da pena disciplinar, terá de indemnizar o damno ou restituir o objecto por elle prejudicado;

DO PESSOAL ADMINSTRATIVO

Art. 128. Nos estabelecimentos de ensino haverá os seguintes funcionarios:

c) um bibliothecario;

§ 1º No Collegio Pedro II os funcionarios são os constantes do art. 47 do regulamento approved pelo decreto n. 8.660, de 5 de abril de 1911.

Tabella de vencimentos a que se refere o art. 133 do decreto n. 11.530, desta data

FACULDADES DE DIREITO

CARGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
Bibliothecario	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000
Sub-bibliothecario (*)	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000

(*) Os cargos de sub-secretario e sub-bibliothecario serão conservados emquanto forem exercidos pelos actuaes serventuarios.

FACULDADES DE MEDICINA

CARGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
Bibliothecario	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
Sub-bibliothecario (*)	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000

(*) Os cargos de sub-secretario e sub-bibliothecario serão conservados emquanto forem exercidos pelos actuaes serventuarios.

ESCOLA POLYTECHNICA

CARGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
Bibliothecario	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
Sub-bibliothecario (*)	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000

(*) Os cargos de sub-secretario e sub-bibliothecario serão conservados emquanto forem exercidos pelos actuaes serventuarios.

COLLEGIO PEDRO II

CARGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
Bibliothecario	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000
Ajudante do bibliothecario	800\$000	400\$000	1:200\$000

Decreto nº 16.782 A, de 13 de janeiro de 1925
Estabelece o concurso da União para a diffusão do ensino primario, organiza o
Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundario e o superior
e dá outras providencias

TABELLA D
VENCIMENTOS

II) INSTITUTOS DE ENSINO SECUNDARIO E SUPERIOR

a) Faculdade de Direito

CARGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
Bibliothecario	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
Sub-bibliothecario (*)	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000

(*) Os cargos de sub-secretario e sub-bibliothecario serão conservados emquanto forem exercidos pelos actuaes serventuarios.

b) Faculdades de Medicina, de Pharmacia e de Odontologia

CARGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
Bibliothecario	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
Sub-bibliothecario (*)	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000

(*) Os cargos de sub-secretario e sub-bibliothecario serão conservados emquanto forem exercidos pelos actuaes serventuarios.

c) Escola Polytechnica

CARGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
Bibliothecario	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
Sub-bibliothecario (*)	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000

(*) Os cargos de sub-secretario e sub-bibliothecario serão conservados emquanto forem exercidos pelos actuaes serventuarios.

d) Collegio Pedro II

CARGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
Bibliothecario	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000
Sub-bibliothecario (*)	800\$000	400\$000	1:200\$000

Portaria de 15 de abril de 1932

Aprova as normas organizadas e os critérios estabelecidos pelo Departamento Nacional de Ensino, anexos que deverão ser observados para os efeitos do disposto no § 3º do art. 51 do Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932.

N.º	Elementos para classificação	(Para uso da Superintendencia)								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
	I. Situação								1.000	
	A. Local					300				
1	a) Salubridade		5							
2	b) Ausência de ruídos		12							
3	c) Ausência de perigos		4							
4	d) Perturbação da atenção		9							
	B. Terreno					200				
5	a) Natureza		8							
6	b) Permeabilidade		7							
7	c) Regularidade		5							
	C. Áreas para recreio e abrigo					500				
8	a) Área livre		35							
9	b) Área coberta		15							
	II. Edifício								1.500	
	A. Disposições					250				
10	a) Interna		15							
11	b) Locação		10							
	B. Condições gerais					1.250				
12	a) Número de pavimentos		14							
13	b) Material		18							
14	c) Entradas		25							
15	d) Escadas		33							
16	e) Conservação		35							
	III. Instalações								2.000	
17	A. Extintores de incêndio		10			100				
18	B. Iluminação		35			350				
19	C. Caixas d'água		15			150				
	D. Asseio e instalações higiênicas					1.400				
20	a) Asseio geral do prédio		30							
21	b) Bebedouros		25							
22	c) Lavatórios		25							
23	d) Miclorios		15							
24	e) Bidets		15							
25	f) Water Closets		30							
	IV. Salas de aulas								3.000	
	A. Construção e acabamento					2.320				
26	a) Área		50							
27	b) Forma		25							
28	c) Isolamento		25							
29	d) Quadros negros		27							
30	e) Pintura		20							
31	f) Área livre de iluminação		35							
32	g) Disposição das janelas		16							
33	h) Acústica		34							
	B. Mobiliário					680				
34	a) Carteiras		47							
35	b) Diversos		21							
	V. Salas especiais e material didático								2.500	
36	A. Auditório		20			200				
37	B. Biblioteca		20			200				
38	C. Ginásio		22			220				
39	D. Sala de geografia		26			260				
40	E. Sala de Ciências Fis. e Nat.		26			260				
	F. Laboratórios					810				
41	a) Física		27							
42	b) Química		27							
43	c) História natural		27							
44	G. Sala de desenho		26			260				
45	H. Sala dos professores		17			170				
46	I. Sala da administração		13			120				
						10.000			10.000	

3. NORMAS PARA USO DA FICHA DE CLASSIFICAÇÃO

III. INSTALAÇÕES

V. Salas especiais e material didático

N. 37. B. Biblioteca: Com mobiliado conveniente e dotada de livros e revistas relativos á cultura geral e especial do ensino secundario. Deve dispôr para cada

materia de, pelo menos, dois livros didáticos e receber uma revista de caráter internacional sobre educação, em português ou em língua estrangeira.

VII. ESQUEMA DO RELATORIO

(Dados essenciais que nele devem figurar)

2º parte — Elucidado para a ficha de classificação:

V. Salas especiais e material didatico: Descrição das varias salas, mobiliarios, etc. [...]. Em relação á biblioteca, será discriminado o genero de livros e revistas de que dispõe, bem como o número de volumes para cada um destes generos, podendo-se mencionar os autores e titulos das obras mais importantes.

Observações — E' de toda conveniencia que seja fornecida abundante documentação fotografica. (As fotografias não devem' ser coladas em papelão duro).

Decreto nº 34.742, de 2 de dezembro de 1953
Aprova o regimento do Colégio Pedro II

TÍTULO VI
DO CORPO DOCENTE

CAPÍTULO II
Do professor catedrático

Art. 250. A prova escrita destina-se a apreciar não só os conhecimentos do candidato, mas também a critério com que apresenta a matéria em forma didática, situando-a entre as matérias afins da disciplina em concurso.

§ 2.º A comissão julgadora poderá permitir a consulta de livros;

§ 3.º No caso de haver a permissão a que se refere o § anterior os livros deverão ser os mesmos para todos os candidatos e fornecidos pela Bibliotéca do Colégio.

TÍTULO VII DO CORPO DISCENTE

CAPÍTULO I Da constituição e deveres do corpo discente

Art. 345. É expressamente vedado aos alunos, em geral, dentro do estabelecimento:
n) permanecer na portaria do estabelecimento ou em qualquer dependência do mesmo, fora das aulas e das horas destas, sem se achar expressamente autorizado, salvo na biblioteca, nas horas próprias;

TÍTULO VIII DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

CAPÍTULO I Dos serviços administrativos

Art. 371. Os serviços administrativos do Colégio, que funcionam sob a fiscalização e superintendência do diretor, constituem os sete seguintes departamentos:

- a) Secretaria;
- b) Portaria;
- c) Disciplina;
- d) Almoxarifado;
- e) Biblioteca;
- f) Administração dos Edifícios;
- g) Gabinetes de Educação e Saúde.

CAPÍTULO III

Da Portaria

Art. 397. Ao Chefe da Portaria incumbe:

d) zelar, no Externato, pela conservação dos móveis e demais objetos que estiverem fora da secretaria, biblioteca e gabinetes, entregando ao secretário a respectiva relação.

CAPÍTULO V

Da Biblioteca

Art. 415. Os serviços da Biblioteca serão dirigidos por um bibliotecário.

§ 1.º Se houver mais de um bibliotecário no quadro do pessoal da respectiva unidade (Externato e Internato) competirá ao Diretor designar aquele que deverá chefiar a seção.

§ 2.º Na falta de bibliotecário poderá ser designado um bibliotecário auxiliar para a função a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 416. A Biblioteca deverá ser organizada segundo os princípios mais modernos de biblioteconomia, divididos os seus serviços de forma eficiente e produtiva.

Art. 417. Excetuadas as raridades bibliográficas que possua a Biblioteca, todos os demais livros poderão ser emprestados aos membros do corpo docente, mediante assinatura do recibo e por prazo não superior a 30 dias.

Art. 418. No Internato os Alunos de cada turma deverão ser levados à Biblioteca pelo menos uma vez por semana, como se fôsse uma aula de caráter obrigatório e pedir, nessa ocasião, o livro que desejarem.

Art. 419. A Biblioteca deverá funcionar diariamente durante o período dos trabalhos escolares, e, mediante escala de funcionários organizada pelo bibliotecário chefe, conservar-se-á aberta todos os dias, das sete e meia às 17 horas, no Internato, e das sete e meia às 21 horas no Externato bem como em horas extraordinárias durante a realização de provas de concurso ou outras oportunidades semelhantes a critério do Diretor.

Art. 420. Ao Bibliotecário-chefe especialmente compete:

- a) conservar-se na Biblioteca durante as horas de expediente ordinário, não podendo dela afastar-se sem motivo justificado e sem passar ao seu substituto eventual a superintendência do serviço durante a sua ausência.
- b) Velar pela conservação dos livros e de tudo que pertencer à Biblioteca;
- c) Organizar os catálogos e fichários, segundo o sistema que estiver em uso nas bibliotecas mais adiantadas;
- d) Propor ao diretor a compra de obras e assinatura de publicações, dando preferência às que se ocuparem das matérias ensinadas no estabelecimento e procurando sempre completar as obras e coleções existentes;
- e) Organizar um catálogo anual de referências bibliográficas para as cadeiras dos cursos do estabelecimento remetendo-os aos membros do corpo docente;
- f) Prestar informações ao diretor e aos professores sobre as novas publicações feitas no país e no estrangeiro, acompanhando para êste fim os catálogos das principais livrarias;
- g) Expedir, em dezembro, uma formula impressa para que nela os professores indiquem as obras e revistas necessárias às respectivas cadeiras, que a Biblioteca ainda não possua, juntando a essa fórmula a bibliografia das principais obras publicadas durante o ano;
- h) Organizar e remeter ao diretor, anualmente, um relatório dos trabalhos da Biblioteca e do estado das obras e dos móveis, indicando as modificações que a prática lhe tiver sugerido.
- i) Apresentar ao diretor o orçamento manual das despesas da Biblioteca;
- j) Providenciar para que as obras sejam entregues com presteza as pessoas que as pedirem;
- k) Fazer observar o maior silêncio na sala de leitura, providenciando para que se retirem as pessoas que perturbarem a ordem, recorrendo ao diretor quando não fôr atendido.
- l) Apresentar ao diretor, mensalmente, um mapa de que constem o número dos leitores, as obras cômputadas, as que deixarem de ser fornecidas por não existirem e a relação das obras que entraram para a Biblioteca;
- m) observar e fazer observar êste regimento em tudo o que disser respeito à biblioteca e as instruções que forem baixadas pelo diretor.

n) exercer as demais atribuições que lhe forem determinadas pelo presente regimento.

Art. 421. Os livros da Biblioteca serão todos encadernados e terão, assim como os folhetos impressos e manuscritos, o carimbo do estabelecimento.

Art. 422. Haverá na biblioteca em livro de registro para se lançar o título de cada obra que fôr adquirido, com indicação da época da entrada e do número de volume e a menção do nome do ofertante, em caso de doação.

Art. 423. No recinto da biblioteca pròpriamente só é facultado o ingresso aos membros do corpo docente e seus auxiliares, e aos servidores do estabelecimento.

Parágrafo único. Para os estudantes haverá uma sala contígua, onde estarão em lugar apropriado os catálogos necessários, as mesas e cadeiras.

Art. 424. Serão admitidos à consulta das obras existentes na biblioteca as pessoas idôneas que para fim de estudo solicitarem ao diretor a devida permissão.

Parágrafo único. Esta permissão será pessoal, e dada de uma só vez, ficando o bibliotecário autorizado a permitir o ingresso da pessoa a quem se referir, até que seja cessada a autorização.

Art. 425. A Biblioteca do Externato poderá ceder a alunos do estabelecimento, por empréstimo, livros didáticos ou outros que sejam convenientes à sua boa educação.

§ 1º Excluem-se dessa concessão as obras raras, as enciclopédicas e dicionários e as de que existam apenas um exemplar na Biblioteca.

§ 2º O prazo de empréstimo será de 15 dias, podendo ser prorrogado, se o livro não tiver sido procurado por outro candidato.

§ 3º Far-se-á empréstimo mediante assinatura de têrmo de responsabilidade assim como da ficha de empréstimo, os quais ficarão a cargo do Chefe da Biblioteca.

§ 4º Não poderá haver empréstimo de mais de 2 livros ao mesmo aluno cada vez.

§ 5º O pedido de empréstimo será apresentado por escrito, sendo-lhe fornecido o livro no prazo de 48 horas;

§ 6º O aluno que não devolver o livro no prazo marcado terá sua matrícula na Biblioteca imediatamente cancelada, independentemente de punição que no caso couber; a referida matrícula só poderá ser restabelecida por determinação do Diretor, se achar conveniente, justificando o motivo da falta em petição assinada pelo responsável do mesmo;

§ 7º No ato da entrega do livro a ser emprestado o aluno deve ser identificado pelo funcionário que o atender.

Decreto nº 632, de 27 de fevereiro de 1962
Aprova o regimento do Colégio Pedro II

TITULO X

Da organização administrativa

CAPÍTULO I

Dos órgãos administrativos

Art. 203. Os órgãos administrativos do Colégio, diretamente subordinados ao Diretor, são os seguintes:

g) Biblioteca;

Art. 204. Para cada um desses órgãos, haverá uma Chefia, como função gratificada.

Parágrafo único. Os ocupantes das funções de Chefia desses órgãos deverão dar assistência a todos os turnos de trabalho.

CAPÍTULO VIII

Da Biblioteca

Art. 247. À Biblioteca compete:

- a) organizar os catálogos e os fichários segundo os princípios mais modernos de biblioteconomia, estruturando e desenvolvendo as suas atividades de forma eficiente;
- b) zelar pela conservação dos livros e do que mais disser respeito;
- c) efetuar aquisição de obras e a assinatura de publicações, mediante proposta ao Diretor, dando preferência às que se ocuparem de matérias relacionadas com o currículo do Colégio, procurando sempre completar as coleções existentes;
- d) expedir, antes do início do ano letivo, fórmula impressa ou mimeografada para que nelas os professores indiquem as obras revistas necessárias ao desenvolvimento do ensino e que não existam no seu acervo, organizando a bibliografia das principais publicações;
- e) apresentar ao Diretor relatório anual das atividades da Biblioteca, bem como do estado das obras e instalações;

f) apresentar ao Diretor, mensalmente, um mapa onde constem o número dos leitores, as obras consultadas, as que deixarem de ser fornecidas por não existirem e a relação das obras que entraram para a Biblioteca;

g) fazer observar o necessário silêncio na sala de leitura adotando as medidas cabíveis;

h) atender exclusivamente aos alunos e aos servidores do Colégio, não sendo permitida a permanência de pessoas estranhas;

Art. 248. Haverá, em cada turno, um servidor responsável pelos serviços da Biblioteca, de preferência diplomado em biblioteconomia, diretamente subordinado ao Chefe da Biblioteca, o qual deverá ter curso da referida especialização, todos designados pelo Diretor.

Art. 249. A Biblioteca deverá funcionar também nas épocas de provas de exames, de concursos e nos dias de sessão do Conselho Departamental e da Congregação.

Art. 250. Os livros da Biblioteca serão encadernados e terão, assim como os folhetos impressos e manuscritos, e carimbo do Colégio.

Art. 251. Haverá na Biblioteca um livro de registro para nele ser lançado o título de cada obra que fôr adquirida, com indicação do respectivo curso, da época de entrada número de volumes, bem assim como o nome do ofertante, em caso de doação.

Art. 252. No recinto da Biblioteca, só é facultado o ingresso aos membros do Corpo Docente e aos servidores do Colégio.

Parágrafo único. Para os alunos haverá sala devidamente aparelhada para leitura, bem como sala de leitura apropriada para os corpos docente e administrativo do Colégio.

Art. 253. Poderão ser admitidos à consulta das obras existentes na Biblioteca as pessoas idôneas que, para fim de estudo, solicitarem ao Diretor a devida permissão.

Art. 254. A Biblioteca poderá ceder a alunos do Colégio, por empréstimo, mediante apresentação da respectiva prova de identidade, livros didáticos ou outros que sejam considerados necessários ao seu desenvolvimento cultural.

§ 1º Excluem-se dessa concessão as obras raras, as enciclopédias e dicionários e as de que existam apenas poucos exemplares na Biblioteca.

§ 2º O prazo de empréstimo será de 15 dias, podendo ser prorrogado, se o livro não estiver sendo procurado por outro interessado.

§ 3º Far-se-á empréstimo mediante assinatura de termo de responsabilidade, assim como da ficha de empréstimos, os quais ficarão em poder do Chefe da Biblioteca.

§ 4º Não poderá haver empréstimo de mais de dois livros ao mesmo aluno de cada vez.

§ 5º O pedido de empréstimo será apresentado por escrito, sendo-lhe fornecido o livro no prazo de 24 horas.

§ 6º O aluno que não devolver o livro no prazo marcado terá sua matrícula cancelada na Biblioteca, independente de penalidade.

§ 7º Se, até o início da época do prazo de renovação a matrícula, não tiver sido feita a devolução do livro retratado pelo aluno, a título de empréstimo, ser-lhe-á vedada a renovação da matrícula, salvo se repuser exemplar idêntico.

Art. 255. Excetuadas as raridades bibliográficas que possua a Biblioteca, os demais livros poderão ser emprestados, aos membros do corpo docente, mediante recibo, e por prazo não superior a 30 dias, podendo ser feita a renovação de empréstimo se a obra não estiver sendo procurada por outro professor.

Parágrafo único. Se o professor, depois de reiterado o pedido de devolução, não o fizer nem oferecer exemplar equivalente, poderá ser descontado em quantia que corresponda ao valor da obra.

Art. 256. Os Professores Catedráticos poderão ter seus Gabinetes do Colégio, e sob sua responsabilidade, as obras necessárias à pronta consulta desde que conste na Biblioteca a relação delas.

Art. 257. Poderão ser designados para servir na Biblioteca, em cada turno, servidores para a limpeza geral e para a conservação dos livros, assim como outros para auxiliar a ordem e a disciplina em seu recinto.

Capítulo II

Das Penas Aplicáveis aos Membros do Corpo Docente

Art. 281. Além da pena disciplinar em que incorrer, terá o aluno de indenizar o prejuízo, quando causar danos nos instrumentos, aparelhos, modelos, mapas, livros, preparações, móveis e utensílios do Colégio. Incorrendo na mesma obrigação os que fizerem desaparecer tais objetos ou deles se apropriarem.

Decreto nº 52.555, de 7 de fevereiro de 1964
Altera o Regimento do colégio Pedro II do Ministério da Educação e Cultura

Art. 203. Os órgãos administrativos do Colégio são:

- a) Gabinete do Diretor-Geral;
- b) Gabinete do Diretor de Unidade;
- c) Gabinete do Diretor de Seção;
- d) Gabinete de Educação;
- e) Gabinete de Saúde;
- f) Gabinete do Secretário Geral;
- g) Secretaria
- h) Chefia de Disciplina;
- i) Bedelaria;
- j) Biblioteca;
- l) Almoxarifado;
- m) Administração dos Edifícios;
- n) Tipografia;

Parágrafo único. A Subordinação geral de toda a administração é ao Diretor-Geral do Colégio, ficando os órgãos das Unidades e das Seções subordinados aos respectivos diretores.

Art. 248 ...todos designados pelo Diretor-Geral.

Decreto nº 55.235, de 17 de dezembro de 1964
Aprova o Regimento do Colégio Pedro II

TÍTULO X

Da organização administrativa

CAPÍTULO I

Dos órgãos administrativos

Art. 219. Os órgãos administrativos do Colégio, diretamente subordinados ao Diretor, são os seguintes:

- a) Gabinete do Diretor;
- b) Gabinete de Educação;
- c) Gabinete de Saúde;
- d) Secretaria;
- e) Chefia de Disciplina;
- f) Bedelaria;
- g) Biblioteca;
- h) Almoxarifado;
- i) Administração dos Edifícios;
- j) Tipografia.

Art. 220. Para cada um desses órgãos, haverá uma Chefia, como função gratificada.

Parágrafo único. Os ocupantes das funções de Chefia desses órgãos deverão dar assistência a todos os turnos de trabalho

Art. 220. Para cada um desses órgãos, haverá uma Chefia, como função gratificada.

Parágrafo único. Os ocupantes das funções de Chefia desses órgãos deverão dar assistência a todos os turnos de trabalho.

CAPÍTULO VIII

Da Biblioteca

Art. 262. À Biblioteca compete:

- a) organizar os catálogos e os fichários segundo os princípios mais modernos de biblioteconomia;
- b) zelar pela conservação dos livros e do que mais disser respeito;
- c) efetuar aquisição de obras e a assinatura de publicações, mediante proposta ao Diretor, dando referência às que se ocuparem de matérias relacionadas com o currículo do Colégio, procurando sempre completar as coleções existentes;
- d) expedir, antes do início do ano letivo, fórmula impressa ou mimeografada para que nelas os professores indiquem as obras revistas necessárias ao desenvolvimento do ensino e que não existam no seu acervo, organizando a bibliografia das principais publicações;
- e) apresentar ao Diretor relatório anual das atividades da Biblioteca, bem como do estado das obras e instalações;
- f) apresentar ao Diretor, mensalmente, mapa onde constem o número dos leitores, as obras consultadas e as que deixarem de ser por não existirem na biblioteca, além de relação das obras recém-adquiridas;
- g) fazer observar o necessário silêncio na sala de leitura adotando as medidas cabíveis;
- h) atender exclusivamente aos alunos e aos servidores do Colégio, não sendo permitida a permanência de pessoas estanhas;
- i) organizar uma coleção completa das teses apresentadas a concursos de catedrático e de docente-livre;

Art. 263. Haverá, em cada turno, um servidor responsável pelos serviços da Biblioteca, de preferência diplomado em biblioteconomia, diretamente subordinado ao Chefe da Biblioteca, o qual deverá ter curso da referida especialização, todos designados pelo Diretor.

Art. 264. A Biblioteca deverá funcionar também nas épocas de provas de exames, de concursos e nos dias de sessão do Conselho Departamental e da Congregação.

Art. 265. Os livros da Biblioteca serão encadernados e terão, assim como os folhetos impressos e manuscritos, e carimbo do Colégio.

Art. 266. Haverá na Biblioteca um livro de registro para nele ser lançado o título de cada obra que fôr adquirida, com indicação do respectivo curso, da época de entrada número de volumes bem assim como o nome do ofertante em caso de doação.

Art. 267. No recinto da Biblioteca, só é facultado o ingresso aos membros do Corpo Docente e aos servidores do Colégio.

Parágrafo único. Para os alunos haverá sala devidamente aparelhada para leitura, bem como sala de leitura apropriada para os corpos docente e administrativo do Colégio.

Art. 268. Poderão ser admitidas à consulta das obras existentes na Biblioteca as pessoas idôneas que, para fim de estudo, solicitem ao Diretor a devida permissão.

Art. 269. A Biblioteca poderá ceder a alunos do Colégio, por empréstimos mediante apresentação de prova de identidade, livros didáticos ou outras que sejam considerados necessários ao seu desenvolvimento cultural.

§ 1º Excluem-se dessa concessão as obras raras, as enciclopédias e dicionários e as de que existam apenas poucos exemplares na Biblioteca.

§ 2º O prazo de empréstimo será de 15 dias, podendo ser prorrogado, se o livro não estiver sendo procurado por outro interessado.

§ 3º Far-se-á empréstimos mediante assinatura de termo de responsabilidade, assim como da ficha de empréstimos, os quais ficarão em poder do Chefe da Biblioteca.

§ 4º Não poderá haver empréstimo de mais de dois livros ao mesmo aluno de cada vez.

§ 5º O pedido de empréstimo será apresentado por escrito, sendo-lhe fornecido o livro no prazo de 24 horas.

§ 6º O aluno que não devolver o livro no prazo marcado terá sua matrícula cancelada na Biblioteca independentemente de penalidade.

§ 7º Se, até o início da época do prazo de renovação a matrícula, não tiver sido feita a devolução do livro retratado pelo aluno a título e empréstimo, ser-lhe-á vedada a renovação da matrícula, salvo se repuser exemplar idêntico.

Art. 270. Excetuadas as raridades bibliográficas que possua a Biblioteca, os demais livros poderão ser emprestados, aos membros do corpo docente, mediante recibo, e por prazo não superior a 30 dias, podendo ser feita a renovação de empréstimo se a obra não estiver sendo procurada por outro professor.

Parágrafo único. Se o professor, depois de reiterado o pedido de devolução, não o fizer nem oferecer exemplar equivalente, poderá ser descontado em quantia que corresponda ao valor da obra.

Art. 271. Os Professores Catedráticos poderão ter seus Gabinetes do Colégio, e sob sua responsabilidade, as obras necessárias à pronta consulta desde que conste na Biblioteca a relação delas.

Art. 272. Poderão ser designados para servir na Biblioteca, em cada turno, servidores para a limpeza geral e para a conservação dos livros, assim como outros para auxiliar a ordem e a disciplina em seu recinto.

Decreto nº 63.070, de 5 de agosto de 1968
Aprova o Regimento do Colégio Pedro II

TÍTULO II

Da Organização Administrativa

CAPÍTULO II

Da Estrutura Geral

Art. 5º O Colégio Pedro II compreende:

- 1 - Congregação
- 2 - Conselho de Curadores
- 3 - Conselho Departamental
- 4 - Diretoria-Geral
 - 4.1 - Gabinete do Diretor-Geral
 - 4.2 - Divisão de Administração
 - 4.2.1 - Seção do Pessoal
 - a) Setor Administrativo
 - b) Setor de Cadastro
 - 4.2.2 - Seção de Serviços Gerais
 - a) Secretaria Escolar
 - b) Setor de Compras e Almoxarifado
 - c) Setor de Planejamento e Obras

- d) Setor de Mecanografia e Publicações
 - e) Setor de Expediente, Contrôles e Comunicações
 - f) Portaria
 - g) Tesouraria
 - 4.2.3 - Seção de Orçamento e Finanças
 - a) Setor de Contabilidade
 - b) Setor de Orçamento
 - c) Auditoria
 - 4.3 - Biblioteca Central
 - 4.3.1 - Setor de Classificação e Catalogação
 - 4.3.2 - Setor de Circulação
 - 4.4 - Divisão de Educação e Ensino
 - 4.4.1 - Secretaria Geral de Ensino
 - 4.4.2 - Setor de Orientação Pedagógica
 - 4.5 - Unidades: Internato e Externato
 - 4.5.1 - Serviço de Orientação Educacional
 - 4.5.2 - Serviço de Saúde
 - 4.5.3 - Secretaria
 - 4.5.4 - Inspeção de Disciplina
 - 4.5.5 - Biblioteca
 - 4.5.6 - Setor de Alimentação Escolar
 - 4.5.7 - Zeladoria
 - 4.5.8 - Portaria
 - 4.6 - Seções Norte, Sul e Tijuca do Externato
 - 4.6.1 - Setor de Orientação Educativa
 - 4.6.2 - Setor de Saúde
 - 4.6.3 - Secretaria
 - 4.6.4 - Biblioteca
 - 4.6.5 - Inspeção de Disciplina
 - 4.6.6 - Depósitos de Material
- Parágrafo único. No internato haverá, ainda, uma rouparia.